

Prospecto de Distribuição Pública de Cotas Sênior da 2ª Série (“o Prospecto”) do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP
 (“Fundo”)
CNPJ/MF nº 15.578.550/0001-60

Distribuição Pública de 15.000 (quinze mil) Quotas Seniores – 2ª Série, totalizando:

R\$ 15.000.000,00

(quinze milhões)

Classificação de Risco Preliminar para as Cotas Sênior da 2ª Série: Liberum Ratings: BBB(fe) de Longo Prazo

Código ISIN das Quotas Seniores – 2ª Série: BRMNLPTF019



Os documentos relativos à Oferta foram protocolados na CVM em 21 de novembro de 2016.

O Fundo é administrado, controlado e escriturado pelo BANCO PETRA S.A., instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Pasteur, n. 463, 11º andar, conjunto 1103, bairro de Água Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.758.741/0001-52, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 11.821, de 18 de julho de 2011 (“Administradora”), e gerido pela PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1842, 1º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 09.204.714/0001-96, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 306, de 05 de maio de 1999 (“Gestora”). O Coordenador da oferta é a PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, n. 1845, 1º andar, conjuntos 17 e 18, bairro da Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o n. 03.317.692/0001-94 (“Coordenadora”).

O Fundo destina-se a adquirir os direitos creditórios, através de investimento em carteira pulverizada de recebíveis (direitos ou títulos), originados e vendidos por diversos cedentes que antecipam recursos através da venda de duplicatas, cheques e quaisquer outros títulos passíveis de cessão e transferência de titularidade (“Direitos Creditórios Elegíveis”); e de ativos financeiros conforme a política de investimento do regulamento do fundo (“Ativos Financeiros”), ambos selecionados pela Gestora do Fundo e pela MILÊNIO FOMENTO MERCANTIL LTDA., sociedade empresária com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.546.588/0001-05 (“Consultora”).

Serão objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 400, pela Coordenadora e pelo Fundo, representado pela Administradora, 15.000 (quinze mil) quotas seniores da 2ª série, todas com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) (“Quotas Seniores – 2ª Série”), perfazendo o valor total de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) (“Oferta das Quotas Seniores – 2ª Série”).

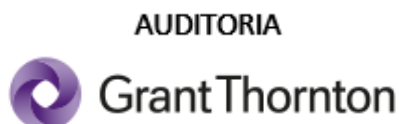
O Fundo foi constituído em 20 de junho de 2014, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, e seu regulamento e respectivo ato de constituição foram registrados no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Curitiba, estado do São Paulo, em 22 de novembro de 2016, sob o nº 738.939 (conforme aditado de tempos em tempos, o “Regulamento”). A emissão das Quotas Seniores – 2ª Série foi autorizada em 25 de outubro de 2016 pela Assembleia Geral Extraordinária, conforme ata registrada em 22 de novembro de 2016, registrada no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Curitiba, estado do Paraná, em 22 de novembro de 2016, sob o nº 738.939.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto Definitivo e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da carteira do Fundo, da Taxa de Administração devida à Administradora e à Gestora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio líquido, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Antes de investir no Fundo leia atenção os Avisos Importantes, nas páginas 1 e 2 deste Prospecto Definitivo.

O presente Prospecto Definitivo será entregue aos investidores durante o período de distribuição.

A data deste prospecto é 01 de dezembro de 2016.



CLASSIFICAÇÃO DE RISCO



AVISOS IMPORTANTES

“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de regulação e melhores práticas para os Fundos de investimento, bem como das normas emanadas pela CVM. A autorização para funcionamento e/ou registro da distribuição das quotas não implica por parte da CVM ou da ANBIMA garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, das quotas a serem distribuídas, de sua administradora e das demais instituições prestadoras de serviços.”

“O investimento no Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Investidor.”

“Os investidores devem ler a seção ‘Fatores de Risco’ nas páginas 46 a 56 deste Prospecto.”

“O Fundo não conta com garantia de sua Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Coordenadores, da Consultora, de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.”

“As informações contidas nesse Prospecto estão em consonância com o Regulamento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas de política de investimento do Fundo, bem como as disposições do Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto, antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas.”

“Somente Investidores Qualificados e Fundos de investimento autorizados a investir em Fundos de investimento em direitos creditórios, conforme definido pela Instrução CVM 409, podem adquirir Quotas Seniores – 2ª Série”.

“Este Fundo pode investir em carteira de direitos creditórios diversificada, com natureza e características distintas. Desta forma, o desempenho da carteira pode apresentar comportamento distinto ao longo da existência do Fundo. “

“Este Fundo utiliza estratégias que podem resultar em perdas significativas patrimoniais para seus Quotistas.”

“Este Fundo busca manter uma carteira de ativos que cumpra com os requisitos do artigo 3º da Lei Federal nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, para garantir o enquadramento do Fundo e de seus quotistas nas regras especiais de tributação previstas em referida norma.”

“Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da Quota se comparada à de Fundos similares com prazo inferior. O tratamento tributário

aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”

“Considerações sobre estimativas e declarações futuras: quaisquer expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos Creditórios adquiridos, previsões e estimativas aqui contidas são previsões e se baseiam em certas premissas que a Administradora e a Gestora consideram razoáveis. Expectativas são, por natureza, especulativas, e é possível que algumas ou todas as premissas em que se baseiam as expectativas não se concretizem ou difiram substancialmente dos resultados efetivos. Nesse sentido, as expectativas são apenas estimativas. Resultados efetivos podem diferir das expectativas, e tais diferenças podem acarretar prejuízo para o Fundo e para seus Quotistas.”

“Não há compromisso ou garantia por parte da Administradora ou da Gestora de que o objetivo do Fundo será atingido.”

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS QUOTAS SENIORES – 2ª SÉRIE OBJETO DA OFERTA.

INDICE

DEFINIÇÕES	06
IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO	15
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR (ART. 56, INSTRUÇÃO 400 CVM)	17
DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR (ART. 56, INSTRUÇÃO 400 CVM)	18
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	19
Características Gerais da Oferta	19
Características da Oferta das Quotas Seniores – 2ª Série	24
INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O FUNDO E A OFERTA	25
DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES	27
CONFLITOS DE INTERESSES	29
PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES – 2ª SÉRIE	30
Montante total da Oferta e Regime de Distribuição	30
Início e encerramento da Distribuição de Quotas Seniores – 2ª Série	31
Negociação das Quotas Seniores – 2ª Série	31
Suspensão, Cancelamento, Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta	32
CUSTO E CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES – 2ª SÉRIE	34
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	36
O Fundo	36
Base Legal	36
Público Alvo e Adequação do Investimento	36
Fluxograma da Estrutura do Fundo	37
Aplicação dos Recursos	38
Objetivo de Investimento	38
Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira	38
Crerios de Elegibilidade	42
Diretriz de Cobrança	43
Patrimônio Líquido	44
Despesas e Encargos do Fundo	44
Remuneração	45
Fatores de Risco	46
CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS	54
Forma e espécie	54
Emissão de Quotas Seniores	54
Emissão de Quotas Subordinadas	55
Emissão, Integralização e Valor das Quotas	55
Amortização e Resgate de Quotas	55
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	57
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	60
Eventos de Avaliação	60
Eventos de Liquidação	60
ASSEMBLEIA GERAL	62

Competência	62
Procedimento de Convocação	62
Instalação da Assembleia	63
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO	65
Objetivo de Tratamento Tributário	65
Tributação Aplicável aos Quotistas	65
Tributação Aplicável ao Fundo	68
ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO	69
Histórico e Atividades	69
Procedimentos de Verificação do Cumprimento de Obrigações por Prestadores de Serviços Contratados pela Administradora	69
GESTÃO DO FUNDO	71
Histórico e Atividades	71
DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO	72
Consultor de Investimentos	72
Agente de Cobrança	72
Agência de Classificação de Risco	73
Auditoria do Fundo e Auditoria dos Direitos Creditórios	73
Instituições Distribuidoras das Quotas	74
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	76
Regra Geral	76
Atendimento aos Quotistas	77
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS	78
Contrato de Custódia e Controladoria e de Escrituração	78
Contrato de Gestão	78
Contratos de Rating	78
Contrato com Auditor Independente	78
Contrato de Distribuição de Quotas	79
ANEXOS	
Regulamento do Fundo	79
Ata da assembleia que autorizou a emissão das Quotas Seniores – 2ª Série e o Suplemento	124
Relatório da Agência Classificadora de Risco	131
Declaração da Instituição Administradora	141
Declaração do Coordenador Líder	143
Demonstrações financeiras dos Três Últimos Exercícios, Informações Trimestrais e Eventos Subsequentes	145
Comunicados da Administradora do Fundo	215

DEFINIÇÕES

Neste Prospecto, as expressões ou palavras grafadas com iniciais maiúsculas terão o significado atribuído conforme a descrição abaixo, exceto se de outra forma indicar o contexto.

Administradora	É o BANCO PETRA S.A. , instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Pasteur, n. 463, 11º andar, conjunto 1103, bairro de Água Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.758.741/0001-52, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 11.821, de 18 de julho de 2011.
Agência de Classificação de Risco	É a Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. , sociedade empresária com sede na Rua Bandeira Paulista, n. 530, 10º andar, conj. 103, Itaim Bibi, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o n. 14.222.571/0001-85.
ANBIMA	É a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anexos	São os anexos desse Prospecto.
Assembleia Geral	É a Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, realizada nos termos do Capítulo VII do regulamento;
Ativos Financeiros	São os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o patrimônio líquido do Fundo.
Auditor Independente	É a Grant Thornton Auditores Independentes , sociedade empresária com sede na Av. Paulista, n. 37, conj. 12, Bela Vista, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o n. 10.830.108/0001-65.
BACEN	É o Banco Central do Brasil.
Banco Cobrador	Instituição financeira com carteira comercial contratada pelo Fundo para responder pelas atividades de liquidação e

	cobrança bancária de determinados Direitos Creditórios;
BM&FBovespa	É a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
Boletim de Subscrição	Documento assinado pelo subscritor que comprova a subscrição de Quotas do Fundo e estabelece direitos e obrigações relativas à subscrição e integralização de Quotas, conforme definido no art. 94 do regulamento.
Cedentes	São empresas, sediadas no território nacional, indicadas pela Consultora, que cedam Direitos Creditórios ao Fundo, na forma do Regulamento e do Contrato de Cessão;
CETIP	É a CETIP S.A. – Mercados Organizados;
CMN	É o Conselho Monetário Nacional.
Código Civil Brasileiro	É a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Conflito de interesses	Situação gerada pelo confronto entre interesses de qualquer pessoa com os interesses do Fundo ou de seus Quotistas, que possa causar dano ao Fundo ou aos Quotistas, ou que possa resultar em benefício ou vantagem relevante para qualquer pessoa ao qual tal não faça jus e de que resulte ou possa resultar prejuízo ao Fundo ou aos Quotistas.
Consultora	É a MILÊNIO FOMENTO MERCANTIL LTDA. , sociedade empresária com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.546.588/0001-05.
Contrato de Cessão	É cada um dos contratos que regulam as Cessões de Crédito para Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrados entre o Fundo, a Administradora e as Cedentes;

Contrato de Consultoria	É o “ <i>Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada</i> ”, celebrado entre a Consultora e a Administradora, com a interveniência da Gestora, em 30 de julho de 2014.
Contrato de Gestão	É o “ <i>Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento</i> ”, celebrado entre a Gestora e o Fundo, em 09 de setembro de 2015.
Contrato de Serviços de Auditoria Independente	É a proposta de prestação de serviços do Auditor, aceita pela Administradora.
COSIF	É o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, instituído com a edição, pelo BACEN, da Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987;
Coobrigação	É a obrigação contratual ou qualquer outra forma de retenção substancial dos riscos de crédito de determinado ativo adquirido, subscrito e/ou cedido a uma determinada Pessoa, assumida pelo respectivo alienante, emissor, devedor ou terceiro, o qual permanece sujeito a riscos de exposição à variação do fluxo de caixa do ativo;
Coordenador	É a PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. , instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, n. 1845, 1º andar, conjuntos 17 e 18, bairro da Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o n. 03.317.692/0001-94.
Crítérios de elegibilidade	Tem o significado atribuído pelos artigos 67 e 68 do regulamento, cuja verificação é de responsabilidade da Consultora;
Custodiante ou Banco Petra	É o BANCO PETRA S/A. , instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Pasteur, n. 463,

	11º andar, conjunto 1103, bairro de Água Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.758.741/0001-52, que prestará os serviços de custódia, escrituração e controladoria das Quotas do Fundo, conforme definido no 11 do regulamento;
CVM	É a Comissão de valores Mobiliários;
Data de Aquisição	É a data da aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios ofertados pelas Cedentes que atendam os Critérios de Elegibilidade;
Data de Resgate	É a data em que se dará o resgate integral de cada Série e/ou Classe de Quotas do Fundo, indicada no Suplemento da respectiva Série e/ou Classe, conforme o caso;
Depositário	É a Interfile Participações S.A. , com sede em Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Avenida Paulo Ayres, nº 40 e 70, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.227.893/0001-51;
Dia Útil	Significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional;
Direitos Creditórios	São as duplicatas, cheques, contratos de compra e venda, e/ou de prestação de serviços;
Direitos Creditórios Inadimplidos	Direitos Creditórios da carteira do Fundo devidos e não pagos pelos respectivos Devedores e eventuais Coobrigados após as datas de vencimento aplicáveis;
Diretor Designado	É o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do

	Fundo, bem como pela prestação de informações relativas ao Fundo;
Diretriz de Cobrança	Significa a política de cobrança, judicial e extrajudicial, dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos termos do artigo 24, inciso X, alínea “c”, da Instrução CVM 356, constante do Capítulo XIV do regulamento;
Diretriz de Investimentos	Significa a política que deverá ser observada pela Gestora na concessão de crédito no âmbito das atividades do Fundo, nos termos do artigo 24, inciso X, alínea “b”, da Instrução CVM 356, constante do Capítulo X do regulamento;
Documentos Comprobatórios	São os documentos ou títulos representativos do respectivo Direito Creditório, que podem ser (i) emitidos em suporte analógico; (ii) emitidos a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e de que conste a assinatura do emitente que utilize certificado admitido pelas partes como válido; (iii) digitalizadas e certificadas nos termos constantes em lei e regulamentação específica;
Encargos do Fundo	Significam as despesas que podem ser debitadas do Fundo pela Administradora, conforme definido no Capítulo XXII do regulamento;
Eventos de Liquidação Avaliação	São as situações descritas no Artigo 123 do Regulamento;
Eventos de Liquidação Antecipada	São as situações descritas no Artigo 124 do Regulamento;
FIDC	São os Fundos de investimento em direitos creditórios, regulados pela Instrução CVM 356;
Fundo	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º do Regulamento;

Gestora	PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA. , instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1842, 1º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 09.204.714/0001-96, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.
Grupo Econômico	Tem o significado que lhe é atribuído no parágrafo primeiro do Artigo 56 do Regulamento;
Instituições Autorizadas	HSBC Bank Brasil S.A, Banco Bradesco S.A, Banco Itaú S.A, Banco Santander, Banco Safra S.A, Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal;
Instrução CVM 356	É a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores;
Instrução CVM 400	É a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores;
Instrução CVM 409	É a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e alterações posteriores;
Instrução CVM 476	É a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações posteriores;
Investidores Qualificados	São todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em Fundos de investimento em direitos creditórios;
Patrimônio Líquido	Significa a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros da carteira do Fundo, mais os valores a receber, subtraídas as exigibilidades e provisões, na forma do artigo 114 do regulamento;
Periódico	É o jornal Diário do Comércio, da Associação Comercial de São Paulo;

Política de Cobrança	Tem o significado atribuído no Artigo 84 do Regulamento;
Prospecto ou Prospecto Definitivo	É o presente Prospecto;
Quotas	São as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
Quotas Seniores	São as Quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo as quais possuem prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores de qualquer série;
Quotas Subordinadas	São as Quotas de classe subordinada que se subordinam às Quotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
Regulamento	É o Regulamento do Fundo;
Razão Garantia	A relação (em percentual), entre o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores, obtida por meio da divisão do primeiro pelo segundo, conforme estabelecido no artigo 115;
Reserva de Amortização	Reserva de Amortização: a reserva constituída para o pagamento das amortizações das Quotas Seniores;
Suplemento	É o documento cujo modelo é parte integrante do Regulamento que prevê e estabelece as principais regras para cada série de Quotas Seniores de emissão do Fundo;
Taxa de Administração	É a remuneração mensal devida à Administradora;
Taxa de DI	São as taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-

	<p>Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANBID, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;</p>
Taxa Mínima de Cessão	<p>É a taxa mínima da cessão calculada conforme seguinte:</p> $TMC = 170\% \text{ CDI}^*$ <p>TMC = Taxa média de cessão (%^{aa})</p> <p>*170% (cento e setenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de 1 (um) dia – “over Extra-Grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos na data da respectiva cessão;</p>
Termo de Adesão	<p>É o documento por meio do qual cada Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Artigo 8 do Regulamento;</p>
Termo de Cessão	<p>É o documento pelo qual se formaliza a cessão dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO, na forma prevista no anexo do respectivo Contrato de Cessão. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos devedores, além do valor pelo qual os referidos Direitos Creditórios foram cedidos ao FUNDO. Este documento prova a realização da cessão e obriga a Cedente a entregar à Administradora, por conta e ordem do FUNDO, os Documentos Comprobatórios da Operação.</p>

Valor Unitário de Emissão	É o valor unitário de cada Quota na Data de Emissão de cada Série ou Classe, equivalente a R\$ 1.000,00 (mil reais);
----------------------------------	--

IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

Administradora	<u>BANCO PETRA S.A.</u> Att. Ricardo Augusto Meira Pedro R. Pasteur, n. 463, 11º andar, conj. 1103 Água Verde, Curitiba/PR, CEP: 80.250-104 Telefone: (41) 3074-9001 Fax: (41) 3074-9001 E-mail: admfundos@bancopetra.com.br Site: www.finaxis.com.br
Custodiante e Agente Escriturador	<u>BANCO PETRA S.A.</u> Att. Rogério Felgueiras R. Pasteur, n. 463, 11º andar, conj. 1103 Água Verde, Curitiba/PR, CEP: 80.250-104 Telefone: (41) 3074-9001 Fax: (41) 3074-9001 E-mail: client@bancopetra.com.br Site: www.finaxis.com.br
Gestora	<u>PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.</u> Att. Paulo Roberto Trota Av. Paulista, nº 1842, 1º andar Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-923 Telefone: (11) 3526-9001 Fax: (11) 3526-9001 E-mail: middle.office@petraasset.com.br Site: www.petracapital.com.br
Coordenador	<u>PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,</u> Att. Felipe Borges Moreira Av. Paulista, n. 1845, 1º andar, conjuntos 17 e 18, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-923 Telefone: (11) 3526-9001 Fax: (11) 3526-9001 E-mail: distribuicao@petracorretora.com.br
Consultora	<u>MILÊNIO FOMENTO MERCANTIL LTDA.</u> Att. Frederico Loyo Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50.070-030 Telefone: (81) 3033-7997 E-mail: fredloyo@mfac.com.br

Assessor Legal	<p><u>SERUR, CÂMARA, MAC DOWELL, MEIRA LINS, MOURA E RABELO ADVOGADOS</u> Att. João Loyo de Meira Lins/Eduardo Serur Rua Sen. José Henrique, nº 224, 11º andar Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50.070-460 Telefone: (81) 2119-0010 Fax: (81) 2119-0011 E-mail: recuperacao.contato@serur.com.br Site: www.serur.com.br</p>
Auditores Independentes	<p><u>GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES</u> Att. Ricardo Engel Av. Iguaçu, nº 100, 3º andar Rebouças, Curitiba/PE, CEP: 80.230-020 Telefone: (41) 3222-8432 Fax: (41) 3222-8432 E-mail: ricardo.engel@br.gt.com Site: www.grantthornton.com.br</p>
Agência de Classificação de Risco	<p><u>LIBERUM RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.</u> Att. Décio Baptista Santos Rua Bandeira Paulista, nº 530, 10º andar, conj. 103, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP: 04.532-001 Telefone: (11) 3165-4222 Fax: (11) 3165-4222 E-mail: decio@liberumratings.com.br Site: www.liberumratings.com</p>

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR DA OFERTA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO
CVM Nº 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003**

O Coordenador Líder vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, declarar que:

- 1) o Prospecto contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas Seniores – 2ª Série, da política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes, e permite uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
- 2) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Administradora por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o Prazo de Distribuição das Quotas, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

**DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FUNDO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA
INSTRUÇÃO CVM Nº 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003**

A Administradora, na qualidade de representante do Fundo, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, declarar que:

- 1) O Prospecto contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas Seniores – 2ª Série, da política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes do Fundo e da Oferta, relevantes e necessárias para uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e,
- 2) As informações relativas ao Fundo e à Oferta prestadas por ocasião do registro da Oferta junto à CVM fornecidas ao mercado durante o processo de distribuição das Quotas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco”, bem como o Regulamento, constante no Anexo I a este Prospecto.

Características Gerais da Oferta

Emissor:	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP , constituído sob a forma de condomínio fechado nos termos da Lei 12.431, da Instrução CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu regulamento.
Direitos Creditórios Elegíveis:	São os direitos creditórios, validados pela Custodiante, que atendem aos seguintes critérios: (i) estar na relação dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, recepciona por meio de arquivo eletrônico pela Consultora; (ii) a data de vencimento não seja posterior à data de encerramento da última série de Quotas Seniores do Fundo; (iii) não estejam vencidos e pendentes de pagamento na Data de Aquisição; (iv) a cessão de Direitos Creditórios seja precedida de análise verificando a concentração de títulos de até 5% (cinco por cento) de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ), ressalvado que na hipótese de cessões de Direitos Creditórios por diferentes Cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor, poderá ser majorado para 8% (oito por cento) e até 5% (cinco por cento) para um mesmo Cedente (mesmo CNPJ); (v) ser de devedores que, na Data da Aquisição para o Fundo, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 (quinze) dias corridos; (vi) ter prazo médio, a partir da Data de Aquisição, inferior a 90 (noventa) dias; (vii) Os Direitos de Crédito representados por Duplicata deverão representar, no

	mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo apurado no dia útil anterior à cessão.
Valor Unitário de Emissão de Quotas:	R\$ 1.000,00 (mil reais).
Valor Mínimo de Investimento:	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Quotas do Lote Suplementar:	Os Coordenadores poderão, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, distribuir um lote suplementar de Quotas, limitado a 15% (quinze por cento) da quantidade inicialmente ofertada (Sem considerar o Lote Adicional), ou seja, de até 2.250 (duas mil, duzentos e cinquenta) Quotas Seniores – 2ª Série.
Data de Emissão:	É a data da primeira integralização de quotas.
Data de Resgate das Quotas Seniores:	É o 29º (vigésimo nono) mês a contar da Data de Emissão da 2ª Série de Quotas Seniores.
Prazo de Distribuição das Quotas:	Período máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição.
Procedimento de Distribuição das Quotas:	A Administradora, sob regime de melhores esforços, realizará a distribuição pública das Quotas Seniores – 2ª Série durante o Prazo de distribuição das Quotas, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas.
Suspensão, Cancelamento, Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta:	A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro. A CVM deverá proceder à suspensão da Oferta das Quotas quando verificar

ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta das Quotas não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta das Quotas e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do referido registro.

A Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceito a Oferta, através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do anúncio de início, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Em caso de suspensão ou cancelamento da Oferta, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção: (i) a todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta das Quotas, na hipótese de seu cancelamento, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que for cancelada a Oferta; e (ii) a todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta de Quotas,

que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta de Quotas, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta de Quotas. É sempre permitida a modificação da Oferta de Quotas para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta de Quotas os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação. A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do anúncio de início da Oferta das Quotas. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta de Quotas, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Tendo sido deferida a modificação da Oferta de Quotas, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias. Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta de Quotas, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta de Quotas a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta de Quotas deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta de Quotas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta de Quotas será presumida em caso de silêncio do investidor. Em caso de desistência da aceitação da Oferta de Quotas pelo investidor, os

	<p>valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.</p>
Distribuição e Negociação:	<p>As Quotas Seniores da 2ª Série poderão ser registradas para distribuição primária no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e, para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.</p>
Forma de Subscrição e Integralização:	<p>No ato de subscrição das Quotas, o subscritor: (i) assinará o Termo de adesão e o Boletim de Subscrição, sendo este último assinado também pela Administradora; (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no Suplemento, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e, (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço físico para correspondências e endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.</p>
Aplicação dos Recursos pelo Fundo:	<p>Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados pelo Fundo na aquisição dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.</p>
Público-Alvo:	<p>Investidores Qualificados. O investimento nas Quotas não é adequado (i) a investidores que necessitem de liquidez considerável, uma vez que a negociação das referidas Quotas no mercado</p>

	secundário brasileiro é restrita, e (ii) não estejam dispostos a correr riscos inerentes ao investimento em quotas seniores de Fundos de investimento em direitos creditórios.
--	--

Característica da Oferta das Quotas Seniores – 2ª Série:

Quantidade de Quotas Seniores – 2ª Série:	Até 15.000 (quinze mil) quotas seniores.
Montante da Oferta de Quotas Seniores – 2ª Série:	R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).
Amortização das Quotas Seniores – 2ª Série:	As Quotas Seniores – 2ª Série, após o transcurso do prazo de carência de 20 (vinte meses contados da Data da Emissão, terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente a partir do 21º (vigésimo primeiro) mês, de acordo com o Cronograma de Amortização contido no Suplemento anexado a este Prospecto.
Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores – 2ª Série:	A 2ª Série de Quotas Seniores possuem um Benchmark de rentabilidade correspondente a 150% (cento e cinquenta por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br).
Classificação de Risco das Quotas Seniores – 2ª Série:	BBB(fe) de Longo Prazo

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O FUNDO E A OFERTA

Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para a obtenção de cópias do regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP, à sede da Administradora, da Gestora e/ou do Coordenador, nos endereços abaixo indicados:

Administradora, Custodiante e Agente Escriurador	<u>BANCO PETRA S.A.</u> Att. Ricardo Augusto Meira Pedro R. Pasteur, n. 463, 11º andar, conj. 1103 Água Verde, Curitiba/PR, CEP: 80.250-104 Telefone: (41) 3074-9001 Fax: (41) 3074-9001 E-mail: admfundos@bancopetra.com.br Site: www.finaxis.com.br
Gestora	<u>PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.</u> Att. Paulo Roberto Trota Av. Paulista, nº 1842, 1º andar Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-923 Telefone: (11) 3526-9001 Fax: (11) 3526-9001 E-mail: middle.office@petraasset.com.br Site: www.petracapital.com.br
Coordenador	<u>PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,</u> Att. Felipe Borges Moreira Av. Paulista, n. 1845, 1º andar, conjuntos 17 e 18, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-923 Telefone: (11) 3526-9001 Fax: (11) 3526-9001 E-mail: distribuicao@petracorretora.com.br
CVM	<u>COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS</u> Rua Sete de setembro, nº 111, Rio de Janeiro/RJ Ou Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo/SP Site: www.cvm.gov.br
CETIP	<u>CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS</u> Av. República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro/RJ; ou, Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 1º andar, São Paulo/SP

Site: www.cetip.com.br

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

Relação da Administradora, Gestora e do Coordenador

O grupo petra, atualmente composto pela Administradora, pela Gestora e pelo Coordenador Líder (“Grupo Petra”) foi fundado em 1999 como uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e, em todos esses anos, diversificou seus negócios, com foco em soluções financeiras, relacionamento e comunicação com seus clientes, que vão de investidores pessoas físicas a grandes empresas, instituições financeiras e investidores institucionais.

Com presença em São Paulo e Curitiba, o Grupo Petra possui mais de 150 (cento e cinquenta) colaboradores atuando em quatro áreas de negócio:

- Petra Corretora (distribuição de valores mobiliários)
- Banco Petra S.A. (banco comercial / serviços fiduciários)
- Petra Capital (gestão de crédito)

Atualmente, o Grupo Petra é responsável pela administração de mais de 100 fundos, o que representa um patrimônio líquido de R\$ 7,7 bilhões. Deste total aproximadamente R\$ 3,7 bilhões correspondem a FIDCs. (Fonte: Anbima – Agosto/2015)

Relação entre Administradora e o Auditor Independente

Na data deste Prospeco, a Administradora e o Auditor independente mantém relacionamento comercial, onde o Auditor independente é contratado da Administradora para prestar serviços de auditoria em outros Fundos de investimento e auditar as suas demonstrações financeiras.

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e dos relacionamentos acima descritos, a Administradora e o Auditor Independente poderão manter relacionamento comercial no curso normal de seus negócios, podendo, eventualmente, vir a atuar como prestador de serviços em outros Fundos em que o Auditor Independente seja prestador de serviços.

A Administradora e o Auditor independente não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos descritos neste Prospecto e as respectivas atuações de cada parte com relação ao Fundo.

Relação entre Administradora e a Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Agência de Classificação de Risco mantêm relacionamento comercial, em que a Agência de Classificação de Risco são contratadas pela Administradora para prestar serviços de classificação de risco em outros Fundos de investimento.

A Administradora e as Agências de Classificação de Risco não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos descritos neste Prospecto e as respectivas atuações de cada parte com relação ao Fundo.

Relação entre Administradora e a Consultora

Com exceção do serviço de consultoria relacionado à Emissão, a Administradora não tem qualquer outra relação com a Consultora.

Relação entre a Gestora e a Consultora

Com exceção do serviço de consultoria relacionado à Emissão, a Administradora não tem qualquer outra relação com a Consultora.

Contratos celebrados entre a Administradora e os demais Prestadores de Serviços.

Vide seção “sumário dos Principais Contratos” deste Prospecto.

CONFLITO DE INTERESSES

Na data deste Prospecto, não existem outras relações societárias ou comerciais entre as partes envolvidas nos processos de origem, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo além daquelas descritas neste Prospecto.

A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com a Gestora no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência no exercício das atividades descritas neste Prospecto. Entretanto, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade da Consultora, existindo o risco de haver conflito de interesses, como se verifica na parte “Fatores de Risco” deste prospecto.

A Administradora e/ou a Gestora não receberão do Fundo qualquer remuneração além da Taxa de Administração, prevista no regulamento, em razão da estruturação de operações que resultem em Direitos Creditórios objeto de subscrição ou aquisição pelo Fundo, seja diretamente ou por meio de qualquer de suas Partes Relacionadas, devendo transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar exclusivamente em decorrência de sua respectiva condição de prestadora de serviços do Fundo, desde que devidamente comprovado.

Eventuais remunerações recebidas pela Administradora e/ou pela Gestora (i) do Fundo, referentes à distribuição de quotas de sua emissão; e (ii) de terceiros, referentes à estruturação e/ou intermediação de distribuições públicas de Valores Mobiliários de Projetos ou outros valores mobiliários passíveis de investimento pelo Fundo, não deverão ser consideradas benefícios ou vantagens alcançadas exclusivamente em decorrência de sua respectiva condição de prestadora de serviços do Fundo, não sendo devida, portanto, a transferência ao Fundo de tais remunerações.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES – 2ª SÉRIE

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Quotas Seniores – 2ª Série, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos.

Montante Total da Oferta e Regime de Distribuição

O patrimônio será composto pelo número de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas necessárias para manutenção das Subordinações Mínimas, em conformidade com as regras estabelecidas na Instrução CVM 356 e no Regulamento.

Sem prejuízo da possibilidade de emissão de Quotas do Lote Suplementar, que pode importar em uma emissão de até mais 2.250 (duas mil, duzentas e cinquenta) Quotas Seniores – 2ª Série, na forma prevista neste Prospecto, o Fundo realizará inicialmente uma oferta para distribuição pública de 15.000 (quinze mil) Quotas Seniores – 2ª Série, todas com Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão, perfazendo o montante total de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). O Coordenador realizará a distribuição pública das Quotas Seniores – 2ª Série em mercado de balcão no âmbito da CETIP, conforme regulado pela Instrução CVM 400, sendo que a distribuição pelos Coordenadores será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação.

As Quotas de Lote Suplementar, se houver, serão colocadas em regime de melhores esforços, não existindo lotes mínimos ou máximos de investimento.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta das Quotas Seniores – 2ª Série conforme o plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplares do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano de distribuição será fixado nos seguintes termos:

- (i) não haverá procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400;
- (ii) os materiais publicitários utilizados na distribuição das Quotas terão sido devidamente submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, e os documentos de suporte às apresentações para potenciais investidores utilizados também terão sido encaminhados à CVM, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 50, da Instrução CVM 400;

- (iii) não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos; e
- (iv) o Público Alvo da Oferta é composto exclusivamente por Investidores Qualificados.

Caso seja verificado excesso de demanda, a Oferta, conforme o caso, estará sujeita a rateio, em função do número total de Quotas Seniores – 2ª Série. O rateio das Quotas perante os Investidores Qualificados ocorrerá de forma discricionária pelos Coordenadores, que decidirão em conjunto, observado o Valor Mínimo de Investimento, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica. Nesse sentido, os respectivos boletins de subscrição firmados por cada Investidor Qualificado poderão ser atendidos em montante inferior ao pretendido, a exclusivo critério dos Coordenadores.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso, na última Data de Liquidação, seja verificada distribuição com excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Quotas ofertada, será vedada a colocação de Quotas junto às Pessoas Vinculadas, sendo que as ordens de investimento realizadas pelos Investidores Autorizados que sejam Pessoas Vinculadas serão automaticamente canceladas.

Adicionalmente, a participação do Investidor Autorizado que seja Pessoa Vinculada na Oferta estará sujeita às mesmas condições e eventuais restrições aplicáveis aos demais Investidores Autorizados, nos termos deste Prospecto Definitivo.

Início e Encerramento da Distribuição de Quotas Seniores – 2ª Série

A colocação e subscrição das Quotas Seniores – 2ª Série somente terá início após: (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a publicação do anúncio de início; e (iii) a divulgação do Prospecto aos investidores.

As Quotas Seniores – 2ª Série serão distribuídas durante o Prazo de Distribuição das Quotas. A distribuição das Quotas Seniores – 2ª Série será encerrada até o final do Prazo de Distribuição das Quotas, mediante a publicação do anúncio de encerramento. O prazo de colocação poderá ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 356.

Negociação das Quotas Seniores – 2ª Série

As Quotas serão registradas (a) para distribuição no mercado primário por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos; e (b) para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas e caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados, que tiveram acesso ao

Regulamento e que assinaram o Termo de Adesão. As Quotas poderão permanecer nos ambientes de balcão ou na instituição depositária, conforme aplicável.

Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriurador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

As Quotas não poderão ser alienadas fora dos ambientes de balcão, excetuadas as hipóteses de transferência decorrente de lei ou decisão judicial.

Suspensão, Cancelamento, Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do referido registro.

A Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do anúncio de início, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Em caso de suspensão ou cancelamento da Oferta, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção: (i) a todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que for cancelada a Oferta; e (ii) a todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá

acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do avisto ao mercado e do anúncio de início. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.

CUSTOS E CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES – 2ª SÉRIE

Demonstrativo de Custos de Distribuição das Quotas Seniores – 2ª Série

Não será devida à Administradora e à Gestora qualquer remuneração ou comissionamento pela execução dos trabalhos relacionados à estruturação do Fundo e à distribuição das Quotas, com exceção do reembolso pelas despesas eventualmente incorridas para a implementação e registro da Oferta, conforme aplicável, que será realizado pelo Fundo, mediante apresentação dos respectivos comprovantes de despesas. Adicionalmente, os custos relacionados à classificação de risco das Quotas Seniores – 2ª Série, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade do Fundo.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados de forma consolidada da distribuição das Quotas Seniores – 2ª Série:

Custos da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta
Taxa de registro na CVM	96.000,00	0,6400
Taxa de registro na ANBIMA	1.500,00	0,0100
Taxa de registro na CETIP	0	0,0000
Custos de Assessoria	45.000,00	0,3000
Custos com Cartório	600	0,0040
Custo unitário de distribuição	9,54	-
Total	143.100,00	0,9540

Cronograma da Oferta

A oferta terá o seguinte cronograma tentativo:

Evento	Data Estimada
Protocolo dos documentos na CVM	21/11/2016
Obtenção do registro da Oferta	21/12/2016
Disponibilização do Prospecto definitivo	22/12/2016
Publicação do anúncio de início	22/12/2016
Início da distribuição pública das quotas	04/01/2017
Primeira Data de Liquidação	15/10/2019
Segunda Data de Liquidação	15/11/2019
Terceira Data de Liquidação	15/12/2019
Quarta Data de Liquidação	15/01/2020
Quinta Data de Liquidação	15/02/2020
Sexta Data de Liquidação	15/03/2020
Sétima Data de Liquidação	15/04/2020
Oitava Data de Liquidação	15/05/2020

Nona Data de Liquidação	15/06/2020
Adequação das Ordens na BM&FBOVESPA ou na CETIP	21/12/2016
Publicação do anúncio de encerramento	17/12/2017

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta seção foram retiradas do Regulamento, que é um documento anexo ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

O Fundo

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas na data de resgate da respectiva Série ou Classe de Quotas, em função do encerramento do Prazo de Duração ou da liquidação antecipada do Fundo.

O Fundo é classificado como um Fundo de investimento em direitos creditórios “fomento mercantil”, nos termos do anexo II da Deliberação nº 44, de 24 de novembro de 2010, da ANBIMA, uma vez que o Fundo busca retorno por meio de investimento em carteira pulverizada de recebíveis (direitos ou títulos), originados e vendidos por diversos cedentes que antecipam recursos através da venda de duplicatas, cheques e quaisquer outros títulos passíveis de cessão transferência de titularidade.

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, exceto em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Capítulo XXIII, do Regulamento.

As Quotas deverão ser amortizadas na forma prevista pelo Capítulo XVIII do Regulamento, no período aplicável. Não haverá resgate de Quotas, a não ser em função da liquidação do Fundo nos termos da Seção "Liquidação do Fundo", abaixo.

O Fundo destina-se a adquirir, preponderantemente, recebíveis (direitos ou títulos), passíveis de investimento pelo Fundo e que atendam aos Critérios de Elegibilidade descritos neste Prospecto (“Direitos Creditórios Elegíveis”) e outros ativos referidos neste Prospecto (“Ativos Financeiros”).

Base Legal

O Fundo é regido pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

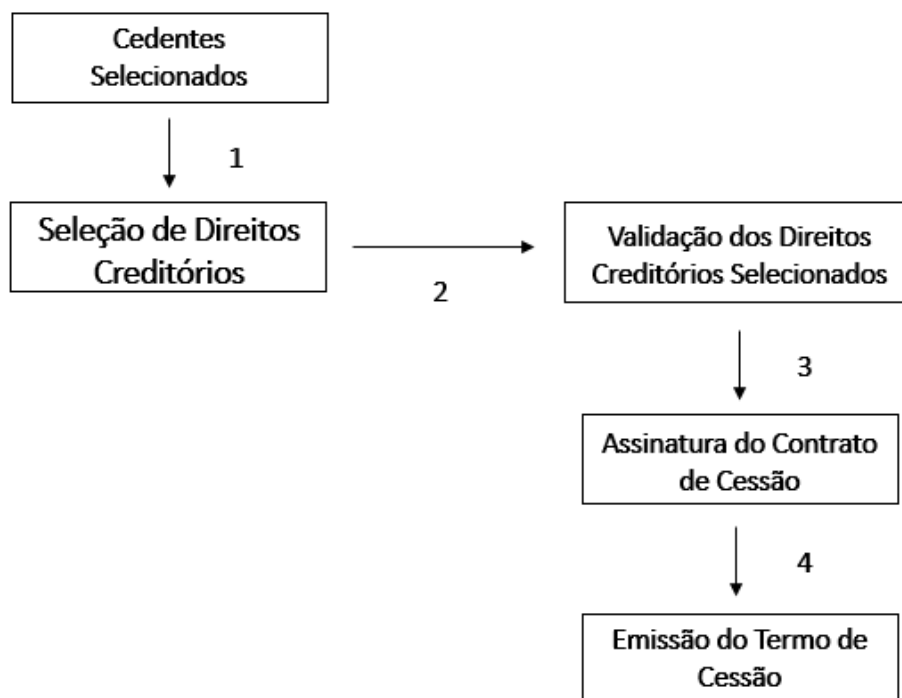
Público Alvo e Adequação do Investimento

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados que (i) subscrevam Quotas no montante mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); (ii) adiram ao Regulamento e subscrevam o Termo de Adesão.

O investimento nas Quotas não é adequado (i) a investidores que necessitem de liquidez considerável, uma vez que a negociação das Quotas no mercado secundário

brasileiro é restrita, e (ii) não estejam dispostos a correr riscos inerentes ao investimento em quotas seniores de Fundos de investimento em direitos creditórios.

Fluxograma da Estrutura do Fundo



1. Recebimento, pela Consultora, dos arquivos transmitidos pelas Cedentes selecionadas para cederem Direitos Creditórios ao Fundo, nos quais devem constar a relação dos Direitos Creditórios ofertados, oriundos de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizados pela Cedente, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos devedores.

2. Verificação pela Consultora de quais Direitos Creditórios dentre os ofertados atendem a política de investimentos do Fundo. Não havendo qualquer restrição, os Direitos Creditórios serão considerados passíveis de cessão ao Fundo, e consequentemente serão transmitidos à Administradora, através de arquivo eletrônico em formato ("layout") específico, que contemplará, além dos dados recebidos da Cedente, o valor pelo qual os Direitos Creditórios serão cedidos Fundo.

3. Averiguação, pela Administradora, de se a aquisição dos Direitos Creditórios passíveis de cessão pelo Fundo é compatível com as obrigações passivas do Fundo estabelecidas em seu Regulamento e no Contrato de Cessão, considerados o fluxo de caixa existente e a remuneração dessas obrigações passivas, conforme Taxa Mínima de Cessão, validando os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no regulamento.

4. Verificada a compatibilidade e validade dos Direitos Creditórios nos termos acima, assinado o Contrato de Cessão.

5. Assinado o Contrato de Cessão, a administradora comandará a emissão do respectivo Termo de Cessão, preferencialmente em forma eletrônica.

Aplicação dos Recursos

O Fundo buscará cumprir com seus objetivos por meio da aplicação dos recursos captados na subscrição ou aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos financeiros, de acordo com os critérios de composição concentração e diversificação estabelecidos no Regulamento e na legislação vigente, em especial no artigo 3º da Lei 12.431.

A subscrição ou aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis será irrevogável e irretratável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo, da plena titularidade dos referidos Direitos Creditórios Elegíveis, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos, podendo ou não contar com coobrigação dos Devedores, nas hipóteses admitidas pela legislação e regulamentação em vigor.

Objetivo de Investimento

O objetivo do Fundo é a valorização de suas Quotas, preponderantemente, por meio da aquisição em Direitos Creditórios, de empresas sediadas no território nacional, decorrentes de operações performadas, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade independam da prestação futura de qualquer contrapartida, realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços.

Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

Política de Investimento

O Fundo buscará cumprir com seus objetivos por meio da aplicação dos recursos captados na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, de acordo com os critérios de composição, concentração e diversificação estabelecidos no Regulamento e na legislação vigente, em especial no art. 3º da Lei 12.431.

O Fundo não poderá investir (i) na aquisição de ativos de renda variável e/ou quotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); (ii) na aquisição de cessões de fração do valor nominal de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao Fundo; (iii) na aquisição de Direitos Creditórios vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão; (iv) em qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro, operações compromissadas ou com derivativos, em que atue na contraparte, qualquer das Cedentes, a Consultora ou ainda qualquer de seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle

comum; (v) na realização de operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e, (vi) nas operações em mercados de derivativos, ainda que seja com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista.

O Fundo não poderá realizar aplicações em (i) Direitos Creditórios originados ou cedidos, direta ou indiretamente, pela Administradora, pela Gestora, e/ou pela Consultora e/ou de sua coobrigação, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, de coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (ii) Ativos Financeiros de emissão ou coobrigação da Administradora, da Gestora ou da Consultora, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo poderá alienar a terceiros Direitos Creditórios adquiridos desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo.

Limites de Concentração

O Fundo deve ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por Direitos Creditórios.

A parcela do patrimônio líquido do FUNDO que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis será necessariamente alocada pela Administradora nos Ativos Financeiros a seguir descritos, de acordo com os critérios de diversificação estabelecidos abaixo:

- a) Títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, celebradas com as Instituições Autorizadas;
- b) Títulos de emissão do BACEN e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do BACEN, celebradas com as Instituições Autorizadas;
- c) Quotas de emissão de Fundos de investimento em Quotas de Fundo de investimento de renda fixa ou de Fundo de investimento referenciado à Taxa DI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens "a", e "b" acima;
- d) Certificados de Depósito Bancário – CDBs emitidos por uma Instituição Autorizada.

A Gestora envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à carteira do FUNDO a classificação de longo prazo, para fins de tributação dos Quotistas.

Os investimentos do Fundo deverão atender aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos abaixo e na Instrução CVM 356 ("Limite de Concentração"), exceto no que se refere à aquisição de títulos públicos federais, Quotas de Fundos de renda fixa e Fundos de investimento em Quotas classificados como "renda fixa":

- a) Ativos Financeiros de um mesmo emissor no limite de até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido;
- b) Direitos Creditórios adquiridos de uma mesma Cedente ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade no limite de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido;
- c) Direitos Creditórios de um mesmo devedor no limite de até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido, ressalvado o disposto na alínea “d” abaixo;
- d) Na hipótese de cessões de Direitos Creditórios por diferentes Cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor estabelecido na alínea “c” acima, poderá ser majorado para 8% (oito por cento); e

Os Limites de Concentração deverão ser observados com relação ao grupo econômico do emissor, originador, devedor e/ou da Cedente, conforme o caso, incluindo desta forma, seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau (“Grupo Econômico”).

Na hipótese de o FUNDO adquirir a concentração máxima em Direitos Creditórios estabelecida de uma mesma Cedente ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade no limite de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido, nos 3 (três) maiores Cedentes, analisando-se a partir do grupo econômico do emissor, originador, devedor e/ou da Cedente, conforme o caso; ou seja, tal aquisição representar 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido, as Quotas Subordinadas do Fundo deverão corresponder à mesma porcentagem do patrimônio líquido do Fundo.

O Fundo poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas.

Para efeito de verificação dos “Limites de Concentração” da composição da carteira, as cessões de Direitos Creditórios realizadas pela Consultora, serão consideradas em relação aos percentuais estabelecidos, como se estivessem sendo realizadas pelo Fundo pelo originador do crédito.

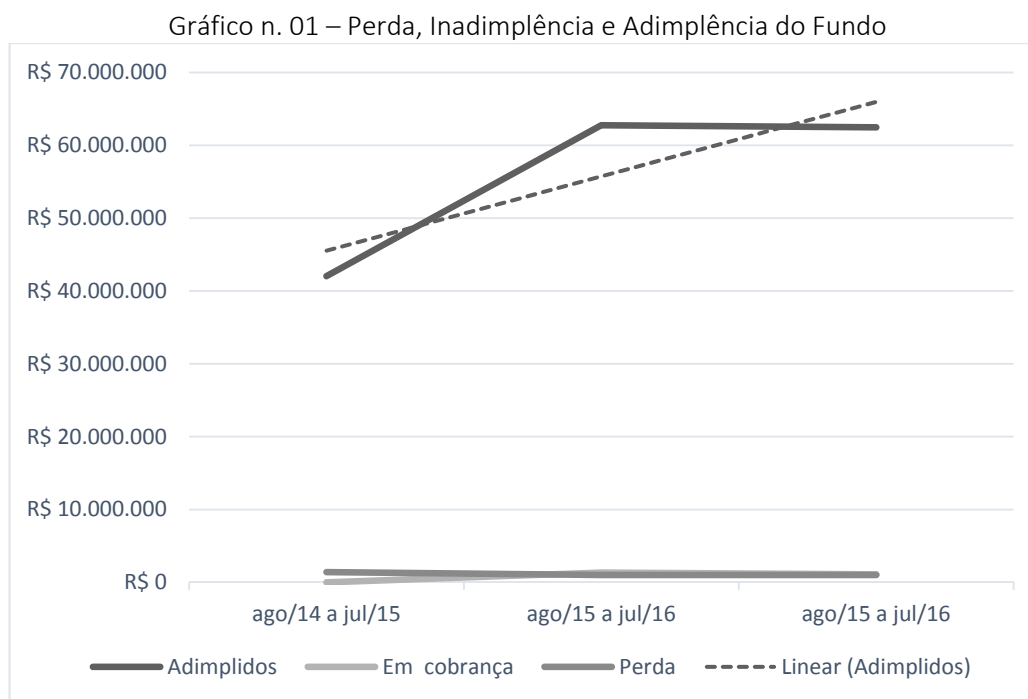
Os percentuais e Limites de Concentração aqui referidos serão cumpridos diariamente pela Administradora, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Informações Estatísticas sobre Inadimplementos, Perdas ou Pré-pagamentos

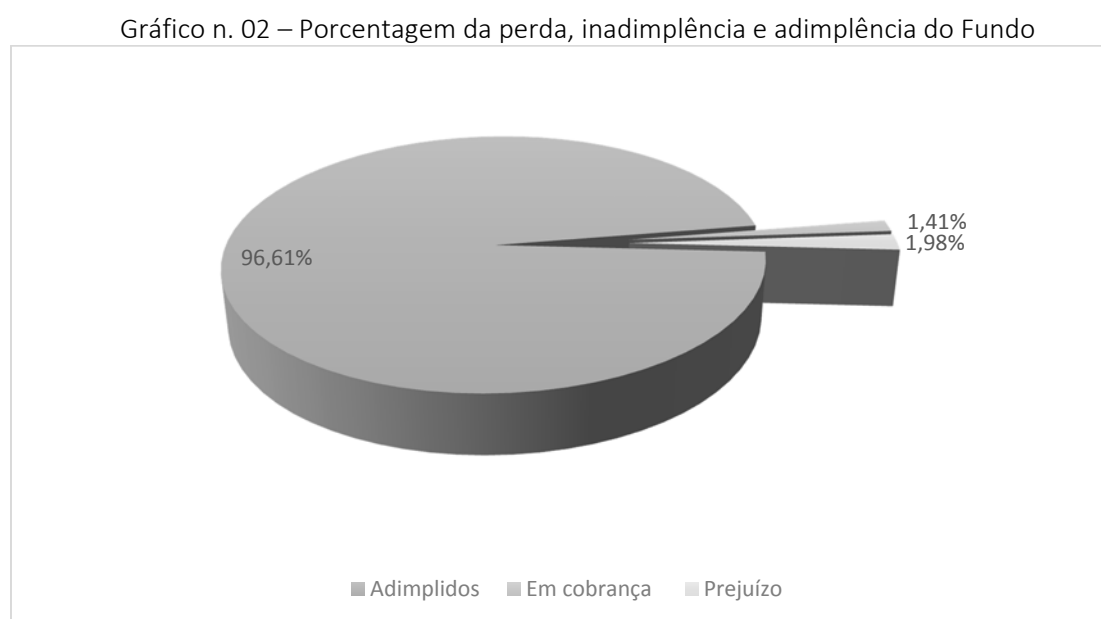
O Fundo iniciou suas atividades em 20 de junho de 2014, tendo por objetivo a aquisição de direitos creditórios decorrentes de cheques e duplicatas, selecionados com base nos critérios de elegibilidade constantes no regulamento do Fundo.

Considerando as operações realizadas do momento do início de funcionamento do Fundo até o julho/2016, momento em que foi efetuada a última classificação de risco das Quotas Seniores 1ª Série e das Quotas subordinadas, é verificável uma tendência

linear crescente nos adimplimentos dos títulos que se refletiu no aumento significativo do patrimônio líquido das Quotas Seniores da 1ª Série e das Quotas subordinadas, como se observa no Relatório de Rating do dia 15 de agosto de 2016.



No total, o prejuízo do Fundo acumulado desde o início de seu funcionamento, soma 1,98% (um vírgula oito por cento) dos créditos movimentados, enquanto 96,61% (noventa e seis vírgula sessenta e um por cento), enquanto e 1,41% (um ponto quarenta e um por cento) estão em procedimento de cobrança pelo Consultor do Fundo.



Contrapartes do Fundo

O Fundo poderá realizar operações em que a Administradora/Gestora e/ou Consultora, bem como suas respectivas partes relacionadas, atuem na condição de contrapartes do Fundo, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo. Todas as informações relativas às operações ora referidas serão objeto de registros analíticos segregados, o quais serão mantidos pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Regras Gerais

Os Direitos Creditórios serão custodiados pela Administradora ou pelo Depositário, conforme o caso, e os demais Ativos Financeiros da carteira do Fundo serão registrados e custodiados ou mantidos em contas de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

Conforme estabelecido em cada um dos Contratos de Cessão, os boletos de cobrança dos valores devidos pelos devedores com relação a cada um dos Direitos Creditórios representados por duplicatas e/ou contratos de compra e venda, e/ou de prestação de serviços serão emitidos pela Consultora ou pelo Banco Cobrador, e os valores decorrentes dos pagamentos serão diretamente depositados em conta corrente de titularidade do Fundo junto ao Banco Cobrador, por meio do sistema de compensação bancária.

Já os Direitos Creditórios representados por cheque, serão liquidados através de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo junto ao Banco Cobrador. Nenhum valor oriundo de pagamentos dos Direitos Creditórios será considerado quitado se recebido por qualquer das Cedentes ou pela Consultora, até que o respectivo recurso seja creditado na conta corrente de titularidade do Fundo na Administradora, observado o disposto no inciso VII do Artigo 20 do Regulamento do Fundo.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira diferenciada para cada série ou classe de Quotas conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

Não existe, por parte do Fundo, da Administradora, da Gestora ou da Consultora, nenhuma promessa ou garantia acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo ou relativas à rentabilidade de suas Quotas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Critérios de Elegibilidade

Os Direitos Creditórios deverão atender aos seguintes critérios, que serão validados pela Administradora, nos termos do Capítulo XI do Regulamento e do artigo 38

da Instrução CVM 356, no momento de cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo ("Critérios de Elegibilidade"):

- (i) Terem sido incluídos na relação dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, recepcionada por meio de arquivo eletrônico pela Consultora;
- (ii) Não serem, a data de vencimento, posteriores à data de encerramento da última série de Quotas Seniores do Fundo;
- (iii) Não estarem vencidos e pendentes de pagamento na Data de Aquisição;
- (iv) Ter a cessão de Direitos Creditórios sido precedida de análise para verificação da concentração de títulos de até 5% (cinco por cento) de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ), ressalvando-se que na hipótese de cessões de Direitos Creditórios por diferentes Cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor poderá ser majorado para 8% (oito por cento) e até 5% (cinco por cento) para um mesmo Cedente (mesmo CNPJ);
- (v) Serem, os Direitos Creditórios, de devedores que, na Data da Aquisição para o Fundo, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 (quinze) dias corridos;
- (vi) Ter, o Direito Creditório, o prazo médio inferior a 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Aquisição;
- (vii) Os Direitos de Crédito representados por Duplicata deverão representar, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do FUNDO apurado no dia útil anterior à cessão.

Diretriz de Cobrança

Nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356, o Custodiante será responsável pela cobrança ordinária dos Direitos Creditórios e/ou os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, recebendo, em nome do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos diretamente em: (i) conta de titularidade do Fundo; ou (ii) conta especial destinada a acolher depósitos a serem feitos pelos Devedores, os quais ali serão mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pelo Custodiante (escrow account).

A Consultora será responsável pela cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, devendo a instrução da cobrança dos Direitos Creditórios respeitar a "Política de Cobrança" descrita no artigo 84 do Regulamento:

- (i) As instruções de protesto, prorrogação, baixa, cancelamento de protesto e abatimento serão enviadas ao Banco Cobrador diretamente pela Consultora ou pela Administradora;

- (ii) As comunicações aos cartórios de protesto de títulos serão realizadas pelo Banco Cobrador, podendo ser empregada empresa terceirizada especializada em serviços dessa natureza;
- (iii) Havidas todas as medidas cabíveis amigavelmente e por meios administrativos, a Consultora ou a empresa de cobrança por ela nomeada poderá indicar um advogado que responderá pela cobrança do devedor em juízo, ficando a Administradora obrigada a outorgar em nome do FUNDO o respectivo mandato ad-judicia.

Pelas atividades de cobrança previstas nos parágrafos acima, o Custodiante e a Consultora não farão jus a qualquer remuneração adicional.

Patrimônio Líquido

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades e provisões.

Na subscrição de Quotas representativas do patrimônio inicial do Fundo que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores será de 133% (cento e trinta e três por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Quotas Subordinadas ("Relação Mínima").

Despesas e Encargos do Fundo

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos e dos demais Ativos Financeiros da carteira do Fundo, serão suportadas diretamente pelo Fundo. Da mesma forma, a Administradora, a Gestora, a Consultora ou respectivas Partes Relacionadas não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados à Diretriz de Cobrança.

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e de Gestão, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

- (i) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) Despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) Despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) Honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (v) Emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) Honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) Quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (viii) Taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (ix) Contribuição devida às bolsas de valores ou a entidades de mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) Despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- (xi) Despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, como representante dos Quotistas; e
- (xii) Despesas com a contratação de agente de cobrança de que trata o inciso IV do artigo 38 da Instrução CVM 356.

As despesas não previstas relacionadas nos itens acima como encargos do Fundo devem correr por conta da instituição Administradora, na forma do Parágrafo Único do artigo 122 do Regulamento do Fundo.

Remuneração

A Administradora, a Gestora e a Consultora receberão, pela prestação dos serviços de administração, gestão, escrituração, controladoria e consultoria especializada do Fundo, a remuneração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente (a “Taxa de Administração”):

- a) O maior valor entre 0,35% (trinta e cinco décimos por cento) ao ano e o valor mínimo, conforme definidos a seguir: (i) para os 2 (dois) primeiros meses de funcionamento do Fundo, será cobrado o valor mínimo mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); (ii) no 3º (terceiro) e 4º (quarto) mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); (iii) no 5º e 6º mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) sendo que a partir do 7º mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal passará a ser de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) atualizados anualmente pela variação do IGP-M; e
- b) O percentual de 1% (um por cento) ao mês sobre os Direitos Creditórios adquiridos no mês imediatamente anterior.

A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, tendo como base o patrimônio líquido do Fundo do primeiro Dia Útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por Dias Úteis, sendo o pagamento realizado mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

A Taxa de Administração não compreende os serviços de custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do Fundo prestados pelo próprio Administrador, que serão cobrados do Fundo, a título de despesa, conforme disposto neste Regulamento.

Não será cobrada taxa de ingresso, saída e performance do Fundo.

Fatores de Riscos

Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perda total do capital investido pelos Quotistas no Fundo.

Os Ativos Financeiros e Direitos Creditórios que compõem a carteira do Fundo estão sujeitos aos seguintes fatores de risco:

Risco de Crédito:

É o risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução dos ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo.

Risco de Liquidez:

É risco de redução ou inexistência de demanda pelos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos que podem, inclusive, obrigar a Gestora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Esses fatores podem prejudicar o pagamento de resgate e/ou amortização aos Quotistas do Fundo.

Risco de Mercado:

É risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos Ativos Financeiros do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Quotas e perdas aos Quotistas.

Risco de Concentração:

A Gestora buscará diversificar a carteira do Fundo e deverá observar os “Limites de Concentração” de que trata o Artigo 56 do Regulamento. No entanto, a política de investimentos do Fundo admite:

- i) A aquisição/ou manutenção na carteira do Fundo de concentração em títulos públicos e privados;
- ii) Aquisição e/ou manutenção na carteira do Fundo de Direitos Creditórios de apenas uma Cedente nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do Fundo.

O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor de títulos, ou em Direitos Creditórios cujo devedor seja um único devedor, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor ou devedor.

Risco de Descasamento:

Os Direitos Creditórios componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as Quotas Seniores, quando houver, terão determinada Remuneração Alvo. Neste caso, se, de maneira

excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Quotas.

Risco da Liquidez da Cota no Mercado Secundário:

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Quotas do Fundo, em situações de normalidade, só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série ou classe, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o cotista resolva desfazer-se de suas Quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de Quotas de Fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

Risco de inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios:

O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos Fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas no Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Quotas.

Risco de Descontinuidade:

A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios nos termos de cada um dos Contratos de Cessão. Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do Fundo em situações pré-determinadas ou mediante deliberação da Assembleia Geral. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da carteira do Fundo, bem como gerar dificuldades à Gestora e a Consultora em identificar Direitos de Crédito que estejam de acordo com os Critérios de Elegibilidade nos termos deste Regulamento em tempo hábil.

Desse modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no Fundo com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida, entretanto, pelo Fundo, pela Administradora, pela Consultora ou pelas Cedentes dos Direitos Creditórios qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de Resgate das Quotas do Fundo em Direitos Creditórios:

Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, há previsão no Regulamento de que as Quotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os

Direitos Creditórios recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios e poderão sofrer prejuízos patrimoniais.

Risco Tributário:

É o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando o Fundo a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas.

Risco Relacionado a Fatores Legais e Regulatórios:

O Fundo está sujeito a riscos decorrentes das eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios para o Cedente, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos Creditórios cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados.

Risco de Guarda da Documentação Relativa aos Direitos Creditórios e da Verificação de Lastro por Amostragem:

A Administradora será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios da operação relativos aos direitos creditórios. Todavia a Administradora poderá contratar e contratou o Depositário para que realize a guarda do original dos Documentos Comprobatórios da operação que tenham sido emitidos em suporte analógico. Mesmo que a Administradora possua regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação e que o contrato de prestação de serviços celebrado com o Depositário garanta o efetivo controle da Administradora sobre a movimentação dos Documentos Comprobatórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo sob a guarda do Depositário, a guarda da documentação por terceiro poderá dificultar ou retardar eventuais procedimentos de cobrança dos respectivos devedores, podendo gerar perdas ao Fundo e consequentemente aos seus Quotistas.

Adicionalmente, eventos fora do controle da Administradora ou do Depositário, incluindo, mas não se limitando a, incêndios, inundações e outras hipóteses de força maior, poderão acarretar a perda dos Documentos Comprobatórios, gerando prejuízos ao Fundo e aos seus Quotistas.

A Administradora realizará, diretamente ou através de terceiros contratados, verificação periódica da documentação referente aos direitos creditórios. Uma vez que essa verificação é realizada por amostragem após a cessão dos direitos creditórios ao Fundo este poderá adquirir direitos creditórios que, na data da cessão, não apresentem evidências da comprovação de entrega da mercadoria ou da prestação do serviço. Além disso, a carteira do Fundo poderá conter direitos creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios.

Risco relacionado à Consultora:

Uma vez que o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade da Consultora, existe o risco de haver conflito de interesse entre o Fundo e a Consultora.

Risco pela Ausência do Registro em Cartório das Cessões de Direitos Creditórios ao Fundo:

Por se tratar de um Fundo que poderá adquirir Direitos Creditórios de uma multiplicidade de Cedentes domiciliados em diversas localidades no território brasileiro, o Fundo adota como política não registrar os Contratos de Cessão e seus Termos de Cessão em cartório de registro de títulos e documentos em função dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos Contratos de Cessão e/ou Termo de Cessão e anexos poderá representar risco ao FUNDO em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelas Cedentes a mais de um cessionário.

O Fundo não poderá reclamar Direitos Creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos Creditórios cedidos pagos por devedores a terceiros de boa-fé adquirentes dos mesmos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Fundo poderá sofrer perdas, não podendo a Administradora ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.

Ausência de classificação de risco das Quotas:

O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas e séries de Quotas Seniores que não possuam classificação de risco emitida por agência classificadora de risco, desde que permitido pela regulamentação aplicável, o que pode dificultar a avaliação, por parte dos investidores, da qualidade do crédito representado pelas Quotas e com a capacidade do Fundo em honrar com os pagamentos das Quotas.

Além disso, a ausência de classificação de risco pode restringir a negociação dessas Quotas no mercado secundário a um número menor de investidores e, assim, reduzir a liquidez destas nesse mercado. Caso os titulares das Quotas Seniores desejem se desfazer de seu investimento antes do prazo de vencimento, podem ser obrigados a oferecer descontos substanciais para vendê-las no mercado secundário, realizando uma perda de parte de seu vencimento. Não há garantias de que os investidores conseguirão se desfazer de seus investimentos antes do prazo de vencimento destas Quotas.

Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Gestora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas

de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em:

- (i) Perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo;
- (ii) Inadimplência dos emissores dos ativos e/ou devedores;
- (iii) Incremento significativo nas solicitações de resgates de Quotas Seniores. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Quotistas e atrasos nos pagamentos dos regates.

Titularidade dos Direitos Creditórios:

O Fundo é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos de Creditórios, e suas Quotas representam porções ideais de seu patrimônio líquido. Deste modo, a titularidade das Quotas não confere ao cotista a propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos de Creditórios ou sobre os Ativos Financeiros que integram a carteira do Fundo.

Em caso de liquidação antecipada do Fundo, poderá haver resgate de Quotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no Regulamento, e neste caso, a propriedade dos Direitos Creditórios será transferida do Fundo para os quotistas. Não caberá ao cotista a escolha dos Direitos Creditórios que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Quotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes:

O Fundo está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplas Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidas pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora, pela Consultora de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre as Cedentes e os respectivos devedores podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora ou pela Consultora.

Caso os Direitos Creditórios cedidos não sejam pagos integralmente pelos respectivos devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o devedor e a respectiva Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e as respectivas Cedentes não restituam ao Fundo o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos Creditórios, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente.

Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:

Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, a Consultora poderá efetuar a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos

valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o FUNDO recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo. O Fundo, caso os custos da cobrança judicial sejam muito elevados, poderá optar por não efetuar tal cobrança judicial, o que poderá acarretar perda patrimonial para o Fundo.

Riscos relacionados aos procedimentos de cobrança:

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas. A Administradora, a Gestora e a Consultora não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção de referidos procedimentos caso o Fundo não disponha de recursos suficientes necessários para tanto.

Risco de Execução de Direitos Creditórios Emitidos em Caracteres de Computador na Modalidade de Duplicatas Digital:

O Fundo pode adquirir Direitos Creditórios formalizados através de duplicatas digitais. Essa é uma modalidade recente de título cambiário que se caracteriza pela emissão em meio magnético, ou seja, não há a emissão da duplicata em papel.

Não existe um entendimento uniforme da doutrina como da jurisprudência brasileira quanto à possibilidade do endosso virtual, isto porque a duplicata possui regras próprias segundo a Lei Uniforme de Genebra que limitariam a possibilidade de tais títulos serem endossados eletronicamente. Além disso, para promover ação de execução da duplicata virtual, o Fundo deverá apresentar em juízo o instrumento do protesto por indicação, nesse sentido será necessário provar a liquidez da dívida representada no título de crédito, já que não se apresenta a cártula, uma vez que a cobrança e o pagamento pelo aceitante, no caso da duplicata digital, são feitos por boleto bancário. Dessa forma, o Fundo poderá encontrar dificuldades para realizar a execução judicial dos Direitos Creditórios representados por duplicatas digitais.

Demais riscos:

O Regulamento prevê que os Direitos Creditórios deverão atender os Critérios e Elegibilidade, porém os referidos Critérios de Elegibilidade poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios serem alcançados por obrigações assumidas pelas Cedentes e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios consistem:

- (i) Na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo;
- (ii) Na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo;
- (iii) Na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelas Cedentes, e
- (iv) Na revogação da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores das Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações das Cedentes e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente. A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas a propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

Forma e espécie

As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo. Todas as Quotas serão escriturais e permanecerão em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à Administradora, qualificando seus respectivos titulares como quotistas do Fundo ("Quotistas").

Observadas as Subordinações Mínimas, o Fundo poderá emitir múltiplas séries de Quotas Seniores (cada, uma "Série"), múltiplas classes de Quotas Subordinadas Mezanino e múltiplas classes de Quotas Subordinadas Juniores (cada, uma "Classe"), de acordo com as condições previstas no respectivo Suplemento de cada Série ou cada Classe de Quotas, conforme aplicável. Não há qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas da mesma Série ou da mesma Classe.

Emissão de Quotas Seniores

As Quotas do Fundo classificadas como "Seniores" têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) Buscarão atingir a Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores atribuída a cada Série, prevista no Suplemento de Quotas Seniores de cada Série, na forma substancialmente prevista no Regulamento.
- (ii) Prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (iii) Deverão atender à Relação Mínima estabelecida no Regulamento;
- (iv) O valor unitário inicial de emissão na data da primeira subscrição de Quotas Seniores será de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- (v) O valor unitário será calculado todo Dia Útil para efeito de definição do valor de integralização e resgate das Quotas Seniores;
- (vi) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Quota Sênior corresponderá a 01 (um) voto.
- (vii) As Quotas Seniores em circulação serão trimestralmente avaliadas pela agência classificadora de risco. Não obstante, caso entenda necessário, a agência classificadora de risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Quotas Seniores em periodicidade inferior.

Emissão de Quotas Subordinadas

As Quotas do Fundo classificadas como “Subordinadas” possuem as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (i) Subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (ii) Deverão atender à Relação Mínima entre as Quotas Subordinadas estabelecidas no Regulamento;
- (iii) O valor unitário inicial de emissão na data da primeira subscrição de Quotas Subordinadas será de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- (iv) O valor unitário será calculado todo Dia Útil para efeito de definição do valor de integralização e resgate das Quotas Subordinadas;
- (v) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quotas Subordinada corresponderá 01 (um) voto.
- (vi) As Quotas Subordinadas não serão submetidas a avaliação pela agência classificadora de risco, uma vez que serão subscritas exclusivamente pela Consultora e seus sócios;
- (vii) A integralização de Quotas Subordinadas em Direitos de Crédito está condicionada ao atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade.

Emissão, Integralização e Valor das Quotas

As Quotas deverão ser subscritas e integralizadas, respeitando-se as Subordinações Mínimas, nos termos e nos prazos definidos, conforme o caso, no Regulamento, neste Prospecto, nos Suplementos e nos respectivos Boletins de Subscrição assinados por cada Investidor Qualificado.

A integralização das Quotas do Fundo será efetuada à vista em moeda corrente nacional, mediante o crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN ou através de sistema operacionalizado pela CETIP, quando aplicável.

Na integralização da 2ª Série de Quotas Seniores deverá ser utilizado o valor da 2ª Série de Quotas Seniores do dia da efetiva disponibilidade dos recursos investidos.

Amortização e Resgate de Quotas

A amortização das Quotas é admitida nos termos do Regulamento e do respectivo Suplemento aplicável à classe de Quotas, considerando a respectiva Série ou Classe, conforme aplicável.

Observado o prazo de carência de 20 (vinte) meses contados da Data de Emissão, as Quotas Seniores da 2ª Série terão os seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente a partir do 21º (vigésimo primeiro) mês, de acordo com o cronograma de amortização definido abaixo:

Nº de amortização	Razão de amortização	Mês de Amortização
1/9	1/9	21º
2/9	1/8	22º
3/9	1/7	23º
4/9	1/6	24º
5/9	1/5	25º
6/9	1/4	26º
7/9	1/3	27º
8/9	1/2	28º
9/9	1/1	29º

A amortização das Quotas do Fundo poderá ocorrer antes do prazo previsto nas seguintes hipóteses:

- (i) Impossibilidade de o Fundo adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;
- (ii) O patrimônio líquido do Fundo se tornar igual à soma do valor de todas as Quotas Seniores; e/ou
- (iii) Em se tratando de Quotas Subordinadas, quando ocorrer a hipótese prevista no Artigo 107 do Regulamento.

A antecipação do início da amortização de Quotas do Fundo será operacionalizada mediante comunicação através de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico aos Quotistas enviado com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Na hipótese do montante total de Quotas Subordinadas superar o percentual mínimo do patrimônio do Fundo previsto no artigo 115 do Regulamento, estas poderão ser amortizadas, tendo a Administradora até 15 (quinze) dias para realizar o pagamento das amortizações extraordinárias, observados os seguintes critérios:

- (i) A partir da data da primeira integralização de Quotas do Fundo, trimestralmente a Administradora fará a verificação da ocorrência ou não desta hipótese de amortização;

- (ii) as Quotas Subordinadas serão amortizadas visando exclusivamente o reequilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições do Regulamento.

O resgate de Quotas Seniores – 2ª Série somente ocorrerá no 29º (vigésimo nono) mês a contar da Data de Emissão, conforme estabelecido no respectivo Suplemento.

O pagamento das amortizações ou dos resgates de Quotas do Fundo será realizado no dia 15 (quinze) do respectivo mês ou no primeiro Dia Útil subsequente da praça em que a Administradora está sediada, sendo utilizado o valor da Quota em vigor no Dia Útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, devendo a Administradora constituir reserva monetária formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de Quotas Seniores, de acordo com o seguinte cronograma:

- (i) até 20 (vinte) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva; e
- (ii) até 10 (dez) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva.

O Fundo somente efetuará resgates, aplicações e amortizações em Dias Úteis. Se a data de resgate, aplicação ou amortização ocorrer em dia não útil, o respectivo pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil subsequente.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

As Quotas do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos Direitos Creditórios e dos demais Ativos Financeiros integrantes da respectiva carteira, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, adotando-se, sempre quando houver, o valor de mercado, observando-se a seguinte metodologia:

- I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como “títulos mantidos até o vencimento”. Os demais ativos deverão ser classificados na categoria “títulos para negociação”;
- II - Os ativos classificados como “títulos para negociação” serão marcados a mercado, diariamente, nos termos da legislação em vigor, observado que:

- a) a verificação do valor de mercado dos Ativos Financeiros do Fundo terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos Ativos Financeiros do Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo; devendo ser utilizado como parâmetro o preço médio de negociação do ativo no dia da apuração em seus respectivos mercados; independentemente dos preços praticados pela Administradora em suas mesas de operação; e
- b) na precificação dos Ativos Financeiros deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período;

III - Os Ativos Financeiros do Fundo classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” serão avaliados da seguinte forma:

- a) pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- b) a apropriação dos rendimentos deve ser efetuada considerados os dias úteis entre a data da aquisição do Direito Creditório até a data do seu vencimento, excluído o dia da aquisição e incluído o dia do vencimento; e
- c) o rendimento do Direito Crédito é a diferença entre o valor de aquisição e o valor do Direito Creditório apurado na data de seu vencimento.

Todos os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” para efeito de avaliação, e serão avaliados conforme a metodologia exposta no item III acima. Os demais ativos adquiridos pelo Fundo, ou seja, a parte do patrimônio líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios, serão classificados na categoria “títulos para negociação”, e serão avaliados conforme a metodologia exposta no item II acima.

Para a provisão dos valores referentes aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos será observada a seguinte regra:

- (i) Até o 30º (trigésimo) dia de atraso não será realizada qualquer provisão;
- (ii) Para cada dia decorrido a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de face do título;
- (iii) A partir do 45º (quadragésimo quinto) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

As Quotas devem ser registradas pelo valor respectivo para amortização ou resgate, respeitadas as características de cada classe ou série, se houver.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Eventos de Avaliação

Caberá à Administradora convocar uma Assembleia Geral para deliberar sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, bem como consequente definição de cronograma de pagamentos aos Quotistas, se e quanto aplicável, na hipótese de ocorrência de qualquer das situações a seguir descritas ("Eventos de Avaliação"):

- (i) Inobservância, pela Consultora, dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;
- (ii) Inobservância, pela Administradora, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, conforme o caso, verificado pelos Quotistas, desde que, notificada por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;
- (iii) Na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento; e
- (iv) Inobservância dos índices de subordinação mínimos estipulados neste regulamento por um período de 5 dias consecutivos.

Na hipótese de ocorrência e continuidade de um Evento de Avaliação, e até a eventual decisão de liquidação do Fundo ou de retomada de suas atividades regulares, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral, a Administradora do Fundo deverá suspender imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios.

Eventos de Liquidação

O Fundo será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses ("Eventos de Liquidação"):

- (i) Por deliberação de Assembleia Geral pela liquidação do Fundo;
- (ii) Em caso de impossibilidade de o Fundo adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;
- (iii) No caso de oferta pública de Quotas Seniores, se o patrimônio líquido do Fundo se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as Quotas Seniores; e
- (iv) Cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da presta o dos serviços objeto do Contrato de Consultoria, sem que tenha

havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá: (i) interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios; (ii) convocar uma Assembleia Geral, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do Evento de Liquidação, para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar os direitos dos Quotistas, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão da Assembleia Geral favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Caso a Assembleia Geral decida não liquidar o Fundo, será assegurado aos Quotistas detentores de Quotas Seniores dissidentes, desde que se manifestem formalmente até o encerramento da respectiva Assembleia Geral, o resgate das Quotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento.

Na ocorrência de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios, devendo ser observado, no que couber, o disposto no Regulamento.

Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares de Quotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data da liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores.

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, o auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações financeiras auditadas e a data da efetiva liquidação do Fundo, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

Após a partilha ativo, a Administradora deverá promover o cancelamento do registro do Fundo, mediante o encaminhamento à CVM, no prazo de 15 (quinze) dias.

ASSEMBLEIA GERAL

Competência

É da competência da assembleia geral de Quotistas ("Assembleia Geral"):

- (i) Tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- (ii) Alterar o Regulamento do Fundo;
- (iii) Deliberar sobre a substituição da Administradora e dos demais prestadores de serviços do Fundo, observado o item abaixo;
- (iv) Deliberar sobre a destituição da Consultora ou sobre a contratação pelo Fundo de novas prestadoras de serviços de consultoria especializada;
- (v) Deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vi) Prorrogar o prazo de duração de séries de Quotas Seniores;
- (vii) Deliberar sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação e/ou Liquidação Antecipada;
- (viii) Aprovar a emissão de novas Quotas Seniores do Fundo; e
- (ix) Deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo.
- (x) Deliberar sobre as demonstrações financeiras do Fundo, no mínimo, uma vez por ano.

Procedimento de Convocação

A convocação da Assembleia Geral do Fundo far-se-á, pela Administradora, por correio eletrônico preferencialmente, ou por carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou mediante anúncio publicado no Periódico indicado no Regulamento, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Além da reunião anual para deliberar sobre as demonstrações financeiras do Fundo, a Assembleia Geral pode ser convocada pela Administradora ou por Quotistas possuidores de Quotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Quotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sendo possível que tais providências sejam tomadas juntamente com o anúncio, a carta ou o correio eletrônico de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede, quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.

Independentemente das formalidades previstas nos Artigos deste Capítulo, será considerada regular a Assembleia Geral que comparecerem todos os Quotistas.

Instalação da Assembleia

As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos 1 (um) cotista, devendo as deliberações relativas à matéria prevista no ponto (i) do item “Competência”, ser aprovada pelo critério da maioria de Quotas dos Quotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado o disposto a seguir.

As deliberações relativas às matérias previstas nos pontos (iv) e (viii) do item “Competência” dependerão da aprovação de no mínimo 70% (setenta por cento) das Quotas Subordinadas emitidas.

As deliberações relativas às matérias previstas no ponto (iii), exclusivamente no que se refere a substituição da Administradora, (v) e (ix) do item “Competência” dependerão da aprovação em primeira convocação da maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

Somente podem votar na Assembleia Geral os Quotistas, seus representantes legais, ou procuradores constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na Assembleia Geral a Administradora e respectivos empregados.

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização. Referida divulgação deve ser providenciada mediante anúncio publicado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou, ainda, por correio eletrônico.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- (i) Lista de Quotistas presentes na Assembleia Geral;
- (ii) Cópia da ata da Assembleia Geral;
- (iii) Exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- (iv) Modificações procedidas no prospecto, se houver.

O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto o Fundo dedicará esforços em buscar o enquadramento como fundo de investimento de longo prazo.

As amortizações programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas à época do resgate ou da amortização de Quotas.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF – Títulos

Os fatos sujeitos à incidência do IOF-Títulos são a aquisição, cessão, resgate, repactuação ou pagamento para liquidação de títulos e valores mobiliários.

No caso específico de Fundos como o presente, há incidência do IOF apenas na hipótese de o quotista resgatar suas quotas antes de completado o prazo de carência para crédito dos rendimentos, ou caso haja resgate, cessão ou repactuação antes de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver investido no Fundo.

No caso de haver resgate antes de completado o prazo de carência para crédito dos rendimentos, o IOF será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) ao dia sobre o valor de resgate, limitado à diferença entre o valor da quota, no dia do resgate, multiplicado pelo número de quotas resgatadas, deduzido o valor do imposto de renda, se houver, e o valor pago ou creditado ao quotista.

Nas demais hipóteses, a tributação do IOF é regressiva em função do prazo decorrido do investimento. A alíquota aplicável é de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação, ficando a incidência limitada a um percentual do rendimento da aplicação, em função do seu prazo. A tributação inicial aplicável é de 1% (um por cento) sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação, limitada a 96% (noventa e seis por cento) do rendimento da aplicação. Após o trigésimo dia de investimento, a tributação torna-se zero, conforme tabela abaixo:

Número de dias	% Limite do Rendimento	Número de dias	% Limite do Rendimento
1	96%	16	46%
2	93%	17	43%
3	90%	18	40%
4	86%	19	36%
5	83%	20	33%
6	80%	21	30%
7	76%	22	26%
8	73%	23	23%
9	70%	24	20%
10	66%	25	16%
11	63%	26	13%
12	60%	27	10%
13	56%	28	6%
14	53%	29	3%
15	50%	30	0%

A alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia, relativamente a operações ocorridas após este eventual aumento.

IOF – Câmbio

No caso de quotista não residente, as operações de câmbio relacionadas ao investimento ou desinvestimento no Fundo aqui tratado gerarão a incidência do IOF na modalidade câmbio ("IOF-Câmbio"). Atualmente, a alíquota do IOF-Câmbio encontra-se reduzida a zero no caso das operações para ingresso para aquisição das quotas do Fundo, bem como para retorno dos recursos investidos.

Imposto de Renda para Quotista Pessoa Física residente no Brasil:

a) Rendimentos:

Considerando que o Fundo buscará cumprir com os requisitos necessários para ser enquadrado como fundo de longo prazo, ou seja, com carteira de crédito que tenha prazo médio de vencimentos dos títulos e valores mobiliários superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, serão aplicáveis as alíquotas regressivas do IRRF sobre os rendimentos serão as seguintes:

Fundo de investimento - longo prazo	
Prazo de investimento do quotista	Alíquota
Até 180 dias	22,5%
De 181 a 360 dias	20,0%
De 361 a 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15,0%

Por outro lado, se a carteira do fundo for de curto prazo, ou seja, se o prazo médio de vencimento dos títulos e valores mobiliários que a compõem for igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as alíquotas regressivas do IRRF sobre os Rendimentos serão:

Fundo de investimento - curto prazo	
Prazo de investimento do quotista	Alíquota
Até 180 dias	22,5%
Acima de 180 dias	20,0%

Em razão de o fundo ser organizado sob a forma de condomínio fechado, não há a aplicação do IRRF semestral ("come-quotas") incidente no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano.

b) Ganhos de Capital:

Imposto de Renda sobre Ganhos na Alienação das Cotas – Os ganhos (diferença positiva entre o valor de alienação e o custo de aquisição das Quotas) auferidos pelos Quotistas na alienação das Quotas serão tributados à alíquota de 15% (quinze por cento) (i) como ganho de capital, no caso de Quotista pessoa física em operação realizada fora de bolsa; ou (ii) como ganho líquido, nos demais casos.

Imposto de Renda para Quotista Pessoa Jurídica não-financeira domiciliada no Brasil:

a) Rendimentos:

Os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas aplicáveis aos Quotistas pessoas físicas residentes no Brasil.

b) Ganhos de Capital:

Os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%.

Como regra, o IRRF será tratado como: (i) definitivo, no caso de Quotistas pessoas físicas, e (ii) antecipação do imposto devido, uma vez que os rendimentos e ganhos integram a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ e da contribuição social sobre o lucro - CSLL. Nessa hipótese, o imposto de renda retido na fonte é tratado como antecipação, podendo ser compensado com o IRPJ apurado no encerramento do período de apuração.

Outras Incidências:

No caso de alienação de quotas do Fundo realizada em bolsa ou no mercado de balcão ou com intermediação, pode haver, a depender do caso, a incidência de IRRF de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre o valor de alienação, sendo que a retenção e recolhimento caberá, em princípio, à instituição intermediária que receber a ordem do quotista para a alienação de quotas, sendo antecipação do imposto de renda devido.

Para as pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, os resultados auferidos em decorrência do investimento no Fundo devem ser considerados na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), exceto quando haja previsão de isenção ou imunidade.

Em relação ao PIS e à COFINS, no caso de pessoa jurídica sujeita ao regime não cumulativo, os resultados auferidos sujeitam-se à incidência das contribuições, porém a sua alíquota atualmente encontra-se reduzida a zero. No caso de pessoa jurídica sujeita ao regime cumulativo, como regra geral não há incidência das contribuições, porém no caso de pessoas jurídicas que tenham como atividade principal a exploração de operações financeiras, como, por exemplo, as instituições financeiras e entidades assemelhadas, os resultados auferidos são considerados como receita tributável pelo PIS e pela COFINS pela Receita Federal do Brasil, na forma da legislação aplicável.

Além dos tributos acima, pode haver outras incidências ou regras de tributação específicas além daquelas comentadas, a depender do regime a que esteja submetido o quotista.

A tributação acima descrita somente será alterada em virtude de eventuais modificações legislativas futuras. Caso isso ocorra, o Fundo deverá atender o que vier a ser disposto em lei, mesmo que tais modificações gerem um ônus tributário maior para os quotistas.

Inexiste garantia de rentabilidade ou de manutenção do regime tributário aplicável por parte da Administradora e dos demais prestadores de serviço do Fundo.

Tributação Aplicável ao Fundo

Os resultados auferidos pelo Fundo não se sujeitam à incidência de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) ou Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Além disso, em relação às operações do Fundo, atualmente existe previsão de alíquota zero para fim de incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários ("IOF") na modalidade Título e Valores Mobiliários ("IOF/Títulos"). Porém, esta alíquota pode ser aumentada pelo Poder Executivo futuramente.

ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

O Administrador do Fundo é o **BANCO PETRA S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Pasteur, n. 463, 11º andar, conjunto 1103, bairro de Água Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.758.741/0001-52, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 11.821, de 18 de julho de 2011.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (ii) do Regulamento; (iii) das deliberações da Assembleia Geral; (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Histórico e Atividades

O Grupo Petra foi fundado em 1999 como uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e, em todos esses anos, diversificou seus negócios, com foco em soluções financeiras, relacionamento e comunicação com seus clientes, que vão de investidores pessoas físicas a grandes empresas, instituições financeiras e investidores institucionais.

Com presença em São Paulo e Curitiba, o Grupo Petra possui mais de 150 (cento e cinquenta) colaboradores atuando em quatro áreas de negócio:

- Petra Corretora (distribuição de valores mobiliários)
- Banco Petra S.A. (banco comercial / serviços fiduciários)
- Petra Capital (gestão de crédito)

Atualmente, o Grupo Petra é responsável pela administração de mais de 100 fundos, o que representa um patrimônio líquido de R\$ 7,7 bilhões. Deste total aproximadamente R\$ 3,7 bilhões correspondem a FIDCs. (Fonte: Anbima – Agosto/2015)

Procedimentos de Verificação do Cumprimento de Obrigações por Prestadores de Serviços Contratados pela Administradora

De acordo com o artigo 39 da Instrução CVM 356, a Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade, mediante deliberação da assembleia ou quando previsto no Regulamento, contratar, por conta e ordem do Fundo, prestadores de serviços para (i) prestar consultoria especializada, que objetive dar suporte e subsidiar a Administradora e a Gestora, em suas atividades de análise e seleção de direitos creditórios para integrarem a carteira do Fundo; (ii) gestão da carteira do fundo; (iii) custódia; e (iv) agente de cobrança, para cobrar e receber, em nome do Fundo, direitos creditórios inadimplidos, observado o disposto no inciso VII do artigo 38 da Instrução CVM 356.

Adicionalmente, nos termos do parágrafo 4º do artigo 39 da Instrução CVM 356, para contratação de referidos prestadores de serviços, a Administradora deve possuir regras e procedimentos que permitam diligenciar o cumprimento das respectivas obrigações atribuídas a cada prestador de serviços contratado.

Caso a Administradora identifique algum problema nos documentos e informações apresentadas, o respectivo prestador de serviços relacionado será questionado e deverá apresentar justificativa e regularização no prazo estipulado pela Administradora. Caso referido prestador de serviços não apresente as informações e/ou documentos solicitados no prazo estipulado, este será, mais uma vez, notificado pela Administradora, na forma prevista em seus respectivos instrumentos de contratação. Se a regularização não ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis da data desta última notificação, o caso será submetido para apreciação da Assembleia Geral.

Por fim, a Administradora, com intuito de acompanhamento dos processos e atos realizados por cada um dos prestadores de serviços contratados por conta e ordem do Fundo, pode requerer, mensalmente, à Gestora e/ou à Consultora relatório que liste (i) todos os atos por eles realizados no respectivo período a ser indicado pela Administradora, bem como sua respectiva correspondência com deveres e obrigações previstos no Regulamento, em seu respectivo instrumento de contratação e/ou na regulamentação aplicável; e (ii) quaisquer informações que a Administradora entenda necessárias para cumprir com o parágrafo 4º do artigo 39 da Instrução CVM 356.

GESTÃO DO FUNDO

O Fundo contratou a **PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1842, 1º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 09.204.714/0001-96, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 9.664, de 28 de dezembro de 2001, que será responsável pela gestão da carteira do Fundo, nos termos do artigo 39, inciso II da Instrução CVM 356.

A Gestora será responsável por todos os serviços relativos à gestão da carteira do Fundo, seleção, compra e venda dos Direitos Creditórios Elegíveis, de acordo com a política de investimento e desinvestimento previstas no Regulamento.

Histórico e Atividades

O Grupo Petra foi fundado em 1999 como uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e, em todos esses anos, diversificou seus negócios, com foco em soluções financeiras, relacionamento e comunicação com seus clientes, que vão de investidores pessoas físicas a grandes empresas, instituições financeiras e investidores institucionais.

Com presença em São Paulo e Curitiba, o Grupo Petra possui mais de 150 (cento e cinquenta) colaboradores atuando em quatro áreas de negócio:

- Petra Corretora (distribuição de valores mobiliários)
- Banco Petra S.A. (banco comercial / serviços fiduciários)
- Petra Capital (gestão de crédito)

Atualmente, o Grupo Petra é responsável pela administração de mais de 100 fundos, o que representa um patrimônio líquido de R\$ 7,7 bilhões. Deste total aproximadamente R\$ 3,7 bilhões correspondem a FIDCs. (Fonte: Anbima – Agosto/2015)

DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

CONSULTOR DE INVESTIMENTOS

O Fundo contratou a **MILÊNIO FOMENTO MERCANTIL LTDA.**, sociedade empresária com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.546.588/0001-05, para auxiliar a Gestora na análise e seleção dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como para atuar como responsável pela cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Consultoria.

Histórico e Atividades

A Milênio Fomento Comercial Ltda. atua no segmento de fomento mercantil e consultoria empresarial com foco na solução do gerenciamento do fluxo de caixa das empresas desde 1999, atendendo os mais diversos segmentos da economia, notadamente o varejo nordestino, com foco nos estados da Bahia e Pernambuco.

O comércio de confecção, a pequena e média indústria de alimentos, de material médico hospitalar, entre outros, além da cadeia de prestação de serviços nos seus mais diversos ramos compõem uma carteira de mais de mil cedentes cadastrados, dos quais quase 200 são ativos na utilização dos serviços de gerenciamento de recebíveis, *trustee*, análise creditícia e assessoramento mercadológico e estratégico.

Através de um dos mais modernos softwares de gestão de fomento oferece ao cliente a solução na gestão de informações financeiras de forma ágil, com segurança e eficiência.

O corpo funcional é composto de uma equipe estimulada, com histórico e experiência na área financeira com certificação nas práticas de *compliance* e submetidas a constantes treinamentos e capacitação. Os gestores, por sua vez, são profissionais oriundos do mercado financeiro com vasto histórico de atuação em grandes instituições financeiras nacionais, com formação acadêmica focada na área financeira.

Desde 2014 a Milênio opera o FIDC Milênio, com histórico de rentabilidade consistente, propiciando adequada pulverização tanto na carteira de cedentes como na dispersão dos sacados, garantindo um retorno sólido e positivo aos investidores.

AGENTE DE COBRANÇA

O Consultor de Investimentos será responsável por cobrar, judicial e/ou extrajudicialmente, os Direitos Creditórios e/ou os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, caso aplicável.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

O Fundo contratou a **LIBERUM RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.**, sociedade empresária com sede na Rua Bandeira Paulista, n. 530, 10º andar, conj. 103, Itaim Bibi, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o n. 14.222.571/0001-85, para atribuir a classificação de risco em escala nacional as Quota Seniores – 2ª Série.

Histórico e Atividades

A Liberum Ratings é uma agência de classificação de riscos. Sua principal linha de negócios é a atribuição de ratings de crédito de curto e longo prazo, aplicáveis a ativos e a emissores. Utiliza um processo de análise que se apoia no tripé experiência, conhecimento técnico e metodologia.

Reúne profissionais qualificados, que conduzem as avaliações de forma aderente às metodologias adotadas e de acordo com as particularidades de cada ativo, equilibrando aspectos qualitativos e quantitativos. A essa prática, soma a abordagem de aspectos socioambientais e de governança corporativa, o que diferencia suas análises das emitidas tradicionalmente pela indústria de rating. Tais critérios estão em linha com o *Principles for Responsible Investment* (PRI), iniciativa da ONU à qual a Liberum Ratings é signatária.

Além dos ratings de crédito, a Liberum Ratings elabora pareceres sobre a qualidade da gestão adotada por intermediários, como gestores de recursos de terceiros (assets) e corretoras de valores, e sobre a adequação das práticas de sustentabilidade observadas por companhias e instituições financeiras. Desenvolve, ainda, estudos e pesquisas sobre os mercados financeiros e de capitais, locais ou globais, bem como das indústrias que os acessam.

De origem brasileira, tem sede em São Paulo e possui sócios isentos de qualquer vínculo com grupos econômicos. Seu compromisso com a independência e isenção também se traduz no fato de nenhum de seus sócios e colaboradores, ou seus familiares, participarem no capital de empresas que atuem na estruturação, distribuição ou comercialização de ativos financeiros, ou que prestem serviços de *trustee* ou fidúcia.

A contratação da empresa de classificação de risco foi baseada na verificação dos seus profissionais, bem como no histórico de serviços já prestados à ADMINISTRADORA em outros fundos de investimento por ela administrados.

AUDITORIA DO FUNDO E AUDITORIA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O Fundo contratou a **GRANT THORTON AUDITORES INDEPENDENTES**, sociedade empresária com sede na Av. Paulista, n. 37, conj. 12, Bela Vista, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o n. 10.830.108/0001-65, para a prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo.

Histórico e Atividades

Grant Thornton Auditores Independentes é uma firma-membro da Grant Thornton International Ltda., uma das seis principais organizações de firmas independentes de auditoria e consultoria do mundo. As firmas-membro utilizam as mesmas metodologias e plataformas tecnológicas inovadoras e partilham um compromisso comum de serviço personalizado ao cliente.

Esta combinação de recursos e compromisso pessoal explica o motivo da Grant Thornton operar firmas-membro em mais de 124 países, mais de 2.800 sócios que fornecem serviços distintos, de alta qualidade e personalizados aos clientes.

No Brasil, oferece uma linha mais ampla de serviços, incluindo: auditoria, consultoria em tecnologia da informação, tributária, trabalhista, empresarial, finanças corporativas e outsourcing para empresas privadas e empresas públicas, sediadas no Brasil ou no exterior. Nos conectamos e acompanhamos o desenvolvimento de organizações dinâmicas.

A contratação da empresa de auditoria foi baseada na verificação dos seus profissionais, bem como no histórico de serviços já prestados à ADMINISTRADORA em outros fundos de investimento por ela administrados.

INSTITUIÇÃO DISTRIBUIDORA DAS QUOTAS

O Fundo contratou a **PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.**, sociedade empresária com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, n. 1845, 1º andar, conjuntos 17 e 18, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-923, para proceder com a distribuição pública das Quotas Seniores 2ª Série.

Histórico e Atividades

O Grupo Petra foi fundado em 1999 como uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e, em todos esses anos, diversificou seus negócios, com foco em soluções financeiras, relacionamento e comunicação com seus clientes, que vão de investidores pessoas físicas a grandes empresas, instituições financeiras e investidores institucionais.

Com presença em São Paulo e Curitiba, o Grupo Petra possui mais de 150 (cento e cinquenta) colaboradores atuando em quatro áreas de negócio:

- Petra Corretora (distribuição de valores mobiliários)
- Banco Petra S.A. (banco comercial / serviços fiduciários)
- Petra Capital (gestão de crédito)

Atualmente, o Grupo Petra é responsável pela administração de mais de 100 fundos, o que representa um patrimônio líquido de R\$ 7,7 bilhões. Deste total aproximadamente R\$ 3,7 bilhões correspondem a FIDCs. (Fonte: Anbima – Agosto/2015)

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Regra geral

A Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias após a respectiva ocorrência as seguintes informações:

- (i) A data da primeira integralização de Cotas do Fundo; e
- (ii) A data do encerramento de cada distribuição de Quotas.

A Administradora deve prestar à CVM, mensalmente, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página, observado o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, devendo eventuais retificações nas informações ser comunicadas à CVM até o primeiro Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência.

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os quotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso. A divulgação de tais informações deve ser feita por meio de publicação no Periódico e através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- (i) O número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- (ii) A rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- (iii) O comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros da carteira FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, a Administradora deverá protocolar na CVM os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- (i) Alteração de Regulamento;
- (ii) Substituição da instituição Administradora;

(iii) Incorporação;

(iv) Fusão;

(v) Cisão; e

(vi) Liquidação.

Observadas as disposições da Instrução CVM 356 a esse respeito, o Diretor Designado ou sócio-gerente da Administradora, indicado como sendo o responsável pelo Fundo, deverá elaborar demonstrativos trimestrais, os quais devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos cotistas do FUNDO, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

Atendimento aos Quotistas

PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.

Att. Paulo Roberto Trota

Av. Paulista, nº 1842, 1º andar

Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-923

Telefone: (11) 3526-9001

Fax: (11) 3526-9001

E-mail: middle.office@petraasset.com.br

Site: www.petracapital.com.br

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

Contrato de Custódia e Controladoria e de Escrituração

Por meio dos Contratos de Custódia e Controladoria e de Escrituração de Quotas, o Custodiante se obrigou a prestar ao Fundo os serviços (i) de custódia dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros; (ii) controladoria do Fundo; e (iii) escrituração de Quotas, incluindo os serviços de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.

O serviço de custódia qualificada compreende a liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda e responsabilidade, bem como a administração e informação de eventos associados a esses ativos.

O serviço de controladoria consiste na execução dos processos que compõem a controladoria dos ativos e passivos, bem como na execução dos procedimentos contábeis, de acordo com as legislações e as normas vigentes.

O serviço de escrituração consiste na manutenção da totalidade das Quotas, emitidas pelo Fundo, incluindo o registro e controle das Quotas em nome dos respectivos titulares, registradas em contas de depósito, mantidas no Banco do Brasil, na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, de acordo com as legislações e as normas vigentes.

O Custodiante receberá pela prestação dos seus serviços uma remuneração em montante e na forma descrita na Seção “Remuneração” deste Prospecto.

Contrato de Gestão

Por meio do Contrato de Gestão, a Gestora se obrigará a prestar serviços descritos no Regulamento, e, pelo desempenho destas obrigações, a Gestora fará jus a uma parcela da Taxa de Administração. A Gestora receberá pela prestação dos seus serviços uma remuneração em montante e na forma descrita na Seção “Remuneração” deste Prospecto.

Contratos de Rating

Por meio dos Contratos de Rating, as Agências de Classificação de Risco foram contratadas para prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores 2ª Série.

Contrato com Auditor Independente

O Auditor Independente foi contratado pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Como resultado dos trabalhos realizados pelo Auditor Independente, serão emitidos os seguintes documentos:

- (i) Relatório sobre as demonstrações financeiras do Fundo, compreendendo: (a) Demonstrações da composição e diversificação das aplicações; (b) Demonstrações das evoluções do Patrimônio Líquido; e (c) Notas explicativas às demonstrações financeiras;
- (ii) Parecer dos auditores independentes; e
- (iii) Relatório de recomendações e descumprimento de normas incluindo aspectos relacionados aos controles internos, práticas contábeis utilizadas e o não cumprimento de leis e regulamentação, se aplicável.

Contrato de Distribuição de Quotas

Por meio do Contrato de Distribuição, a Administradora, em nome do Fundo, contratou os Coordenadores para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas. Para maiores informações ver seção “Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores 2ª Série” deste Prospecto.

Não foi identificado nenhum evento nos contratos firmados pelo Fundo que possa acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Anexo 01 – Regulamento do Fundo



PETRA
BANCO PETRA S.A.

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL MILÊNIO
RECEBÍVEIS LP**

Administrado pelo
BANCO PETRA S.A.

25 de outubro de 2016

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



SUMÁRIO DO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP

<u>DA ORGANIZAÇÃO</u>	<u>PAG</u>
CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	04
CAPÍTULO II - OBJETIVO DO FUNDO E PÚBLICO ALVO	04
CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO	05
CAPÍTULO IV - DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	07
CAPÍTULO V - DA CUSTÓDIA	08
CAPÍTULO VI - DOS OUTROS PROFISSIONAIS CONTRATADOS	09
CAPÍTULO VII - DA ASSEMBLEIA GERAL	09
CAPÍTULO VIII - DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES	12
CAPÍTULO IX - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
 <u>DOS ATIVOS</u>	
CAPÍTULO X - DA POLÍTICA DE INVEST. E COMP. DA CARTEIRA	14
CAPÍTULO XI - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	19
CAPÍTULO XII - DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO	20
CAPÍTULO XIII - DOS FATORES DE RISCO	21
CAPÍTULO XIV - DA AQUISIÇÃO E DA COBRANÇA DOS DIR. CREDITÓRIOS	24
 <u>DO PASSIVO E DOS ENCARGOS</u>	
CAPÍTULO XV - DA COTAS	26
CAPÍTULO XVI - DA EMISSÃO	27
CAPÍTULO XVII - DA DISTRIBUIÇÃO	29
CAPÍTULO XVIII - DA AMORTIZAÇÃO, DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE	29
CAPÍTULO XIX - DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS	31

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



CAPÍTULO XX - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
CAPÍTULO XXI - DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS	32
CAPÍTULO XXII - DOS ENCARGOS DO FUNDO	33
 <u>DA LIQUIDAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS</u>	
CAPÍTULO XXIII - DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA	34
CAPÍTULO XXIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	35
 ANEXO I – Definições	 36
ANEXO II – Modelo de Suplemento de emissão de Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino	42
ANEXO III – Parâmetros para a verificação do lastro por amostragem	44
ANEXO IV – Suplemento de emissão de Cotas Seniores	45

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO
RECEBÍVEIS LP
CNPJ/MF Nº 15.578.550/0001-60**

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Artigo 1º - O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP, doravante denominado FUNDO, é um fundo de investimento em direitos creditórios regido por este Regulamento, bem como pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Os termos e as expressões adotados neste Regulamento, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

Parágrafo Segundo. O FUNDO é classificado como um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fomento Mercantil, nos termos da Deliberação nº 72, de 17 de dezembro de 2015, da ANBIMA, uma vez que o FUNDO busca retorno por meio de investimento em carteira pulverizada de recebíveis (direitos ou títulos), originados e vendidos por diversos cedentes que antecipam recursos através da venda de duplicatas, cheques e quaisquer outros títulos passíveis de cessão e transferência de titularidade.

Artigo 2º - O FUNDO tem como principais características:

- I - é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado;
- II - não possui taxa de ingresso, taxa de saída e de performance;
- III - poderá emitir tanto Cotas de classe Sênior (as "Cotas Seniores") como de classe Subordinada ("Cotas Subordinadas");
- IV - poderá emitir séries de Cotas Seniores;
- V - somente poderá receber aplicações, bem como ter Cotas Seniores negociadas no mercado secundário, quando o subscritor ou o adquirente das Cotas Seniores for Investidor Qualificado;
- VI - as Cotas possuem valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) e;
- VII - o valor mínimo para aquisição inicial de Cotas Subordinadas será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e
- VIII - o valor mínimo para aquisição inicial de Cotas Seniores estará definido no Suplemento da respectiva série.

Artigo 3º - Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do mesmo.

CAPÍTULO II - OBJETIVO DO FUNDO E PÚBLICO ALVO

Artigo 4º - O objetivo do FUNDO é a valorização de suas Cotas, por meio da aquisição: (i) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos Contratos de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros, conforme a política de investimento estabelecida neste Regulamento.



Artigo 5º - O FUNDO estabelecerá uma Remuneração Alvo para cada série de Cotas que forem emitidas, conforme Suplemento específico, sem que isto represente uma garantia ou promessa de rentabilidade das aplicações.

Artigo 6º - As Cotas Subordinadas não possuem meta de rentabilidade.

Artigo 7º - O público-alvo do FUNDO são Investidores Qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis entre os investidores qualificados para fins de aquisição e subscrição de Cotas do FUNDO.

Artigo 8º - É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas do FUNDO, a adesão do cotista aos termos deste Regulamento, com a assinatura do respectivo Termo de Adesão onde ele atesta que tomou conhecimento dos riscos envolvidos e da política de investimento do FUNDO, recebendo uma cópia do presente Regulamento e do prospecto, se houver.

Parágrafo único. Quando se tratar de oferta pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM 476, cada Cotista assinará declaração atestando sua ciência com a ausência de registro perante a CVM da oferta e as restrições a negociação das Cotas previstas na Instrução CVM 476.

Artigo 9º - O investidor receberá também informações referentes à classificação de risco das Cotas Seniores, quando houver.

Artigo 10º - Na hipótese de oferta pública de Cotas nos termos da Instrução CVM 400 ou da Instrução CVM 476, além de estarem disponíveis no site da CVM, o Regulamento e o prospecto, se houver, estarão disponíveis na página da rede mundial de computadores (Internet) da Administradora e das instituições que coloquem Cotas do Fundo. Os exemplares do Regulamento e o prospecto, se houver serão fornecidos pela Administradora sempre que solicitado.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11 - As atividades de administração, controladoria e escrituração das cotas do FUNDO serão exercidas pelo BANCO PETRA S.A., instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar – Conjunto 1103, Água Verde, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, doravante designada ("Administradora").

Artigo 12 - A Administradora, observadas as limitações legais e deste Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FUNDO e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integram a carteira do FUNDO.

Artigo 13 - Incluem-se entre as obrigações da Administradora, sem prejuízo de outras definidas neste Regulamento:

- I - manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do FUNDO;
 - b) o registro dos cotistas;
 - c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - d) o livro de presença de cotistas;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



- e) o prospecto do FUNDO, se houver;
- f) os demonstrativos trimestrais do FUNDO;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao FUNDO; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do FUNDO diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao colista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do FUNDO, bem como cientificá-lo do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;

IV - divulgar, anualmente, no Periódico utilizado para divulgações do FUNDO, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas deste, o valor do patrimônio líquido do FUNDO, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO, se houver;

V - custear as despesas de propaganda do FUNDO;

VI - fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o FUNDO;

VIII - providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do FUNDO ou dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO (quando aplicável); e

IX - fornecer informações relativas aos Direitos Creditórios adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

Artigo 14 - É vedado à Administradora:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo FUNDO, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo FUNDO; e

III - efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título.

Parágrafo Único - As vedações de que tratam os incisos I a III do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 15 - É vedado à Administradora, em nome do FUNDO:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;

II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento ou nas instruções da CVM;



- III - aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV - adquirir Cotas do próprio FUNDO;
- V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356;
- VI - vender Cotas do FUNDO a prestação;
- VII - vender Cotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil Cedentes de Direitos Creditórios para este FUNDO, exceto quando se tratar de Cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- VIII - prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- IX - fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- X - delegar poderes de gestão da carteira do FUNDO, ressalvado o disposto no Artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;
- XI - obter ou conceder empréstimos; e
- XII - efetuar locação, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO.

Artigo 16 - A Administradora, mediante aviso divulgado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, pode renunciar à administração do FUNDO, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação deste, nos termos da Instrução CVM 356.

Parágrafo Primeiro. Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do FUNDO, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal da Administradora, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de renúncia da Administradora, esta deverá permanecer na administração do FUNDO até que a Assembleia Geral eleja um novo administrador ou decida sua liquidação. Se, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da renúncia, a Assembleia Geral não indicar um substituto, a Administradora poderá promover a liquidação do FUNDO.

CAPÍTULO IV - DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 17 - Será devido à Administradora, a Gestora e a Consultora, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão, escrituração, controladoria e consultoria especializada, a remuneração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente (a "Taxa de Administração"):

- a) O maior valor entre 0,35% a.a (trinta e cinco décimos por cento) ao ano e o valor mínimo, conforme definidos a seguir: (i) para os 2 (dois) primeiros meses de funcionamento do Fundo, será cobrado o valor mínimo mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); (ii) no 3º (terceiro) e 4º (quarto) mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); (iii) no 5º e 6º mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) sendo que a partir do 7º mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal passará a ser de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) atualizados anualmente pela variação do IGP-M; e



b) O percentual de 1% (um por cento) ao mês sobre os Direitos Creditórios adquiridos no mês imediatamente anterior.

Artigo 18 - A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, tendo como base o patrimônio líquido do FUNDO do primeiro Dia Útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por Dias Úteis, sendo o pagamento realizado mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo Primeiro - A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Parágrafo Segundo. A Taxa de Administração, nos termos da legislação aplicável, não compreende os serviços de custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do FUNDO prestados pelo próprio ADMINISTRADOR, que serão cobrados do FUNDO, a título de despesa, conforme disposto neste Regulamento.

Parágrafo Terceiro. Não será cobrada taxa de ingresso, saída e performance do FUNDO.

CAPÍTULO V - DA CUSTÓDIA

Artigo 19 - As atividades de custódia dos ativos do FUNDO previstas na Instrução CVM 356 serão realizadas pela Administradora.

Artigo 20 - Como custodiante do FUNDO a Administradora é responsável pelas seguintes atividades:

- I - validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- II - receber e verificar os Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios;
- III - durante o funcionamento do FUNDO, em periodicidade trimestral, verificar os Documentos Comprobatórios;
- IV - realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo Contrato de Cessão e pelos Documentos Comprobatórios;
- V - fazer a custódia e a guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos da carteira do FUNDO, observado o disposto no Parágrafo Quinto abaixo;
- VI - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o auditor independente, agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO (caso aplicável) e órgãos reguladores; e
- VII - cobrar e receber, por conta e ordem do FUNDO, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos diretamente em conta de titularidade do FUNDO, ou em conta escrow instituída pelas partes, em instituição financeira, sob contrato, a qual acolherá os depósitos a serem feitos pelos devedores e ali mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pela Administradora.



Parágrafo Primeiro - Em razão do FUNDO possuir significativa quantidade de Direitos Creditórios cedidos e expressiva diversificação de devedores e de Cedentes, além de atuar em vários segmentos, a Administradora, sempre que permitido pela legislação aplicável, está autorizada a efetuar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios trimestralmente e por amostragem.

Parágrafo Segundo - A Administradora realizará, a verificação por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo III deste Regulamento, sempre que permitido pela legislação aplicável.

Parágrafo Terceiro - Para atendimento ao disposto no parágrafo 3º, inciso IV, do Artigo 8º da Instrução CVM 356, a Administradora considerará os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior.

Parágrafo Quarto - O FUNDO, com a anuência da Administradora, poderá contratar Banco Cobrador para responder pelas atividades de cobrança bancária dos Direitos Creditórios.

Parágrafo Quinto - A guarda dos Documentos Comprobatórios emitidos a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, de acordo com os termos da Instrução CVM 356, será realizada pela Administradora. O Depositário fará a guarda dos Documentos Comprobatórios físicos, ou seja, dos originais emitidos em suporte analógico.

Parágrafo Sexto - A Administradora dispõe de regras e procedimentos estabelecidos no contrato de prestação de serviços firmado com o Depositário, passíveis de verificação, que lhe permitem diligenciar o cumprimento pelo Depositário, de suas obrigações descritas neste Regulamento e no acima mencionado. Tais regras e procedimentos encontram-se disponíveis para consulta no website da Administradora.

CAPÍTULO VI - DOS OUTROS PROFISSIONAIS CONTRATADOS

Artigo 21 - O FUNDO contratou a Milênio Fomento Mercantil Ltda, sociedade com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.546.588/0001-05, para auxiliar a Gestora na análise e seleção dos Direitos de Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO, bem como para atuar como responsável pela cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do FUNDO e as demais condições estabelecidas no Contrato de Consultoria ("Consultora").

Artigo 22 - As demonstrações financeiras do FUNDO serão auditadas por auditor independente devidamente registrado na CVM.

Artigo 23 - A atividade de gestão da carteira do FUNDO será exercida pela PETRA Capital Gestão de Investimentos Ltda., sociedade limitada com sede na Av. Paulista, nº 1842, 1º andar, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.204.714/0001-96 ("Gestora").



CAPÍTULO VII - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 24 - Será de competência privativa da Assembleia Geral:

- I - tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do FUNDO e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- II - alterar o Regulamento do FUNDO;
- III - deliberar sobre a substituição da Administradora e dos demais prestadores de serviços do FUNDO, observado o inciso IV abaixo;
- IV - deliberar sobre a destituição da Consultora ou sobre a contratação pelo FUNDO de novas prestadoras de serviços de consultoria especializada;
- V - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- VI - Prorrogar o prazo de duração de séries de Cotas Seniores;
- VII - deliberar sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação e/ou Liquidação Antecipada,;
- VIII - aprovar a emissão de novas Cotas Seniores do FUNDO; e
- IX - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do FUNDO.

Artigo 25 - A Assembleia Geral reunir-se-á uma vez por ano, no mínimo, para deliberar sobre as demonstrações financeiras do FUNDO.

Artigo 26 - A convocação da Assembleia Geral do FUNDO far-se-á, pela Administradora, por correio eletrônico preferencialmente, ou por carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou mediante anúncio publicado no Periódico indicado neste Regulamento, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Artigo 27 - Além da reunião anual para deliberar sobre as demonstrações financeiras do FUNDO, a Assembleia Geral pode ser convocada pela Administradora ou por Cotistas possuidores de Cotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

Artigo 28 - A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos cotistas.

Parágrafo Primeiro - Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Segundo - Para efeito do disposto no parágrafo anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou o correio eletrônico de primeira convocação.

Artigo 29 - Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede, quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios, cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.



Artigo 30 - Independentemente das formalidades previstas nos Artigos deste Capítulo, será considerada regular a Assembleia Geral que comparecerem todos os cotistas.

Artigo 31 - O caso de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora implicará em automática convocação da Assembleia Geral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para:

- I - nomeação de representante de cotistas;
- II - deliberação acerca de:
 - a) substituição da Administradora, conforme o caso;
 - b) liquidação antecipada do FUNDO.

Artigo 32 - As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista, sendo que as deliberações relativas à matéria prevista no Artigo 24, inciso I, devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos deste Artigo.

Parágrafo Primeiro - As deliberações relativas às matérias previstas no Artigo 24, incisos, VI e VIII deste Regulamento dependerão da aprovação de no mínimo 70% (setenta por cento) das Cotas Subordinadas emitidas.

Parágrafo Segundo - As deliberações relativas às matérias previstas no art. 24, incisos III, exclusivamente no que se refere a substituição da Administradora, V e IX deste Regulamento dependerão da aprovação em primeira convocação da maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

Parágrafo Terceiro - Somente podem votar na Assembleia Geral os cotistas, seus representantes legais, ou procuradores constituídos há menos de um ano.

Artigo 33 - Não têm direito a voto na Assembleia Geral a Administradora e respectivos empregados.

Artigo 34 - As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo único. A divulgação referida no *caput* deste Artigo deve ser providenciada mediante anúncio publicado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou, ainda, por correio eletrônico.

Artigo 35 - A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Artigo 36 - Somente pode exercer as funções de representante de cotistas, pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- I - ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- II - não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e



III - não exercer cargo em empresa Cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO.

Artigo 37 - O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

Artigo 38 - As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I - lista de cotistas presentes na Assembleia Geral;
- II - cópia da ata da Assembleia Geral;
- III - exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV - modificações procedidas no prospecto, se houver.

CAPÍTULO VIII - DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Artigo 39 - A Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias após a respectiva ocorrência as seguintes informações:

- I - a data da primeira integralização de Cotas do FUNDO; e
- II - a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

Artigo 40 - A Administradora deve prestar à CVM, mensalmente, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página, observado o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês.

Parágrafo único. Eventuais retificações nas informações previstas neste Artigo devem ser comunicadas à CVM até o primeiro Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência.

Artigo 41 - A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo Primeiro - A divulgação das informações previstas neste Artigo deve ser feita por meio de publicação no Periódico e através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Cotas do FUNDO.

Parágrafo Segundo - A Administradora deve realizar as publicações aqui previstas sempre no mesmo Periódico e, em caso de mudança, deve ser precedida de aviso aos cotistas.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao FUNDO, são exemplos de fatos relevantes os seguintes:



- I - a alteração da classificação de risco das classes ou séries de Cotas, bem como, quando houver, dos demais Ativos Financeiros da carteira;
- II - a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da carteira do FUNDO;
- III - a ocorrência de eventos subsequentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do FUNDO, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos; e
- IV - a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos cotistas do FUNDO.

Artigo 42 - A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III - o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros da carteira FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 43 - No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, a Administradora deverá protocolar na CVM os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao FUNDO:

- I - alteração de Regulamento;
- II - substituição da instituição Administradora;
- III - incorporação;
- IV - fusão;
- V - cisão; e
- VI - liquidação.

Artigo 44 - As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do FUNDO não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM e com o prospecto, se houver.

Parágrafo único. Caso o texto publicitário apresente incorreções ou impropriedades que possam induzir o investidor a erros de avaliação, a CVM pode exigir que as retificações e os esclarecimentos sejam veiculados, com igual destaque, através do veículo usado para divulgar o texto publicitário original, devendo constar, de forma expressa, que a informação está sendo republicada por determinação da CVM.

Artigo 45 - Toda informação, divulgada por qualquer meio, na qual seja incluída referência à rentabilidade do FUNDO, deve obrigatoriamente:

- I - mencionar a data de início de seu funcionamento;
- II - referir-se, no mínimo, ao período de 1 (um) mês-calendário, sendo vedada a divulgação de rentabilidade apurada em períodos inferiores;
- III - abranger, no mínimo, os últimos 3 (três) anos ou períodos desde a sua constituição, se mais recente;
- IV - ser acompanhada do valor da média aritmética do seu patrimônio líquido apurado no último Dia Útil de cada mês, nos últimos 3 (três) anos ou desde a sua constituição, se mais recente; e
- V - deverá apresentar, em todo material de divulgação, o grau conferido pela empresa de classificação de risco ao FUNDO, bem como a indicação de como obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.



Artigo 46 - Observada as disposições da Instrução CVM 356 a esse respeito, o Diretor Designado ou sócio-gerente da Administradora, indicado como sendo o responsável pelo FUNDO, deverá elaborar demonstrativos trimestrais, os quais devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos colistas do FUNDO, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, deve ser considerado o calendário do ano civil.

CAPÍTULO IX - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 47 - O FUNDO tem escrituração contábil própria.

Artigo 48 - O exercício social do FUNDO tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano.

Artigo 49 - As demonstrações financeiras anuais do FUNDO estão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, incluindo a Instrução CVM nº 489/2011, e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo Primeiro - Enquanto a CVM não editar as normas referidas no *caput*, aplicam-se ao FUNDO as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Segundo - A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do FUNDO.

CAPÍTULO X - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 50 - Observado o disposto neste Regulamento, o objetivo do FUNDO é a valorização de suas Cotas, preponderantemente, por meio da aquisição em Direitos Creditórios, de empresas sediadas no território nacional, decorrentes de operações performadas, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade independam da prestação futura de qualquer contrapartida, realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços.

Parágrafo único. Os Direitos Creditórios serão representados pelos Documentos Comprobatórios.

Artigo 51 - Os Direitos Creditórios serão cedidos ao FUNDO pelas respectivas Cedentes juntamente como todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas, principais e acessórios, assegurados em razão de sua titularidade.

Parágrafo Primeiro - A respectiva Cedente é responsável pela correta constituição, pela existência, certeza, autenticidade, legalidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios



cedidos ao FUNDO, e ainda, pela solvência ou solvibilidade dos Direitos Creditórios nos termos deste Regulamento e do respectivo Contrato de Cessão.

Parágrafo Segundo - A Administradora, a Gestora e a Consultora não respondem pela solvência dos devedores, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Artigo 52 - Após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, o FUNDO deve ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por Direitos Creditórios, podendo a Administradora requerer a prorrogação desse prazo à CVM, por igual período, desde que haja motivos que justifiquem o pedido.

Artigo 53 - A parcela do patrimônio líquido do FUNDO que não estiver alocada em Direitos Creditórios elegíveis será necessariamente alocada pela Administradora nos Ativos Financeiros a seguir descritos, de acordo com os critérios de diversificação estabelecidos abaixo:

- I - títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, celebradas com as Instituições Autorizadas;
- II - títulos de emissão do BACEN e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do BACEN, celebradas com as Instituições Autorizadas;
- III - cotas de emissão de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado à Taxa DI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens "I", e "II" acima; e
- IV - Certificados de Depósito Bancário - CDBs emitidos por uma Instituição Autorizada.

Parágrafo único. A Gestora envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à carteira do FUNDO a classificação de longo prazo, para fins de tributação dos cotistas.

Artigo 54 - É vedado ao FUNDO:

- I - Aquisição de ativos de renda variável e/ou cotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);
- II - Aquisição a realização de cessões de fração do valor nominal de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao FUNDO;
- III - Aquisição de Direitos Creditórios vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão;
- IV - Realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro, operações compromissadas ou com derivativos, em que atue na contraparte, qualquer das Cedentes, a Consultora ou ainda qualquer de seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- V - Realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do FUNDO possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Artigo 55 - A Gestora não poderá realizar operações em mercados de derivativos, ainda que seja com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista.

Artigo 56 - Os investimentos do FUNDO deverão atender aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos abaixo e na Instrução CVM 356 ("Limite de Concentração"):



- a) Ativos Financeiros de um mesmo emissor no limite de até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido;
- b) Direitos Creditórios adquiridos de uma mesma Cedente ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade no limite de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido;
- c) Direitos Creditórios de um mesmo devedor no limite de até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido, ressalvado o disposto na alínea "d" abaixo;
- d) Na hipótese de cessões de Direitos Creditórios por diferentes Cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor estabelecido na alínea "c" acima, poderá ser majorado para 8% (oito por cento); e

Parágrafo Primeiro - Os Limites de Concentração deverão ser observados com relação ao grupo econômico do emissor, originador, devedor e/ou da Cedente, conforme o caso, incluindo desta forma, seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau ("Grupo Econômico").

Parágrafo Segundo - Na hipótese de o FUNDO adquirir a concentração máxima em Direitos Creditórios estabelecida na alínea "b" do caput do presente artigo, nos 3 (três) maiores Cedentes, observado o parágrafo primeiro acima, ou seja, tal aquisição representar 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido, as Cotas Subordinadas do FUNDO deverão corresponder à mesma porcentagem do patrimônio líquido do FUNDO.

Parágrafo Terceiro - Os Limites de Concentração previstos no caput deste Artigo não se aplicam à aquisição de títulos públicos federais, cotas de fundos de renda fixa e fundos de investimento em cotas classificados como "renda fixa".

Parágrafo Quarto - O FUNDO poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas.

Parágrafo Quinto - Enquanto não decorrido o período de 90 (noventa) dias, previsto no Artigo 52 acima, não são aplicáveis ao FUNDO os Limites de Concentração previstos no caput, podendo a Administradora, inclusive, manter a carteira do FUNDO concentrada em Direitos Creditórios oriundos de uma única Cedente.

Parágrafo Sexto - Para efeito do disposto neste Artigo, as cessões de Direitos Creditórios realizadas pela Consultora, serão consideradas em relação aos percentuais estabelecidos, como se estivessem sendo realizadas ao FUNDO pelo originador do crédito.

Artigo 57 - Desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do FUNDO poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do FUNDO onde figurem como contraparte a Gestora, as empresas controladoras, coligadas e/ou subsidiárias da Gestora ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou pelas demais pessoas que prestam serviços para o FUNDO. Todas as informações relativas às operações ora referidas serão objeto de registros analíticos segregados.

Artigo 58 - Os percentuais e Limites de Concentração referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pela Administradora, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior.



Artigo 59 - Os Direitos Creditórios serão custodiados pela Administradora ou pelo Depositário, conforme o caso, e os demais Ativos Financeiros da carteira do FUNDO serão registrados e custodiados ou mantidos em contas de depósito diretamente em nome do FUNDO, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

Artigo 60 - Conforme estabelecido em cada um dos Contratos de Cessão, os boletos de cobrança dos valores devidos pelos devedores com relação a cada um dos Direitos Creditórios representados por duplicatas e/ou contratos de compra e venda, e/ou de prestação de serviços serão emitidos pela Consultora ou pelo Banco Cobrador, e os valores decorrentes dos pagamentos serão diretamente depositados em conta corrente de titularidade do FUNDO junto ao Banco Cobrador, por meio do sistema de compensação bancária. Já os Direitos Creditórios representados por cheque, serão liquidados através de depósito em conta corrente de titularidade do FUNDO junto ao Banco Cobrador. Nenhum valor oriundo de pagamentos dos Direitos Creditórios será considerado quitado se recebido por qualquer das Cedentes ou pela Consultora, até que o respectivo recurso seja creditado na conta corrente de titularidade do FUNDO na Administradora, observado o disposto no inciso VII do Artigo 20 deste Regulamento.

Artigo 61 - O FUNDO não poderá realizar aplicações em (i) Direitos Creditórios originados ou cedidos, direta ou indiretamente, pela Administradora, pela Gestora, e/ou pela Consultora e/ou de sua coobrigação, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, de coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (ii) Ativos Financeiros de emissão ou coobrigação da Administradora, da Gestora ou da Consultora, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Artigo 62 - O FUNDO poderá alienar a terceiros Direitos Creditórios adquiridos desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo.

Artigo 63 - Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira diferenciada para cada série ou classe de Cotas conforme as regras estabelecidas neste Regulamento.

Artigo 64 - Não existe, por parte do FUNDO, da Administradora, da Gestora ou da Consultora, nenhuma promessa ou garantia acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO ou relativas à rentabilidade de suas Cotas.

Artigo 65 - As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO XI – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 67 - Na Data de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo FUNDO caberá a Administradora a verificação do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo FUNDO, a Consultora e a Administradora deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.



Artigo 68 - Serão considerados elegíveis ao FUNDO os Direitos Creditórios cujas informações foram transmitidas pela Consultora à Administradora, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos neste Regulamento, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- I - recebimento de arquivo eletrônico com a relação dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO;
- II - o FUNDO somente adquirirá Direitos Creditórios cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento da última série de Cotas Seniores do FUNDO;
- III - o FUNDO somente poderá adquirir Direitos Creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na Data de Aquisição;
- IV - cada cessão de Direitos Creditórios será precedida de análise verificando a concentração de títulos de até 5% (cinco por cento) de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ), ressalvado que na hipótese de cessões de Direitos Creditórios por diferentes Cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor, poderá ser majorado para 8% (oito por cento) e até 5% (cinco por cento) para um mesmo Cedente (mesmo CNPJ);
- V - os Direitos Creditórios devem ser de devedores que, na Data da Aquisição para o FUNDO, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 (quinze) dias corridos;
- VI - o prazo médio de todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo FUNDO não poderá ser superior a 90 (noventa) dias considerados a partir da Data de Aquisição;
- VII - Os Direitos de Crédito representados por Duplicata deverão representar, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do FUNDO apurado no dia útil anterior à cessão

Parágrafo Primeiro - As operações de aquisição dos Direitos Creditórios pelo FUNDO serão consideradas formalizadas somente após a celebração de Contrato de Cessão e recebimento do Termo de Cessão, firmados pelo FUNDO com as Cedentes devidamente assinados, bem como atendidos todos e quaisquer procedimentos descritos neste Regulamento. As Cedentes poderão responder solidariamente com seus devedores pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão.

Artigo 67 - Na hipótese do Direito Creditório perder qualquer Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo FUNDO, ou seja, cumpridos todos os procedimentos descritos neste Regulamento e registrados no sistema da Administradora, não haverá direito de regresso contra a Administradora, Gestora ou a Consultora, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo por parte destes.

CAPÍTULO XII - DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO

Artigo 69 - Para a formalização das ofertas de Direitos Creditórios pela Cedente ao FUNDO, serão adotados os procedimentos descritos nos Artigos abaixo.

Artigo 70 - A Consultora será a centralizadora do recebimento de arquivos transmitidos pelas Cedentes selecionadas para cederem Direitos Creditórios ao FUNDO. Em tais arquivos, deverá constar a relação dos Direitos Creditórios ofertados, oriundos de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizados pela Cedente, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos devedores.



Artigo 71 - A Consultora recepcionará a relação dos Direitos Creditórios ofertados e seguirá os seguintes procedimentos; (i) recepcionada a relação de Direitos Creditórios, verificará quais Direitos Creditórios dentre os ofertados atendem a política de investimentos do FUNDO; (ii) não havendo qualquer restrição, considerará os Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo, devendo transmitir à Administradora, através de arquivo eletrônico em formato ("layout") específico, contemplando, além dos dados recebidos da Cedente, o valor pelo qual os Direitos Creditórios serão cedidos ao FUNDO.

Artigo 72 - Após recebimento do arquivo eletrônico pela Administradora, a mesma averiguará se a aquisição pelo FUNDO dos Direitos Creditórios passíveis de cessão é compatível com as obrigações passivas do FUNDO estabelecidas em seu Regulamento e no Contrato de Cessão, considerados o fluxo de caixa existente e a remuneração dessas obrigações passivas, conforme Taxa Mínima de Cessão. Por sua vez, a Administradora validará os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento.

Artigo 73 - Verificada a compatibilidade e validade dos Direitos Creditórios nos termos acima, assinado o Contrato de Cessão, a Administradora comandará a emissão do respectivo Termo de Cessão, preferencialmente em forma eletrônica.

Artigo 74 - A Consultora e a Gestora acompanharão todo o procedimento de oferta e cessão, dos Direitos Creditórios cedidos, nos termos dos contratos firmados entre o FUNDO e a Consultora.

Artigo 75 - A liquidação da cessão será realizada mediante o pagamento dos valores correspondentes ao preço da cessão, pela Administradora, atuando por conta e ordem do FUNDO, sempre em até 1 (um) Dia Útil, contado da Data de Aquisição.

CAPÍTULO XIII – DOS FATORES DE RISCO

Artigo 76 - Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora e da Consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perda total do capital investido pelos cotistas no FUNDO.

Artigo 77 - Os Ativos Financeiros e Direitos Creditórios que compõem a carteira do FUNDO estão sujeitos aos seguintes fatores de risco:

I – **Risco de crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FUNDO, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução dos ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do FUNDO.

II – **Risco de liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FUNDO, o qual permanecerá



exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos que podem, inclusive, obrigar a Gestora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Esses fatores podem prejudicar o pagamento de resgate e/ou amortização aos cotistas do FUNDO.

III – Risco de mercado: consiste no risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos Ativos Financeiros do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos cotistas.

IV – Risco de concentração: A Gestora buscará diversificar a carteira do FUNDO e deverá observar os Limites de Concentração do FUNDO de que trata o Artigo 56 deste Regulamento. No entanto, a política de investimentos do FUNDO admite i) a aquisição/ou manutenção na carteira do FUNDO de concentração em títulos públicos e privados; e ii) a aquisição e/ou manutenção na carteira do FUNDO de Direitos Creditórios de apenas uma Cedente nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do FUNDO. O risco associado às aplicações do FUNDO é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do FUNDO em um único emissor de títulos, ou em Direitos Creditórios cujo devedor seja um único devedor, maior será a vulnerabilidade do FUNDO em relação ao risco de crédito desse emissor ou devedor.

V – Risco de descasamento: Os Direitos Creditórios componentes da carteira do FUNDO são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo FUNDO para as Cotas Seniores, quando houver, terão determinada Remuneração Alvo. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do FUNDO podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas.

VI - Risco da liquidez da Cota no mercado secundário: O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Cotas do FUNDO, em situações de normalidade, só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série ou classe, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o cotista resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

VII – Risco de inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios: O FUNDO deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do FUNDO, como nas hipóteses de liquidação previstas neste Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao FUNDO, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

VIII - Risco de descontinuidade: A existência do FUNDO no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios nos termos de cada um dos Contratos de Cessão. Conforme previsto neste Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO em situações pré-determinadas ou mediante deliberação da Assembleia Geral. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da carteira do FUNDO, bem como gerar dificuldades à Gestora e a Consultora em identificar Direitos de Crédito que estejam de acordo com os Critérios de Elegibilidade nos termos deste Regulamento em tempo hábil. Desse modo, os cotistas terão seu



horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no FUNDO com a mesma remuneração proporcionada pelo FUNDO, não sendo devida, entretanto, pelo FUNDO, pela Administradora, pela Consultora ou pelas Cedentes dos Direitos Creditórios qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

IX - Risco de resgate das Cotas do FUNDO em Direitos Creditórios: Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação antecipada do FUNDO, há previsão neste Regulamento de que as Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do FUNDO ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios e poderão sofrer prejuízos patrimoniais.

X - Risco tributário: Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando o FUNDO a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas.

XI - Risco Relacionado a Fatores Legais e Regulatórios: O FUNDO está sujeito a riscos decorrentes das eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios para o Cedente, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos Creditórios cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados.

XII - Risco de guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios e da verificação de lastro por amostragem: A Administradora será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios da operação relativos aos direitos creditórios. Todavia a Administradora poderá contratar e contratou o Depositário para que realize a guarda do original dos Documentos Comprobatórios da operação que tenham sido emitidos em suporte analógico. Mesmo que a Administradora possua regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação e que o contrato de prestação de serviços celebrado com o Depositário garanta o efetivo controle da Administradora sobre a movimentação dos Documentos Comprobatórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO sob a guarda do Depositário, a guarda da documentação por terceiro poderá dificultar ou retardar eventuais procedimentos de cobrança dos respectivos devedores, podendo gerar perdas ao FUNDO e consequentemente aos cotistas do FUNDO. Adicionalmente, eventos fora do controle da Administradora ou do Depositário, incluindo, mas não se limitando a, incêndios, inundações e outras hipóteses de força maior, poderão acarretar a perda dos Documentos Comprobatórios, gerando prejuízos ao FUNDO e aos cotistas do FUNDO. A Administradora realizará, diretamente ou através de terceiros contratados, verificação periódica da documentação referente aos direitos creditórios. Uma vez que essa verificação é realizada por amostragem após a cessão dos direitos creditórios ao FUNDO este poderá adquirir direitos creditórios que, na data da cessão, não apresentem evidências da comprovação de entrega da mercadoria ou da prestação do serviço. Além disso, a carteira do FUNDO poderá conter direitos creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo FUNDO, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios.

XIII - Risco relacionado a Consultora: Uma vez que o FUNDO poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade da Consultora, existe o risco de haver conflito de interesse entre o FUNDO e as Consultora.

XIV - Risco pela ausência do registro em cartório das cessões de Direitos Creditórios ao FUNDO: Por se tratar de um FUNDO que poderá adquirir Direitos Creditórios de uma multiplicidade de Cedentes domiciliadas em diversas localidades no território brasileiro, o FUNDO adota como política não registrar os Contratos de Cessão e seus Termos de Cessão em



cartório de registro de títulos e documentos em função dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos Contratos de Cessão e/ou Termo de Cessão e anexos poderá representar risco ao FUNDO em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelas Cedentes a mais de um cessionário. O FUNDO não poderá reclamar Direitos Creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos Creditórios cedidos pagos por devedores a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO. O FUNDO poderá sofrer perdas, não podendo a Administradora ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.

XV - Ausência de classificação de risco das Cotas: O FUNDO poderá emitir Cotas Subordinadas e séries de Cotas Seniores que não possuam classificação de risco emitida por agência classificadora de risco, desde que permitido pela regulamentação aplicável, o que pode dificultar a avaliação, por parte dos investidores, da qualidade do crédito representado pelas Cotas e com a capacidade do FUNDO em honrar com os pagamentos das Cotas. Além disso, a ausência de classificação de risco pode restringir a negociação dessas Cotas no mercado secundário a um número menor de investidores e, assim, reduzir a liquidez destas nesse mercado. Caso os titulares das Cotas Seniores desejem se desfazer de seu investimento antes do prazo de vencimento, podem ser obrigados a oferecer descontos substanciais para vendê-las no mercado secundário, realizando uma perda de parte de seu vencimento. Não há garantias de que os investidores conseguirão se desfazer de seus investimentos antes do prazo de vencimento destas cotas.

XVI - Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos: O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Gestora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou devedores, e (c) incremento significativo nas solicitações de resgates de Cotas Seniores. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos resgates.

XVII - Titularidade dos Direitos Creditórios: O FUNDO é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos de Creditórios, e suas Cotas representam porções ideais de seu patrimônio líquido. Deste modo, a titularidade das Cotas não confere ao cotista propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos de Creditórios ou sobre os Ativos Financeiros que integram a carteira do Fundo. Em caso de liquidação antecipada do FUNDO, poderá haver resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no Regulamento, e neste caso, a propriedade dos Direitos Creditórios será transferida do FUNDO para os cotistas. Não caberá ao cotista a escolha dos Direitos Creditórios que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

XVIII - Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes: O FUNDO está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplas Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidas pelo FUNDO, pela Administradora, pela Gestora, pela Consultora de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre as Cedentes e os respectivos devedores podem não ser previamente identificados pelo FUNDO, pela Administradora, pela Gestora ou pela Consultora. Caso os Direitos Creditórios cedidos não sejam pagos integralmente pelos respectivos devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o devedor e a respectiva Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do



produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e as respectivas Cedentes não restituam ao FUNDO o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos Creditórios, os resultados do FUNDO poderão ser afetados negativamente.

XIX - Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial: Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao FUNDO, a Consultora poderá efetuar a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o FUNDO recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao FUNDO. O FUNDO, caso os custos da cobrança judicial sejam muito elevados, poderá optar por não efetuar tal cobrança judicial, o que poderá acarretar perda patrimonial para o FUNDO.

XX - Riscos relacionados aos procedimentos de cobrança: os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extra judiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do FUNDO e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do FUNDO, devendo ser suportados até o limite do valor total das Cotas Subordinadas. A Administradora, a Gestora e a Consultora não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção de referidos procedimentos caso o FUNDO não disponha de recursos suficientes necessários para tanto.

XXI - Risco de execução de Direitos Creditórios emitidos em caracteres de computador na modalidade de duplicatas digital: O FUNDO pode adquirir Direitos Creditórios formalizados através de duplicatas digitais. Essa é uma modalidade recente de título cambiário que se caracteriza pela emissão em meio magnético, ou seja, não há a emissão da duplicata em papel. Não existe um entendimento uniforme da doutrina como da jurisprudência brasileira quanto à possibilidade do endosso virtual, isto porque a duplicata possui regras próprias segundo a Lei Uniforme de Genebra que limitariam a possibilidade de tais títulos serem endossados eletronicamente. Além disso, para promover ação de execução da duplicata virtual, o FUNDO deverá apresentar em juízo o instrumento do protesto por indicação, nesse sentido será necessário provar a liquidez da dívida representada no título de crédito, já que não se apresenta a cártula, uma vez que a cobrança e o pagamento pelo aceitante, no caso da duplicata digital, são feitos por boleto bancário. Dessa forma, o FUNDO poderá encontrar dificuldades para realizar a execução judicial dos Direitos Creditórios representados por duplicatas digitais.

XXII - Demais riscos: O Regulamento prevê que os Direitos Creditórios deverão atender os Critérios e Elegibilidade, porém os referidos Critérios de Elegibilidade poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO. O FUNDO poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios serem alcançados por obrigações assumidas pelas Cedentes e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, constituídas antes da sua cessão ao FUNDO, sem conhecimento do FUNDO, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios, ocorridas antes da sua cessão ao FUNDO e sem o conhecimento do FUNDO, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelas Cedentes, e (iv) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios ao FUNDO, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores das Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO poderão ser alcançados por obrigações das Cedentes e o patrimônio do FUNDO poderá ser afetado negativamente. A propriedade das Cotas não confere aos cotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas. O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos,



tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

CAPÍTULO XIV - DA AQUISIÇÃO E DA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 78 - Os procedimentos para cessão de Direitos Creditórios ao FUNDO podem ser descritos da seguinte forma:

- a) as Cedentes submetem a Consultora, informações acerca dos Direitos Creditórios que pretendam ceder para o FUNDO;
- b) a Consultora encaminha à Administradora arquivo eletrônico que relacionará, identificará e descreverá apenas os Direitos Creditórios aprovados de acordo com a política de investimento do FUNDO;
- c) após o recebimento do arquivo enviado pela Consultora, a Administradora deverá verificar os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios indicados pela Consultora;
- d) estando o Contrato de Cessão devidamente assinado, a Administradora comandará a emissão do Termo de Cessão conforme estabelecido em cada um dos Contratos de Cessão de Crédito – a ser preferencialmente firmado em forma eletrônica com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil – relacionando os Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO;
- e) as Cedentes e o FUNDO, representado pela Administradora, firmarão o Termo de Cessão, usando preferencialmente o formato eletrônico discriminado na alínea "d";
- f) o FUNDO pagará pela cessão dos Direitos Creditórios, na Data da Aquisição, por intermédio da Administradora, através de TED em conta corrente diretamente às Cedentes;
- g) as Cedentes encaminharão à Administradora ou ao Depositário, conforme o caso, a documentação relativa aos Direitos Creditórios, bem como eventuais títulos de crédito vinculados, para que sejam mantidos sob sua guarda, a partir da Data de Aquisição, na qualidade de Fiel Depositária.

Parágrafo único. Não são admitidos pagamentos de cessão para contas de pessoas que não sejam as próprias Cedentes dos Direitos Creditórios (de terceiros, estranhos aos negócios realizados de venda e compra dos recebíveis).

Artigo 79 - A Consultora, em nome do FUNDO, será responsável pela comunicação aos devedores, da cessão dos Direitos Creditórios para o FUNDO até em 3 (três) dias após a realização da cessão.

Parágrafo único. A comunicação poderá ser realizada pelos Correios, por meio de carta com aviso de recebimento (AR), ou através de e-mail que utilize o sistema Comprova de certificação digital de envio, recebimento, conteúdo e leitura (www.comprova.com).

Artigo 80 - A forma de liquidação dos Direitos Creditórios representados por duplicatas e/ou contratos de compra e venda, e/ou de prestação de serviços será através de (i) boletos bancários, tendo o FUNDO por favorecido, emitidos pelo Banco Cobrador ou pela Consultora e enviados aos devedores, ou (ii) crédito pelos devedores em conta corrente do FUNDO mantida junto ao Banco Cobrador ou junto à Administradora, conforme o caso, ou, ainda, crédito pelos devedores em uma *conta escrow* gerenciada pela Administradora.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

www.bancopetra.com.br



Parágrafo Único - O recebimento dos Direitos Creditórios resultante dos pagamentos dos boletos bancários nos termos *caput* deste Artigo será efetuado diretamente em conta corrente do FUNDO junto ao Banco Cobrador, ou conforme o caso, em uma conta corrente do FUNDO na Administradora.

Artigo 81 - Os Direitos Creditórios representados por cheque, serão liquidados através de depósito em conta corrente de titularidade do FUNDO junto ao Banco Cobrador.

Parágrafo Único - As Cedentes deverão entregar os cheques cedidos para custódia do Banco Cobrador em até 72 (setenta e duas) horas, contadas da assinatura do Termo de Cessão.

Artigo 82 - A cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos será realizada pela Consultora.

Artigo 83 - Os Direitos Creditórios poderão ser protestados e cobrados inclusive judicialmente. Todas as despesas de cobrança, inclusive judiciais, serão suportadas pelo FUNDO.

Artigo 84 - As instruções de cobrança dos Direitos Creditórios deverão respeitar a seguinte Política de Cobrança:

- I - As instruções de protesto, prorrogação, baixa, cancelamento de protesto e abatimento serão enviadas ao Banco Cobrador diretamente pela Consultora ou pela Administradora;
- II - As comunicações aos cartórios de protesto de títulos serão realizadas pelo Banco Cobrador, podendo ser empregada empresa terceirizada especializada em serviços dessa natureza;
- III - Havidas todas as medidas cabíveis amigavelmente e por meios administrativos, a Consultora ou a empresa de cobrança por ela nomeada poderá indicar um advogado que responderá pela cobrança do devedor em juízo, ficando a Administradora obrigada a outorgar em nome do FUNDO o respectivo mandato *ad-judicia*.

CAPÍTULO XV - DAS COTAS

Artigo 85 - O patrimônio do Fundo é formado por Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, sendo que as características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização e resgate aplicáveis às classes de Cotas estão descritas neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - Cada classe de Cotas terá características específicas, de acordo com o disposto neste Regulamento e no respectivo Suplemento.

Parágrafo Segundo - As Cotas (a) terão a forma escritural, (b) serão mantidas em conta de depósito em nome de seus respectivos titulares, (c) correspondem a frações ideais de seu patrimônio, (d) serão subscritas e integralizadas na mesma data, e (e) serão resgatadas nos termos previstos neste Regulamento.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese do Fundo atingir a Remuneração Alvo definida para as Cotas Seniores, conforme estabelecido neste Regulamento, a rentabilidade excedente será atribuída às Cotas Subordinadas, as quais não possuem limite de rentabilidade.

Parágrafo Quarto - O cálculo do valor das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas será realizado diariamente, utilizando os seguintes critérios:



- a) Primeiramente, calcula-se ao final do dia os custos para a manutenção da estrutura do **FUNDO** como, por exemplo, mas não limitado a administração, custódia, controladoria, gestão, debitando-os diretamente do valor das cotas subordinadas;
- b) Calcula-se então o custo relativo à remuneração-alvo das Cotas Seniores e debita-se do valor das Cotas Subordinadas;
- c) Finalmente, verifica-se se houve qualquer operação que tenha gerado prejuízo ao **FUNDO** debitando-a também do valor das Cotas Subordinadas;

Artigo 86 - As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) Prioridade de resgate em relação às Cotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Deverão atender à Relação Mínima estabelecida neste Regulamento;
- (c) O valor unitário inicial de emissão na data da primeira subscrição de Cotas Seniores será de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- (d) O valor unitário será calculado todo Dia Útil para efeito de definição do valor de integralização e resgate das Cotas Seniores; e
- (e) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Cota Sênior corresponderá a 01 (um) voto.

Parágrafo Único - As Cotas Seniores em circulação serão trimestralmente avaliadas pela agência classificadora de risco. Não obstante, caso entenda necessário, a agência classificadora de risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.

Artigo 87 - As Cotas Subordinadas possuem as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) Subordinam-se às Cotas Seniores para efeito de resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Deverão atender à Relação Mínima entre as Cotas Subordinadas estabelecidas neste Regulamento;
- (c) O valor unitário inicial de emissão na data da primeira subscrição de Cotas Subordinadas será de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- (d) O valor unitário será calculado todo Dia Útil para efeito de definição do valor de integralização e resgate das Cotas Subordinadas; e
- (e) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Subordinada corresponderá 01 (um) voto.

Parágrafo Primeiro - As Cotas Subordinadas não serão submetidas a avaliação pela agência classificadora de risco, uma vez que serão subscritas exclusivamente pela Consultora e seus sócios.

Parágrafo Segundo - A integralização de Cotas Subordinadas em Direitos de Crédito está condicionada ao atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade.



Parágrafo Terceiro – Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas emitidas.

Artigo 88 - O cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (a) receberá exemplar deste Regulamento e do prospecto, se houver, e (b) assinará termo de adesão, declarando sua qualidade de Investidor Qualificado, bem como declarando estar ciente, dentre outras informações: (i) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à Taxa de Administração; (ii) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento; e (iii) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a carteira do Fundo.

Artigo 89 - A qualidade de cotista do Fundo caracterizar-se-á pela abertura de conta de depósito em nome do Cotista.

Parágrafo Primeiro - O extrato da conta de depósito, emitido pelo Administrador, será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

Parágrafo Segundo - A integralização das Cotas do Fundo será efetuada à vista em moeda corrente nacional, mediante o crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN ou através de sistema operacionalizado pela CETIP, quando aplicável.

Parágrafo Terceiro - A confirmação da integralização de Cotas do Fundo está condicionada à efetiva disponibilidade pelos cotistas dos recursos na conta corrente do Fundo.

Parágrafo Quarto - Os titulares das Cotas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do FUNDO o resgate de suas Cotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Artigo 90 - A partir da Data de Subscrição Inicial as Cotas do Fundo terão seu valor de integralização e de resgate, nas hipóteses definidas neste Regulamento, calculado no fechamento de todo Dia Útil pela Administradora.

Artigo 91 - É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do FUNDO a qualquer classe ou série de Cotas.

Artigo 92 - Ocorrendo feriado de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora, a aplicação, efetivação de amortização ou de resgate será realizada no primeiro Dia Útil subsequente com base no valor da Cota deste dia para aplicação e no valor da Cota no Dia Útil imediatamente anterior para amortização e resgate. Da mesma forma, considerar-se-á feito o pedido de aplicação, amortização ou resgate no primeiro Dia Útil subsequente.

CAPÍTULO XVI - DA EMISSÃO

Artigo 93 - Na emissão de Cotas do FUNDO, deve ser utilizado o valor da Cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.



Artigo 94 - No ato da subscrição das Cotas, o subscritor assinará Boletim de Subscrição, que será autenticado pela Administradora. Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações:

- I - nome e qualificação do subscritor;
- II - número e classe de Cotas subscritas; e
- III - preço e condições para sua integralização.

Artigo 95 - Mediante aprovação da Assembleia Geral, novas séries Cotas Seniores ou classes de Cotas Subordinadas do FUNDO poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela regulamentação da CVM e as normas deste Regulamento, cabendo a respectiva Assembleia Geral decidir sobre a realização de oferta pública das mesmas, sendo que esta oferta poderá ser realizada nos termos da Instrução CVM 400 ou ser com esforços restritos, nos termos previstos na Instrução CVM 476, ficando as regras de distribuição estipuladas no respectivo Suplemento.

Parágrafo único - Não haverá direito de preferência dos Cotistas do FUNDO na aquisição e subscrição das eventuais novas séries de Cotas Seniores mencionadas no *caput*.

Artigo 96 - As Cotas Seniores deverão ser subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da (i) data da publicação do anúncio de início de distribuição, quando se tratar de colocação pública de Cotas; ou (ii) da data da dispensa de registro outorgada pela CVM; ou ainda na data estipulada no termo de deliberação de emissão de Cotas, quando se tratar de colocação com esforços restritos.

Parágrafo Primeiro - A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo previsto no parágrafo anterior por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

Parágrafo Segundo - O saldo de Cotas Seniores não colocado será cancelado.

Artigo 97 - O FUNDO poderá realizar distribuição concomitante de classes e séries distintas de Cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas no respectivo Suplemento, anúncio de início de distribuição de Cotas e no prospecto do FUNDO, se houver, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Artigo 98 - O preço de subscrição das Cotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Artigo 99 - Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

Parágrafo Único - As Cotas do Fundo terão seu valor de integralização e de resgate, nas hipóteses definidas neste Regulamento, calculado no fechamento de todo Dia Útil pela Administradora.

CAPÍTULO XVII - DA DISTRIBUIÇÃO

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

www.bancopetra.com.br



Artigo 100 - Exceto na hipótese de distribuição pública de Cotas do FUNDO com dispensa de requisitos ou de registro nos termos Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 476 a distribuição das Cotas Seniores será precedida de registro específico na CVM e da publicação de anúncio de início de distribuição contendo todas as informações exigidas na regulamentação expedida pela CVM.

Artigo 101 - Cada classe ou série de Cotas do FUNDO destinada à colocação pública deve ser avaliada por agência classificadora de risco em funcionamento no país.

Artigo 102 - Caso ocorra o rebaixamento da classificação de risco de uma série ou classe de Cotas do FUNDO, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I - comunicação a cada cotista das razões do rebaixamento, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, através de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico;
- II - envio a cada cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo cópia do relatório da empresa de classificação de risco que deliberou pelo rebaixamento.

CAPÍTULO XVIII - DA AMORTIZAÇÃO, DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE

Artigo 103 - As Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em Direitos Creditórios.

Artigo 104 - As Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do FUNDO.

Artigo 105 - As Cotas Subordinadas somente poderão ser amortizadas (total ou parcialmente) ou resgatadas após a amortização (total ou parcial) ou resgate de todas as Cotas Seniores.

Parágrafo Primeiro - Excetua-se do disposto no *caput* deste Artigo a hipótese de amortização de Cotas Subordinadas prevista no Artigo 107 deste Regulamento.

Parágrafo Segundo - A amortização das Cotas Subordinadas deverá respeitar Relação Mínima, conforme estabelecida no Artigo 115 deste Regulamento, enquanto houver Cotas Seniores em circulação.

Parágrafo Terceiro - O cronograma de pagamento das amortizações de Cotas Seniores obedecerá ao estabelecido no respectivo Suplemento.

Artigo 106 - A amortização das Cotas do FUNDO poderá ocorrer antes do prazo previsto nas seguintes hipóteses:

- I - impossibilidade do FUNDO adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;
- II - o patrimônio líquido do FUNDO se tornar igual à soma do valor de todas as Cotas Seniores; e/ou
- III - em se tratando de Cotas Subordinadas, quando ocorrer a hipótese prevista no Artigo 107 deste Regulamento.

Parágrafo Único - A antecipação do início da amortização de Cotas do FUNDO será operacionalizada mediante comunicação através de publicação no Periódico utilizado para a



divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico aos Colistas enviado com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Artigo 107 - Independente das amortizações previstas neste Regulamento, na hipótese do montante total de Cotas Subordinadas superar o percentual mínimo do patrimônio do FUNDO conforme estabelecido no Artigo 115, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios: (a) a partir da data da primeira integralização de Cotas do FUNDO, trimestralmente a Administradora fará a verificação da ocorrência ou não desta hipótese de amortização; e (b) as Cotas Subordinadas serão amortizadas visando exclusivamente o reequilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo Único - Verificada a possibilidade de amortização de Cotas Subordinadas nos termos do caput, a Administradora terá até 15 (quinze) dias para realizar o pagamento das amortizações extraordinárias.

Artigo 108 - O resgate de Cotas somente ocorrerá no término do prazo de duração do FUNDO ou de cada série ou classe de Cotas ou ainda no caso de liquidação antecipada.

Artigo 109 - O pagamento das amortizações ou dos resgates de Cotas do FUNDO será realizado no dia 15 (quinze) do respectivo mês ou no primeiro Dia Útil subsequente da praça em que a Administradora está sediada.

Artigo 110 - Na amortização ou resgate de Cotas será utilizado o valor da cota em vigor no Dia Útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, sendo que a Administradora deverá constituir reserva monetária formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de Cotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de Cotas Seniores, de acordo com o seguinte cronograma:

(a) até 20 (vinte) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva; e

(b) até 10 (dez) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva.

Parágrafo Primeiro - Caso a Administradora não consiga formar a Reserva de Amortização de acordo com o descrito no "caput", a Administradora deverá interromper a aquisição de Direitos Creditórios elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

Parágrafo Segundo - Os recursos da Reserva de Amortização serão exclusivamente alocados pela Administradora na aquisição dos Ativos Financeiros indicados no Artigo 56 deste Regulamento. Os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Amortização serão revertidos exclusivamente ao FUNDO.

CAPÍTULO XIX - DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

Artigo 111 - As Cotas Seniores do Fundo poderão ser registradas em mercado de negociação secundária de valores mobiliários.

Parágrafo Único - As Cotas Subordinadas do Fundo não serão registradas em mercado secundários de valores mobiliários.

Artigo 112 - Caso, a critério da Administradora, futuramente, o FUNDO venha a realizar distribuições públicas, e as Cotas venham a ser registradas em bolsa de valores ou sistema de balcão organizado, a negociação das Cotas dependerá (i) do prévio registro na CVM, nos termos do art. 2º da Instrução CVM 400; e (ii) da obtenção de uma classificação de risco das Cotas por agência classificadora de risco atuante no país.

Artigo 113 - Na hipótese de negociação privada de Cotas, (i) a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo cotista e o respectivo pagamento do preço será processado pela Administradora somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de investidor qualificado do novo cotista; (ii) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas cotas.

Parágrafo único - Na transferência de titularidade das Cotas fora de bolsa ou mercado de balcão organizado, o alienante deverá apresentar o documento de arrecadação de receitas federais que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração sobre a inexistência de imposto devido.

CAPÍTULO XX - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 114 - O patrimônio líquido do FUNDO corresponde à soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades e provisões.

Parágrafo Único - Na subscrição de Cotas representativas do patrimônio inicial do FUNDO que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Artigo 115 - Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor das Cotas Seniores será de 133% (cento e trinta e três por cento). Isto quer dizer que o FUNDO deverá ter no mínimo 25% (vinte cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas ("Relação Mínima").

Parágrafo Único - Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput* deste Artigo, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, será adotado o seguinte procedimento: no prazo de 10 (dez) dias contados da constatação do desenquadramento entre o valor das Cotas Seniores em relação ao patrimônio líquido do FUNDO, a Administradora deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do FUNDO, ficando assegurado a qualquer cotista detentor de Cotas Subordinadas o direito de evitar a liquidação do FUNDO, caso subscreva tantas Cotas Subordinadas quantas forem necessárias para recompor a Relação Mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor total das Cotas Seniores.



Artigo 116 - O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios pelos devedores e demais Ativos Financeiros componentes da carteira do FUNDO será atribuído às Cotas Subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a somatória de que trata este Artigo, a inadimplência dos Direitos Creditórios de titularidade do FUNDO será atribuída às Cotas Seniores.

Artigo 117 - As séries de Cotas Seniores do FUNDO buscarão atingir *Benchmark* (remuneração-alvo) previsto no respectivo Suplemento de Cotas Seniores.

Parágrafo Primeiro: Depois de atingida a Remuneração Alvo definida para as Cotas Seniores, o excedente da rentabilidade será destinado às Cotas Subordinadas, as quais não possuem limitação máxima de rentabilidade.

Parágrafo Segundo: Conforme acima determinado, uma vez atingida a Remuneração Alvo definida para cada série de Cotas Seniores emitidas, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída primeiramente às Cotas Subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes entre si e diferentes das Cotas Seniores.

Parágrafo Terceiro: No entanto, na hipótese da Remuneração Alvo definida para as Cotas Seniores não for atingida a diferença, será suportada pelas cotas Subordinadas até o limite da remuneração estabelecida.

CAPÍTULO XXI - DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

Artigo 118 - Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos abaixo e na legislação em vigor.

Artigo 119 - As Cotas do FUNDO terão seu valor calculado todo Dia Útil mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos Direitos Creditórios e dos demais Ativos Financeiros integrantes da respectiva carteira, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, adotando-se, sempre quando houver, o valor de mercado, observando-se a seguinte metodologia:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como "títulos mantidos até o vencimento". Os demais ativos deverão ser classificados na categoria "títulos para negociação";

II - Os ativos classificados como "títulos para negociação" serão marcados a mercado, diariamente, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos Ativos Financeiros do FUNDO terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos Ativos Financeiros do FUNDO, levando em consideração volume, coobrigação e prazo; devendo ser utilizado como parâmetro o preço médio de negociação do ativo no dia da apuração em seus respectivos mercados; independentemente dos preços praticados pela Administradora em suas mesas de operação; e



b) na precificação dos Ativos Financeiros deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período;

III - Os Ativos Financeiros do FUNDO classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" serão avaliados da seguinte forma:

a) pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;

b) a apropriação dos rendimentos deve ser efetuada considerados os dias úteis entre a data da aquisição do Direito Creditório até a data do seu vencimento, excluído o dia da aquisição e incluído o dia do vencimento; e

c) o rendimento do Direito Crédito é a diferença entre o valor de aquisição e o valor do Direito Creditório apurado na data de seu vencimento.

Parágrafo Primeiro. Todos os Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO serão classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" para efeito de avaliação, e serão avaliados conforme a metodologia exposta no inciso III deste Artigo.

Parágrafo Segundo. Todos os demais ativos adquiridos pelo FUNDO, ou seja, a parte do patrimônio líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios, serão classificados na categoria "títulos para negociação", e serão avaliados conforme a metodologia exposta no inciso II deste Artigo.

Artigo 120 - Para a provisão dos valores referentes aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos será observada a seguinte regra:

I - Até o 30º (trigésimo) dia de atraso não será realizada qualquer provisão;

II - Para cada dia decorrido a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de face do título;

III - A partir do 45º (quadragésimo quinto) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

Artigo 121 - As Cotas devem ser registradas pelo valor respectivo para amortização ou resgate, respeitadas as características de cada classe ou série, se houver.

CAPÍTULO XXII - DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 122 - Constituem encargos do FUNDO, além da Taxa de Administração e de Gestão, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

II - despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;

III - despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



- IV - honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V - emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- VI - honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- VII - quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembleia Geral;
- VIII - taxas de custódia de ativos do FUNDO;
- IX - contribuição devida às bolsas de valores ou a entidades de mercado de balcão organizado em que o FUNDO tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- X - despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- XI - despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas; e
- XII - despesas com a contratação de agente de cobrança de que trata o inciso IV do artigo 38 da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único - Quaisquer despesas não previstas neste Artigo como encargos do FUNDO devem correr por conta da instituição Administradora.

CAPÍTULO XXIII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

Artigo 123. São considerados Eventos de Avaliação:

- I – inobservância, pela Consultora, dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;
- II - inobservância, pela Administradora, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, conforme o caso, verificado pelos cotistas, desde que, notificada por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;
- IV - na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento; e
- V – inobservância dos índices de subordinação mínimos estipulados neste regulamento por um período de 5 dias consecutivos.

Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de um Evento de Avaliação, o FUNDO não estará sujeito à liquidação automática, devendo a Administradora convocar a Assembleia Geral para deliberar sobre o grau de comprometimento das atividades do FUNDO em razão do Evento de Avaliação, podendo deliberar: (i) pela não liquidação do FUNDO, ou (ii) que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, devendo a Administradora, neste caso, convocar Assembleia Geral para deliberar pela liquidação do FUNDO.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de ocorrência e continuidade de um Evento de Avaliação, e até a eventual decisão de liquidação do FUNDO ou de retomada de suas atividades regulares, conforme



venha a ser deliberado pela Assembleia Geral, a Administradora do FUNDO deverá suspender imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios.

Artigo 124 - Poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO nas seguintes situações ("Eventos de Liquidação Antecipada"):

- I - por deliberação de Assembleia Geral pela liquidação do FUNDO;
- II - em caso de impossibilidade do FUNDO adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;
- III - no caso de oferta pública de Cotas Seniores, se o patrimônio líquido do FUNDO se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as Cotas Seniores; e
- IV - cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato.

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá: (i) interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios; (iii) convocar uma Assembleia Geral, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do Evento de Liquidação, para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar os direitos dos cotistas, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores detidas pelos cotistas dissidentes, no caso de decisão da Assembleia Geral favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral mencionada no parágrafo primeiro acima poderá ser realizada, quando aplicável, juntamente com a Assembleia Geral que deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

Parágrafo Terceiro - Caso a Assembleia Geral decida não liquidar o FUNDO, será assegurado aos cotistas detentores de Cotas Seniores dissidentes, desde que se manifestem formalmente até o encerramento da respectiva Assembleia Geral, o resgate das Cotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento.

Artigo 125 - Na ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, as Cotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios, devendo ser observado, no que couber, o disposto neste Regulamento.

Artigo 126 - Na hipótese de liquidação do FUNDO, os titulares de Cotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data da liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

Artigo 127 - Nas hipóteses de liquidação do FUNDO, o auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações financeiras auditadas e a data da efetiva liquidação do FUNDO, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

Artigo 128. Após a partilha ativo, a Administradora deverá promover o cancelamento do registro do FUNDO, mediante o encaminhamento à CVM, no prazo de 15 (quinze) dias, da seguinte documentação:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

- I - o termo de encerramento firmado pela Administradora em caso de pagamento integral aos colistas ou a ata da Assembleia Geral que tenha deliberado a liquidação do FUNDO, quando for o caso;
- II - a demonstração de movimentação de patrimônio do FUNDO, acompanhada do parecer do auditor independente; e
- III - o comprovante da entrada do pedido de baixa de registro no CNPJ do FUNDO perante a Receita Federal

CAPÍTULO XXIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 129 - Todas as disposições contidas neste Regulamento implicando qualquer tipo de obrigação de dar, fazer ou não fazer a ser realizada pelo FUNDO, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 130 - A cessão de Direitos Creditórios pelo FUNDO para qualquer pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou cobrança do FUNDO ou da Administradora.

Artigo 131 - Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 25 de outubro de 2016.



BANCO PETRA S.A
Administradora

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 326 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

DISTRIBUIDO SOB Nº 86-10499 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: 9FcFO 1YJ5g F7bjn - 1Zph0 nDT0
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11580/97, Tabela XVI-Distrib. (I, II, III, IV e nota 2).
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0,183

() DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$14,00
(X) AVERBAÇÃO (26 VRCs) R\$ 5,20
() TSELO R\$ 2,20

Curitiba, 22/11/2016



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Honório Gato, 211/Cj 604 - F.: (41) 3224-2444
SELO MUSELO Nº Uouah.Y0NBk.Sw8gt-szPOw.sIjD
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
PROTOCOLADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.087.632
REGISTRADO Nº 738.939
Curitiba-PR, 24 de novembro de 2016.
☐ Francisco César Cecilio - Oficial Designado
☐ Anamís Salata; ☐ Danielle Tavian Gonçalves Antunes;
☐ Regina Cella Ferreira Ferracin - Juramentados
Registro: R\$54,60 (300,00VRC), Funrejus: R\$7,35, Microfilme: R\$0,54, Funarpen:
R\$1,10, ISS: R\$2,18

**ANEXO I AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
 MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP**

DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Regulamento (estejam no singular ou no plural), que não estejam definidos neste Regulamento, têm os seguintes significados a eles atribuídos na tabela abaixo:

<u>Administradora:</u>	É a BANCO PETRA S.A , instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52
<u>Anexos:</u>	São os anexos deste Regulamento;
<u>Assembleia Geral:</u>	É a Assembleia Geral de cotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo VII Regulamento;
<u>Ativos Financeiros:</u>	São os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o patrimônio líquido do FUNDO;
<u>BACEN:</u>	É o Banco Central do Brasil;
<u>Banco Cobrador:</u>	Instituição financeira com carteira comercial contratada pelo FUNDO para responder pelas atividades de liquidação e cobrança bancária de determinados Direitos Creditórios;
<u>Remuneração Alvo</u>	É a meta de rentabilidade prioritária que o FUNDO buscará atingir para as Cotas Seniores de cada série, conforme o disposto no respectivo Suplemento;
<u>BM&FBovespa:</u>	É a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
<u>Boletins de Subscrição:</u>	Documento assinado pelo subscritor que comprova a subscrição de Cotas do Fundo e estabelece direitos e obrigações relativas a subscrição e integralização de Cotas
<u>Cedentes:</u>	São empresas, sediadas no território nacional, indicadas pela Consultora, que cedam Direitos Creditórios ao FUNDO, na forma



	do Regulamento e do Contrato de Cessão;
<u>CETIP:</u>	É a CETIP S.A.
<u>CMN:</u>	É o Conselho Monetário Nacional;
<u>Contrato de Cessão:</u>	É cada um dos contratos que regulam as Cessões de Crédito para Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrados entre o FUNDO, a Administradora e as Cedentes;
<u>Contrato de Consultoria:</u>	São os Contratos de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada de Recebíveis e Outras Avenças, a serem celebrados entre o FUNDO e a Consultora;
<u>COSIF:</u>	É o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, instituído com a edição, pelo BACEN, da Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987;
<u>Cotas</u>	São as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas
<u>Cotas Seniores:</u>	São as cotas de classe sênior, emitidas pelo FUNDO as quais possuem prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores de qualquer série;
<u>Cotas Subordinadas:</u>	São as Cotas de classe subordinada que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do FUNDO;
<u>Crítérios de Elegibilidade:</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 67 do Regulamento;
<u>Consultora</u>	É a Milênio Fomento Mercantil Ltda, sociedade com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.546.588/0001-05,
<u>CVM:</u>	É a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data de Aquisição:</u>	É a data da aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios



	ofertados pelas Cedentes que atendam os Critérios de Elegibilidade;
<u>Depositário:</u>	É a Interfile Participações S.A., com sede em Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Avenida Paulo Ayres, nº 40 e 70, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.227.893/0001-51;
<u>Dia Útil:</u>	Significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos Creditórios:</u>	São as duplicatas, cheques, contratos de compra e venda, e/ou de prestação de serviços;
<u>Diretor Designado:</u>	É o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do FUNDO, bem como pela prestação de informações relativas ao FUNDO;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	São os documentos ou títulos representativos do respectivo Direito Creditório, que podem ser (i) emitidos em suporte analógico; (ii) emitidos a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e de que conste a assinatura do emitente que utilize certificado admitido pelas partes como válido; (iii) digitalizadas e certificadas nos termos constantes em lei e regulamentação específica;
<u>Eventos de Liquidação Avaliação</u>	São as situações descritas no Artigo 123 do Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação Antecipada</u>	São as situações descritas no Artigo 124 do Regulamento;
<u>FUNDO:</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º do Regulamento;
<u>Gestora</u>	É a PETRA Capital Gestão de Investimentos Ltda.;
<u>Grupo Econômico</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no parágrafo primeiro do Artigo 56 do Regulamento;
<u>Instituições Autorizadas</u>	HSBC Bank Brasil S.A, Banco Bradesco S.A, Banco Itaú S.A, Banco Santander, Banco Safra S.A, Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal;
<u>Instrução CVM 356:</u>	É a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores;
<u>Instrução CVM 400:</u>	É a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores;



<u>Instrução CVM 555</u>	É a Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014 e alterações posteriores;
<u>Instrução CVM 476:</u>	É a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações posteriores;
<u>Investidores Qualificados:</u>	São todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Periódico:</u>	É o jornal Folha de São Paulo.
<u>Política de Cobrança</u>	Tem o significado atribuído no Artigo 84 do Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	É o Regulamento do FUNDO;
<u>Razão Garantia</u>	A relação (em percentual), entre o valor do patrimônio líquido do FUNDO e o valor das Cotas Seniores, obtida por meio da divisão do primeiro pelo segundo, conforme estabelecido no artigo 115;
<u>Reserva de Amortização</u>	Reserva de Amortização: a reserva constituída para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores;
<u>Suplemento</u>	É o documento cujo modelo é parte integrante do Regulamento que prevê e estabelece as principais regras para cada série de Cotas Seniores de emissão do FUNDO;
<u>Taxa de Administração</u>	É a remuneração mensal devida à Administradora;
<u>Taxa DI:</u>	São as taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANBID, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;
<u>Taxa Mínima de Cessão</u>	É a taxa mínima da cessão calculada conforme seguinte: TMC = 170% CDI* TMC = Taxa média de cessão (% ^{aa}) *170% (cento e setenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia – "over Extra-Grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos na data da respectiva cessão;
<u>Termo de Adesão:</u>	É o documento por meio do qual cada Cotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no

	FUNDO, nos termos do Artigo 8 do Regulamento;
<u>Termo de Cessão:</u>	É o documento pelo qual se formaliza a cessão dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO, na forma prevista no anexo do respectivo Contrato de Cessão. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos devedores, além do valor pelo qual os referidos Direitos Creditórios foram cedidos ao FUNDO. Este documento prova a realização da cessão e obriga a Cedente a entregar à Administradora, por conta e ordem do FUNDO, os Documentos Comprobatórios da Operação.

108

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504
 Fone: (41) 3225-9965 - Curitiba - PR



2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos - Registro Civil de Pessoas Jurídicas - Curitiba - PR

DISTRIBUÍDO SOB Nº **86-10500** AO **2º OFÍCIO**

Selo Digital: 9FoF0 iYe5g OCTjn - 61bhd n0Tg
 Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11968/97, Tabela XVI-Distrib. I, II, III, IV e nota 2.
 Cobrança selo de cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0.180

(DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$14,00

(JAVERGAÇÃO (26 VRCs) R\$ 5,20

(SELO R\$ 2,20

Curitiba, 22/11/2016



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 Rua Major Celso, 211/Cj 804 - F.: (41) 3224-2444
 SELO Nº SELO Nº 00uuh.Y0vBk.SIggT-sPkNw.sIjD
 Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
 PROTOCOLADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.087.633
 REGISTRADO Nº 738.939
 Curitiba-PR, 24 de novembro de 2016.
☐ Francisco César Cecílio - Oficial Designado
☐ Aramis Salata; ☐ Danielle Tavian Gonçalves Antunes;
☐ Rêgina Gêia Fazzarella Perradin - Juramentados
 Registro: R\$54,60 (300,00VRC), Funrejus: R\$7,35, Microfilme: R\$0,54, Funarpen: R\$1,10, ISS: R\$2,18



Anexo II – Modelo de Suplemento de Emissão de Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino

Suplemento de Emissão de Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino
do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

CNPJ/MF [●]

Suplemento referente à [-]ª série de Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino emitida nos termos do regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP, inscrito no CNPJ/MF nº [●], administrado pelo Banco PETRA S.A., instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, doravante designada ("Administradora") registrado no [●] Registro de Títulos e Documentos de Curitiba (PR) do qual este Suplemento é parte integrante

1. PRAZO. O prazo de duração da [●]ª série é de [●] meses ([●] meses), contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série.

2. PÚBLICO ALVO: Investidores qualificados, conforme definido no Artigo 4º da Instrução CVM 476.

3. REMUNERAÇÃO ALVO. A [●]ª série de Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino, representativa do patrimônio líquido do FUNDO, possui uma Remuneração Alvo correspondente a [●] % ([●] por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br).

3.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do FUNDO, da Administradora, da Gestora ou da Consultora acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

4. VALOR DA SÉRIE E QUANTIDADE DE COTAS:

R\$ [●] ([●]), totalizando [●] ([●]) Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino da [●]ª série, com um valor inicial, na data de emissão das Cotas da [●]ª série, de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada.

5. VALOR DE SUBSCRIÇÃO. Na subscrição de Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino do FUNDO deve ser utilizado o valor de fechamento de mesma classe em vigor no mesmo ao da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à ADMINISTRADORA, em sua sede ou dependências, observando o Boletim de Subscrição.

6. Distribuição. A distribuição da [●]ª Série de Cotas Seniores / Subordinadas Mezanino do FUNDO, serão colocadas na forma [de oferta pública com dispensa automática de registro, conforme previsto no artigo 5º, inciso II, da Instrução CVM 400, e será liderada pela Administradora em regime de melhores esforços].

6.2. A ADMINISTRADORA deverá observar a Relação Mínima, definida no Artigo 115 do Regulamento do FUNDO.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

7. Amortização e Resgate. A partir do [●]º ([●]) mês contado da data da primeira integralização de Cotas Seniores / Subordinada Mezanino, as Cotas Seniores / Subordinada Mezanino da [●]ª Série do FUNDO terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

[●]º mês	1/6	[●]º mês	4/6
[●]º mês	2/6	[●]º mês	5/6
[●]º mês	3/6	[●]º mês	6/6

7.1. O pagamento das amortizações e do resgate das Cotas Seniores da [●]ª série / Cotas Subordinadas Mezanino deverá ocorrer nos termos do do Artigo 109, do Regulamento.

Em caso de divergência ou contradição entre o Suplemento das Cotas Seniores da [●]ª série / Cotas Subordinadas Mezanino e o Regulamento prevalecer o disposto no Regulamento, exceto se o Regulamento determine expressamente a prevalência do Suplemento.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Curitiba, [●] de [●] de [●].

BANCO PETRA S.A
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225.3905 - Curitiba - PR



2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504 - Curitiba - PR

DISTRIBUÍDO SOB Nº 86-10501 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: 9FoFO . jY05g . IBzjn - SighD . nOT9
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11560/97, Tabela XVI-Distrib. Eia III.12 e nota 2
Cobrança selo de suplemento ao Ofício do FUNARPEN VRC 0.182

1 DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$14,00
1 AVERBAÇÃO (26 VRCs) R\$ 5,20
1 SELO R\$ 2,20

Curitiba, 22/11/2016

[Handwritten signature]



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504 - F.: (41) 3224-2444
SELO Nº SELO Nº kouah.Y0yBk.Smigt-sXMXw.sIjD
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

PROTOCOLADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.087.634
REGISTRADO Nº 738.939

Curitiba-PR, 24 de novembro de 2016.

- ☐ Francisco César Cecilio - Oficial Designado
- ☐ Aramle Batista
- ☐ Danielle Tavian Gonçalves Antunes
- ☐ Regina Gêlia Ferreira Ferracin Instrumentados

Registro: R\$54,60 (300,00VRC), Funrejus: R\$7,35, Microfilme: R\$0,54, Funarpen: R\$1,10, ISS: R\$2,19

Anexo III – Parâmetros para a verificação do lastro por amostragem

1. A Administradora receberá os Documentos Comprobatórios em até 10 (dez) dias úteis depois da cessão dos Direitos Creditórios, e analisará a referida documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO.

2. Observado o disposto no item ("a") numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando a uma margem de erro de 5% (cinco por cento), independentemente de quem sejam os cedentes dos Direitos Creditórios.

3. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos respectivos Documentos Comprobatórios, conforme abaixo discriminado:

- (a) obtenção de base de dados analítica por Direitos Creditórios integrante da carteira do FUNDO;
- (b) seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N: População Total

n_0 : Fator Amostral

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

- (c) verificação física/digital dos Documentos Comprobatórios;
- (d) verificação da documentação acessória representativa dos Direitos Creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, etc.);
- (e) evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
- (f) verificação das condições de guarda física dos Documentos Comprobatórios junto ao Depositário do FUNDO; e
- (g) A verificação trimestral deve contemplar:

I – os Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO; e

II – os Direitos Creditórios inadimplidos e os substituídos no referido trimestre, para a qual não se aplica o disposto nos §§ 1º e 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.



Anexo 02 – Ata da assembleia que autorizou a emissão das Quotas Seniores – 2ª Série e o respectivo
Suplemento



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
MILÊNIO RECEBÍVEIS LP**

(“Fundo”)

CNPJ/MF nº. 15.578.550/0001-60

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM
25 DE OUTUBRO DE 2016**

1. DATA, HORA E LOCAL:

No dia 25 de outubro de 2016, às 17 horas, na Rua Pasteur, 463 – 11º andar – Água Verde – Curitiba – PR.

2. QUORUM:

Presentes os cotistas detentores da totalidade das cotas, conforme Livro de Presença de Cotistas e a Administradora do Fundo.

3. MESA:

Presidente: Sr. Alexandre Calvo
Secretária: Sra. Marlei Marti

4. CONVOCAÇÃO:

Dispensada, nos termos do parágrafo quinto do artigo 28 da Instrução nº 356 da Comissão de Valores Mobiliários, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mat. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**5. ORDEM DO DIA
DELIBERAÇÃO:**

**EXAME E APROVAÇÃO DAS CONTAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
FUNDO RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 30.06.2014;
30.06.2015 E 30.06.2016**

Após os esclarecimentos necessários, foram aprovadas, pelos cotistas detentores da totalidade das cotas emitidas, e sem qualquer ressalva, as contas prestadas pela Administradora e as demonstrações contábeis do Fundo, relativas aos exercícios sociais encerrados em 30.06.2014; 30.06.2015 e 30.06.2016.

APROVAR A EMISSÃO DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DO FUNDO

Os cotistas detentores da totalidade das cotas emitidas aprovaram a emissão da 2ª série de Cotas Seniores do Fundo, de acordo com as características descritas no Suplemento Anexo à presente Ata na forma de Anexo I.

**ALTERAR O REGULAMENTO DO FUNDO NOS CAPÍTULOS “DENOMINAÇÃO E
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”; NO “ANEXO I – DEFINIÇÕES”; E
NO “ANEXO III – PARÂMETROS PARA A VERIFICAÇÃO DO LASTRO POR
AMOSTRAGEM”.**



Os cotistas detentores da totalidade das cotas emitidas, aprovaram as seguintes alterações no regulamento do Fundo:

No capítulo **“DENOMINAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”**, a fim de alterar a redação do Parágrafo Segundo do Artigo 1º, que passará a vigorar da seguinte forma:

“Parágrafo Segundo. O FUNDO é classificado como um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fomento Mercantil, nos termos da Deliberação nº 72, de 17 de dezembro de 2015, da ANBIMA, uma vez que o FUNDO busca retorno por meio de investimento em carteira pulverizada de recebíveis (direitos ou títulos), originados e vendidos por diversos cedentes que antecipam recursos através da venda de duplicatas, cheques e quaisquer outros títulos passíveis de cessão e transferência de titularidade.”

No **“ANEXO I – DEFINIÇÕES”**, a fim de substituir a referência a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2010 e alterações posteriores, em virtude de sua revogação pela Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014 e alterações posteriores.

No **“ANEXO III – PARÂMETROS PARA A VERIFICAÇÃO DO LASTRO POR AMOSTRAGEM”**, a fim de alterar a redação do item “2” deste anexo que passará a vigorar com a seguinte redação:

“2. Observado o disposto no item (“a”) numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando a uma margem de erro de 5% (cinco por cento), independentemente de quem sejam os cedentes dos Direitos Creditórios.”

Os cotistas detentores da totalidade das cotas emitidas, neste ato; (i) declaram-se cientes da deliberação acima aprovada; (ii) autorizam a Administradora a realizar todas as alterações necessárias no Regulamento e demais instrumentos do Fundo em razão da deliberação acima aprovada; e (iii) aprovam a consolidação do Regulamento do Fundo, que passará a vigorar, na forma do Anexo a presente ata.

Oferecida a palavra aos cotistas, não houve manifestação.

6. **ENCERRAMENTO:** Lavrada, lida e achada conforme, foi esta ata assinada pelos cotistas presentes.

ASSINATURAS

Alexandre Calvo
Presidente

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Sra. Marlei Marti.
Secretária



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Mons. Celso, 211/Cj 804 - F.: (41) 3224-2444
SELO DSELO Nº QouaD.o0bBk.5xVgt-sdfsw.sIjD
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
PROTOCOLADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.087.630
REGISTRADO Nº 738.939
Curitiba-PR, 24 de novembro de 2016.
☐ Francisco César Cestilo - Oficial Designado
☐ Aramis Salete; ☐ Daniele Tadeu; ☐ Gonzalez Antunes;
☐ Regina Celia Ferreira Ferracin, Juizamentados
Registro: R\$64,60 (300,00VRC), Funrejus: R\$7,35, Microfilme: R\$0,54, Funarpen: R\$1,10, ISS: R\$2,18

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

DISTRIBUIDO SOB Nº 86-10497 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: 9FcFO jYw6g Qidjn - Eqqh0 h0TG
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11889/97, Tabela XVI-Distribuição I e II, IV e nota 2.
Cobrança pelo cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0,182

1 DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$14,00

1 QUERBRÃO (26 VRCs) R\$ 5,20

1 SELO

R\$ 2,20

Curitiba: 22/11/2016

ADMINISTRADORA



BANCO PETRA S.A.





**SUPLEMENTO REFERENTE À 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP**

CNPJ/MF nº 15.578.550/0001-60

A **BANCO PETRA S/A**, instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463 – 11º andar, Água Verde, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, doravante designada “Administradora” decide:

Nos termos do Regulamento do Fundo realizar a emissão da 2ª Série de Cotas Seniores (“Cotas Seniores”) do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (“Fundo”) inscrito no CNPJ/MF nº 15.578.550/0001-60, tendo as seguintes características:

- a) **Quantidade de Cotas:** Serão emitidas até 15.000 (quinze mil) Cotas Seniores;
- b) **Valor Unitário de Emissão:** R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) **Valor Total da Emissão:** até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- d) **Data de Emissão:** Data em que ocorrer a primeira integralização da 2ª Série de Cotas Seniores;
- e) **Público Alvo:** Investidores qualificados, conforme regulamentação aplicável.
- f) **Parâmetro da Remuneração Prioritária da Cota Sênior:** A 2ª Série de Cotas Seniores possuem um Benchmark de rentabilidade correspondente a 150% (cento e cinquenta por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br).
- g) **Valor de Integralização:** Na integralização da 2ª Série de Cotas Seniores deve ser utilizado o valor da 2ª Série de Cotas Seniores do dia da efetiva disponibilidade dos recursos investidos.
- h) **Forma de Colocação:** A distribuição das Cotas Seniores desta 2ª Série será liderada pela Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, em regime de melhores esforços. Nos termos do Artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Cotas Seniores indicadas neste suplemento poderá ser aumentada em até 15%, ou seja, em até 2.250 (dois mil duzentos e cinquenta) Cotas Seniores, caso a procura das Cotas do Fundo objeto da oferta pública de distribuição ora requerida assim justifique.
- i) **Amortizações Programadas:** Observado o prazo de carência de 20 (vinte) meses contados da Data de Emissão, as Cotas Seniores desta 2ª Série terão os seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente a partir do 21º (vigésimo primeiro) mês, de acordo com o cronograma de amortização definido abaixo:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Nº de amortização	Razão de amortização	Mês de Amortização
1/9	1/9	21º
2/9	1/8	22º
3/9	1/7	23º
4/9	1/6	24º
5/9	1/5	25º
6/9	1/4	26º
7/9	1/3	27º
8/9	1/2	28º
9/9	1/1	29º

j) **Data de Resgate:** 29º (vigésimo nono) mês a contar da Data de Emissão da 2ª Série de Cotas Seniores.

k) **Distribuição e Negociação:** As Cotas Seniores desta 2ª Série poderão ser registradas para distribuição primária no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e, para negociação no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Termo de Deliberação.

O presente Termo de Deliberação deverá ser registrado no Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Curitiba, 25 de outubro de 2016.

BANCO PETRA S.A.
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mai Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos
Rua Mai Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

DISTRIBUIDO SOB Nº 86-10498 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: 8FcF0 iY85g niYjn - MVpD nDTV
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11960/97, Tabela XVI-Distrib. Tit. 1.1.1. IV e nota 2
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs D. 102

DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$14,00

IAVERBAÇÃO (26 VRCs) R\$ 5,20

ISELO R\$ 2,20

Curitiba, 22/11/2016



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Mem. Celso, 311/CJ 804 - F.: (41) 3224-2444
SELO Nº 86-10498 Nº Uouah.Y0LBk.SKAgt-sqEYw.sIjD
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
PROTOCOLADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.087.631
REGISTRADO Nº 738.939
Curitiba-PR, 24 de novembro de 2016.

☐ Francisco César Dedito - Oficial Designado

☐ Aramis Salata; ☐ Danielle Tavian Gonçalves Antunes;

☐ Regina Célia Ferreira-Ferreira - Jurementados

Registro: R\$64,00 (300,00VRC), Funrejus: R\$7,35, Microfilme: R\$0,64, Funarpen:
R\$1,10, ISS: R\$2,10

Anexo 03 – Relatório da Agência Classificadora de Risco

1ª Série de Cotas Seniores
(FE0048-2015)
BBB(fe) de Longo Prazo
CP3(fe) de Curto Prazo

2ª Série de Cotas Seniores
(FE0049-2015)
BBB(fe) de Longo Prazo

Cotas Subordinadas
(FE0047-2015)
B(fe) de Longo Prazo

Relatório de Rating

1º, nov, 2016

Ações recentes

1º, nov, 2016 – Atribuição do Rating BBB(fe) de Longo Prazo para a 2ª Série de Cotas Seniores e Confirmação dos demais Ratings

15, ago, 2016 – Confirmação dos Ratings

10, mai, 2016 – Confirmação dos Ratings

03, fev, 2016 – Atribuição do Rating CP3(fe) de Curto Prazo para a 1ª Série de Cotas Seniores e Confirmação dos demais Ratings

15, dez, 2015 – Rebaixamento do Rating da 1ª

Série de Cotas Seniores para BBB(fe) de LP

25, jun, 2015 - Atribuição dos Ratings A(fe) de Longo Prazo para a 1ª Série de Cotas Seniores e B(fe) de Longo Prazo para as Cotas

Subordinadas

Critérios e Metodologias

Relevantes para este Rating

Metodologia Finanças Estruturadas

Liberum Ratings

(fe) representa o sufixo utilizado, pela Liberum Ratings, para ratings atribuídos a Finanças Estruturadas

ÍNDICE:

Rating e Fundamentos	01
Características do Fundo	
e Partes Envolvidas	02
Reforços de Créditos e Liquidez	02
Fluxo de Caixa / Liquidez	03
Considerações do Rating	03
Sobre o Rating	07
Informações Importantes	09

Tipo de Rating	Finanças Estruturadas (fe)
Relatório	Inicial - Monitoramento 3T16
Perspectiva	Estável
Classes de Cotas	Sênior e Subordinada
Cotas Avaliadas	1ª e 2ª Séries de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas
Escala Local	Moeda Local

Sumário executivo

O RATING

Em 1º de novembro de 2016, a Liberum Ratings atribuiu a classificação de risco de crédito BBB(fe) de Longo Prazo para a 2ª Série de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (FIDC Milênio/Fundo). Na mesma data, confirmou as classificações BBB(fe) de Longo Prazo e CP3(fe) de Curto Prazo da 1ª Série de Cotas Seniores e B(fe) de Longo Prazo das Cotas Subordinadas do mesmo Fundo. O risco de crédito é considerado adequado para a 1ª e 2ª Séries de Cotas Seniores e muito elevado para as Cotas Subordinadas. A perspectiva dos ratings é estável.

FUNDAMENTOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As classificações consideraram positivamente os reforços de crédito na estrutura do Fundo em relação a subordinação mínima e concentração dos direitos creditórios. Foi ponderado para a avaliação dos ratings a *expertise* e *know-how* dos sócios da consultora Milênio Fomento Mercantil Ltda, o que potencialmente poderá ser refletido na qualidade dos direitos creditórios e ativos financeiros selecionados, e na conseguinte valorização das Cotas. Por outro lado, os ratings foram limitados pelo volume de créditos inadimplidos e riscos relacionados, principalmente a amplitude da carteira de recebíveis originados por cedentes e devedores cuja solidez financeira é preponderantemente fraca e com acesso limitado a outras fontes de financiamento.

VETORES DO RATING

Os principais aspectos que poderão acarretar o rebaixamento do rating do FIDC se referem, principalmente, à mudança das modalidades dos créditos adquiridos pelo fundo para perfis mais arriscados ou à piora da qualidade dos direitos creditórios. Esse cenário se refletiria no aumento dos índices de atraso e perda, no aumento de provisão e na piora de rentabilidade das cotas. Por outro lado, o rating poderá ser beneficiado caso as cotas do fundo apresentem histórico de desempenho positivo, refletindo a qualidade dos direitos creditórios ou então o Regulamento estipule mudanças nos critérios de Elegibilidade, que se reverteriam em benefício à minimização do risco de crédito da carteira de títulos.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

Positivas

Experiência da Milênio Fomento Mercantil Ltda. para exercer a função de Consultora do Fundo.

Critérios de elegibilidade dos ativos potencialmente securitizáveis considerados adequados.

Negativas

A carteira do Fundo é composta por direitos creditórios cedidos por empresas cujo perfil de risco é considerado médio/elevado.

Volume significativo de créditos inadimplidos.

DESEMPENHO DO FUNDO

No fechamento do terceiro trimestre de 2016, o Fundo apresentou PL de R\$ 13,5 milhões. A PDD alcançou R\$ 3,5 milhões após expressivo aumento nos trimestres anteriores. Os créditos inadimplidos representaram 35,2% do PL em set/16. As cotas subordinadas apresentaram expressiva rentabilidade, após período de declínio no final de 2015. A recompra de direitos creditórios é considerada alta, próxima a 10% do PL.

1º, nov, 2016

FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E PARTES ENVOLVIDAS

Emitente:	FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ:	15.578.550/0001-60
Data do registro de funcionamento:	20 de junho de 2014
Classes de Cotas:	Sênior e Subordinada
Cotas avaliadas:	1ª e 2ª Séries de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas
Denominação:	Reais Brasileiros
Condomínio:	Fechado
Prazo do Fundo:	Indeterminado
Consultora dos Direitos Creditórios:	Milênio Fomento Mercantil Ltda.
Gestor:	Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.
Administrador:	Banco Petra S.A.
Custodiante:	Banco Petra S.A.

CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

Resgate/Amortização:	A partir do 25º mês contado da data da primeira integralização, as Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente em 6 vezes.
Remuneração alvo:	150% CDI
Razão de Garantia:	PL / Seniores > 133%

CARACTERÍSTICAS DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

Resgate/Amortização:	A partir do 21º mês contado da data da primeira integralização, as Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente em 9 vezes.
Remuneração alvo:	150% CDI
Razão de Garantia:	PL / Seniores > 133%

REFORÇOS DE CRÉDITO E LIQUIDEZ

Relação de Subordinação Mínima:	25% do PL do Fundo para Cotas Seniores.
Taxa mínima de cessão:	170% CDI.
Reserva de Liquidez:	Até 20 dias antes de cada data de amortização ou resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 50% do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva; e até 10 dias antes de cada data de amortização ou resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva.
Relações de cobertura mínima – cota subordinada/maior cedente:	2,5 vezes.
Relações de cobertura mínima – cota subordinada/maior sacado:	5 vezes.

FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP

As Cotas Seniores contam com subordinação mínima equivalente a 25% do PL do Fundo.

FLUXO DE CAIXA/LIQUIDEZ

Os principais aspectos que poderão comprometer a formação de liquidez se referem, principalmente, ao alongamento do prazo médio dos direitos creditórios e ao aumento do nível de inadimplência, que se refletiria em redução das rendas obtidas com o fluxo de recebimento dos créditos.

O risco de falta de liquidez é determinado principalmente pelo prazo médio dos ativos, pelas condições de resgate das cotas e pela qualidade dos direitos creditórios. Em razão do prazo médio curto dos direitos creditórios e da inexistência de um cronograma pré-definido de amortização das cotas subordinadas, o risco de liquidez, na visão da Liberum Ratings, está diretamente associado à qualidade dos direitos creditórios (liquidez dos títulos).

CONSIDERAÇÕES DO RATING

O nível de risco dos cedentes dos direitos creditórios é médio/elevado. De maneira geral, os cedentes dos títulos são empresas cujos fundamentos financeiros tendem a ser mais frágeis. Essa característica faz com que a Consultora dos créditos pratique taxas de deságio compatíveis a esse risco. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem ser originados por operações de compra e venda e/ou prestação de serviços, com pagamento a prazo, realizadas entre as Cedentes e seus respectivos clientes, os quais pertencem aos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro e de prestação de serviços, e serão indicados ao Fundo pela Empresa de Consultoria.

Adequadas concentrações entre os maiores cedentes e sacados do Fundo, o que se reverte em benefício à minimização do risco de crédito da carteira de títulos. Os critérios de elegibilidade do Fundo estipulam limites de diversificação de risco da carteira. Dessa forma, admitem exposição máxima de 10% do PL do Fundo em um único cedente e 5% para um mesmo sacado (com ressalva em regulamento para 8% nos casos de diferentes cedentes e mesmos devedores).

Estrutura de subordinação satisfatória. As Cotas Seniores contam com subordinação mínima equivalente a 25% do PL do Fundo. Esta proteção é fortalecida face aos limites de concentração por cedente e devedor estabelecidos em Regulamento, visto que, nessa estrutura, as Cotas Subordinadas são consideradas essenciais para absorver possíveis impactos decorrentes de variações no valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Boa capacidade operacional da Milênio Fomento Mercantil Ltda – Consultora dos créditos adquiridos pelo Fundo. A Empresa de Consultoria conta com equipes de análise de crédito, gestão de risco, comercial e monitoramento com amplo histórico de bons resultados e solidez, capazes de exercer técnicas de gestão de risco, recuperação de crédito e monitoramento da carteira. Tais equipes são compostas por profissionais que atuam com grande conhecimento dos cedentes dos direitos creditórios, possuindo substancial rede de relacionamentos nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro e de prestação de serviços, possibilitando a aquisição de Direitos Creditórios com boa relação de risco-retorno e a manutenção dos níveis de inadimplência observados pelo Fundo.

Falta de ambiente de negócios regulado para os direitos creditórios que são alvos de aquisição. Pesa negativamente, não só para os FIDCs multicedente/multissacados, mas para qualquer fundo que adquira ativos similares, a falta de ambiente de negócio regulado para tais títulos, o que também incluiria o registro desses ativos e um mercado organizado para negociação dos mesmos. Tais fatos agregariam maior segurança ao processo de alocação. Não existe um mercado secundário organizado para esse tipo de ativo, o que impacta negativamente seu perfil de liquidez.

Risco de insubsistência de direitos creditórios cedidos ao fundo. Há possibilidade de que alguns dos direitos creditórios cedidos aos fundos sejam insubsistentes ou, ainda, apresentem inconsistências contábeis. Esse risco é potencializado pelo elevado giro da carteira.

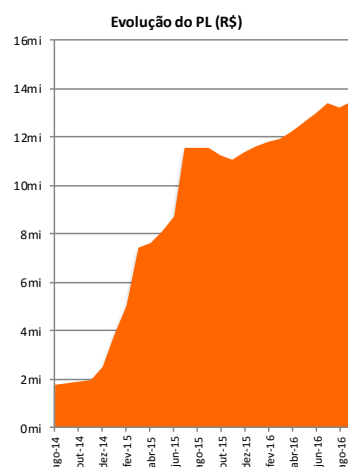
1º, nov, 2016

FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP

Risco de oscilações no fluxo de caixa. O fluxo de caixa é determinado principalmente pelo prazo médio e pela qualidade dos direitos creditórios. Considerando os direitos creditórios como principal ativo do Fundo, a liquidez se forma à medida em que os direitos creditórios são pagos pelos devedores. Na visão da Liberum Ratings, os principais fatores de risco de liquidez e impactos no fluxo de caixa do FIDC são o alongamento excessivo do prazo médio e um aumento de inadimplência dos direitos creditórios.

Ativos Remanescentes com baixo perfil de risco. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo representarão, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O percentual remanescente do Patrimônio Líquido poderá ser investido em: I - títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, celebradas com as Instituições Autorizadas; II - títulos de emissão do BACEN e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do BACEN, celebradas com as Instituições Autorizadas; III - cotas de emissão de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado à Taxa DI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens "I", e "II" acima; e IV - Certificados de Depósito Bancário - CDBs emitidos por uma Instituição Autorizada.

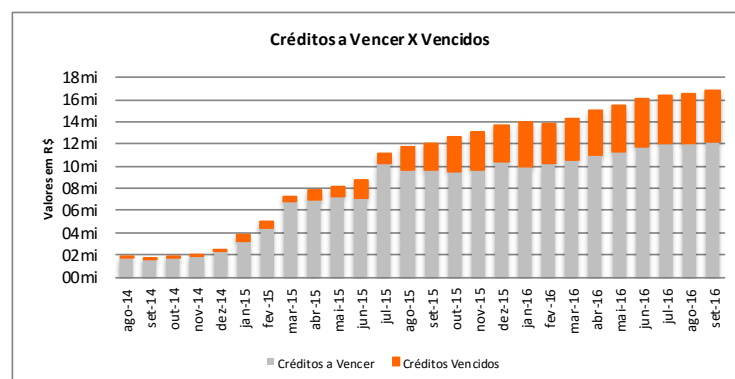
Risco de descasamento de taxas. Os Direitos Creditórios componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as Cotas Seniores terão determinado *benchmark* de taxa de juros. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas Seniores.



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

Composição do PL (R\$ mil)	PL	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Fundos de Invest.	Títulos Públicos	Tesouraria	Contas a Pagar/Receber	PDD
out-15	11.263	9.509	3.213	1	58	257	-88	-1.687
nov-15	11.080	9.636	3.419	24	59	247	-43	-2.263
dez-15	11.362	10.422	3.297	0	59	112	-84	-2.446
jan-16	11.604	9.989	3.995	5	60	142	33	-2.621
fev-16	11.780	10.236	3.657	25	60	436	-27	-2.607
mar-16	11.893	10.493	3.821	283	61	204	-12	-2.957
abr-16	12.241	11.041	3.939	69	62	29	130	-3.029
mai-16	12.595	11.361	4.116	26	62	120	41	-3.131
jun-16	12.996	11.726	4.323	57	63	155	-194	-3.134
jul-16	13.426	11.991	4.368	35	64	166	-35	-3.163
ago-16	13.219	12.091	4.460	183	40	100	-349	-3.306
set-16	13.484	12.162	4.745	16	41	120	-103	-3.497

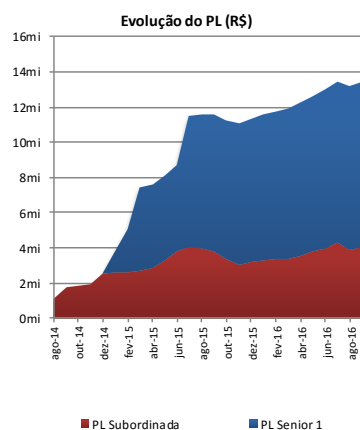
Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



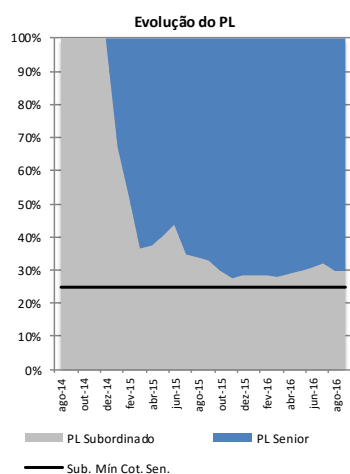
Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

1º, nov, 2016

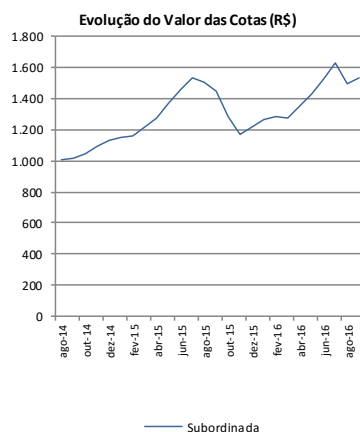
FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

Dados das Cotas	PL (R\$)	PL Senior (R\$)	PL Subordinada (R\$)	Valor Cota Senior (R\$)	Valor Cota Subordinada (R\$)	Qtd. De Cotas Senior	Qtd. De Cotas Subordinada
out-15	11.262.642	7.889.917	3.372.725	1.164	1.286	6.778	2.622
nov-15	11.079.551	8.015.108	3.064.443	1.183	1.169	6.778	2.622
dez-15	11.361.546	8.155.114	3.206.432	1.203	1.223	6.778	2.622
jan-16	11.604.064	8.284.487	3.319.577	1.222	1.266	6.778	2.622
fev-16	11.780.462	8.409.234	3.371.228	1.241	1.286	6.778	2.622
mar-16	11.893.288	8.556.026	3.337.263	1.262	1.273	6.778	2.622
abr-16	12.240.825	8.691.695	3.549.130	1.282	1.354	6.778	2.622
mai-16	12.595.340	8.836.464	3.758.876	1.304	1.434	6.778	2.622
jun-16	12.996.483	8.990.714	4.005.769	1.327	1.528	6.778	2.622
jul-16	13.426.127	9.140.464	4.285.663	1.349	1.635	6.778	2.622
ago-16	13.218.555	9.307.338	3.911.216	1.373	1.492	6.778	2.622
set-16	13.484.343	9.462.362	4.021.982	1.396	1.534	6.778	2.622

Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

Concentração por Sacado / PL	Maior Sacado / PL	5 Maiores Sacados / PL	10 Maiores Sacados / PL	15 Maiores Sacados / PL	20 Maiores Sacados / PL
out-15	4,5%	19,8%	31,8%	39,8%	45,6%
nov-15	5,4%	19,4%	31,8%	40,0%	45,6%
dez-15	5,2%	20,5%	34,1%	42,3%	47,9%
jan-16	4,5%	18,3%	30,7%	39,2%	46,0%
fev-16	5,1%	19,4%	33,4%	42,8%	50,0%
mar-16	6,4%	21,2%	33,0%	41,5%	48,0%
abr-16	6,1%	21,4%	34,7%	44,5%	51,9%
mai-16	7,4%	23,0%	35,3%	45,0%	52,1%
jun-16	7,0%	21,9%	35,2%	44,0%	51,0%
jul-16	7,7%	20,7%	32,1%	41,3%	49,3%
ago-16	8,5%	23,2%	37,0%	46,3%	54,5%
set-16	7,7%	20,4%	33,1%	43,6%	52,3%

Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

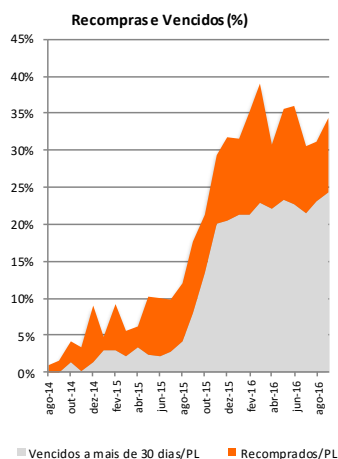
Concentração por Cedente / PL	Maior Cedente / PL	5 Maiores Cedentes / PL	10 Maiores Cedentes / PL	15 Maiores Cedentes / PL	20 Maiores Cedentes / PL
out-15	7,9%	34,5%	58,4%	73,1%	82,9%
nov-15	9,9%	37,3%	61,4%	77,4%	87,2%
dez-15	10,3%	38,9%	63,1%	80,8%	91,7%
jan-16	9,9%	38,3%	62,8%	81,7%	91,9%
fev-16	10,6%	39,8%	64,3%	81,4%	90,7%
mar-16	11,3%	37,7%	61,9%	80,2%	91,4%
abr-16	9,5%	39,8%	64,1%	82,6%	92,8%
mai-16	10,3%	36,5%	61,1%	79,9%	92,5%
jun-16	10,5%	38,7%	64,7%	83,8%	96,6%
jul-16	10,9%	39,6%	66,0%	84,6%	98,3%
ago-16	11,6%	41,4%	70,1%	89,5%	102,5%
set-16	11,9%	41,2%	68,5%	87,2%	100,3%

Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



1º, nov, 2016

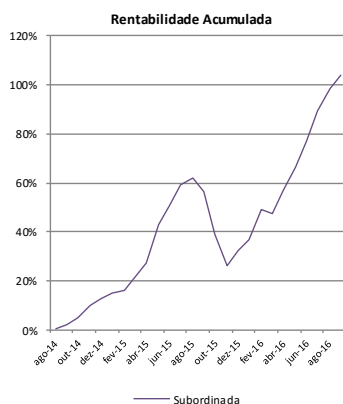
FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

Rentabilidade	Subordinada
out-15	-11,24%
nov-15	-9,14%
dez-15	4,63%
jan-16	3,53%
fev-16	9,09%
mar-16	-1,01%
abr-16	6,35%
mai-16	5,91%
jun-16	6,57%
jul-16	6,99%
ago-16	4,53%
set-16	2,83%

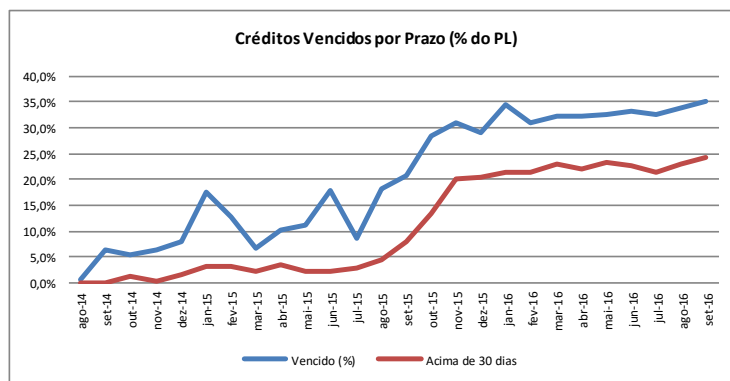
Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



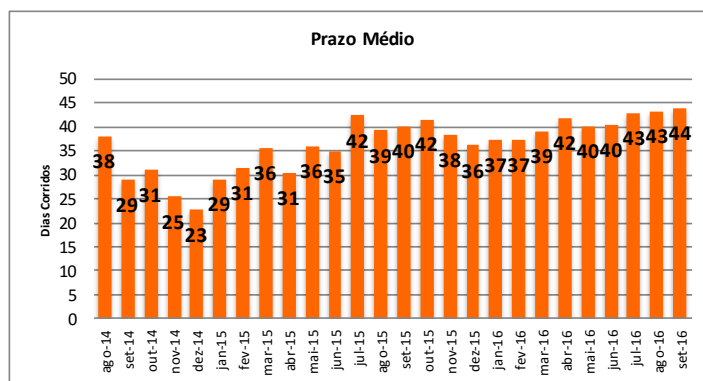
Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

Recomprados / Vencidos	Recomprados (R\$ mil)	Recomprados/PL	Vencidos a mais de 30 dias (R\$ mil)	Vencidos a mais de 30 dias/PL
out-15	866	7,7%	1.523	13,5%
nov-15	1.043	9,4%	2.218	20,0%
dez-15	1.283	11,3%	2.327	20,5%
jan-16	1.176	10,1%	2.481	21,4%
fev-16	1.636	13,9%	2.512	21,3%
mar-16	1.913	16,1%	2.722	22,9%
abr-16	1.048	8,6%	2.708	22,1%
mai-16	1.567	12,4%	2.923	23,2%
jun-16	1.729	13,3%	2.938	22,6%
jul-16	1.213	9,0%	2.881	21,5%
ago-16	1.068	8,1%	3.044	23,0%
set-16	1.350	10,0%	3.282	24,3%

Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

Captção, Resgates e Amortizações (R\$)	Cota	Captção - Valor (R\$)	Amortização/Resgate - Valor (R\$)
ago-14	Subordinada	1.760.000	0
nov-14	Subordinada	25.000	0
dez-14	Subordinada	475.000	0
jan-15	Subordinada	25.000	0
mai-15	Subordinada	200.000	125.000
jun-15	Subordinada	325.000	0
jul-15	Senior 1	2.501.591	0
ago-15	Subordinada	0	159.613
fev-16	Subordinada	0	250.000
ago-16	Subordinada	0	568.483

Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP

SOBRE O RATING**Analista principal**

João Pedro Pereira – joao.pereira@liberumratings.com.br

Membros do comitê de rating:

Carolina Bello – carolina.bello@liberumratings.com.br

Henrique Pinheiro – henrique.pinheiro@liberumratings.com.br

João Pedro Pereira – joao.pereira@liberumratings.com.br

Rodrigo Indiani – rodrigo.indiani@liberumratings.com.br

Metodologia e critérios relevantes para esta análise:

Metodologia Finanças Estruturadas

Processo de diligência sobre os ativos de Finanças Estruturadas:

A presente avaliação se apoiou, entre outros, no uso de bases de dados históricas e comparativas para este tipo de ativo e o uso de modelos de análise proprietários, os quais consideram aspectos qualitativos e quantitativos especificamente associados a este tipo de ativo.

Histórico do rating:

1º, nov, 2016 -	Atribuição do Rating BBB(fe) de Longo Prazo para a 2ª Série de Cotas Seniores e Confirmação dos demais Ratings.
15, ago, 2016 -	Confirmação dos Ratings. Perspectiva: Estável.
10, mai, 2016 -	Confirmação dos Ratings.
03, fev, 2016 -	Atribuição do Rating CP3(fe) de Curto Prazo para a 1ª Série de Cotas Seniores e Confirmação dos demais Ratings.
15, dez, 2015 -	Rebaixamento do Rating da 1ª Série de Cotas Seniores para BBB(fe) de Longo Prazo. Perspectiva: Negativa.
16, nov, 2015 -	Encerramento do Rating da 2ª Série de Cotas Seniores.
09, nov, 2015 -	Confirmação dos Ratings.
16, set, 2015 -	Confirmação dos Ratings.
25, jun, 2015 -	Atribuição dos Ratings: A(fe) de Longo Prazo para a 1ª Série de Cotas Seniores; A(fe) de Longo Prazo para a 2ª Série de Cotas Seniores e B(fe) de Longo Prazo para as Cotas Subordinadas. Perspectiva: Estável.

A Liberum Ratings está avaliando esta espécie de ativo financeiro pela primeira vez? Não.
Esta classificação foi comunicada a entidade avaliada ou partes relacionadas a ela e em decorrência desse fato, a nota atribuída foi alterada antes da emissão deste relatório? Não.

Frequência de Monitoramento: A política de monitoramento de ratings para esta classe de ativo é descrita na Metodologia de Ratings de Finanças Estruturadas disponível no site da Liberum Ratings www.liberumratings.com.br

Escala de avaliação:

Escala de Rating de Longo Prazo Liberum Ratings www.liberumratings.com.br

1º, nov, 2016

FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP

Informações utilizadas:

As informações utilizadas para a elaboração deste relatório datam até 30/09/2016. Informações posteriores a essa data podem causar a alteração da classificação ou dos fundamentos expostos neste relatório. As informações disponíveis para a emissão da classificação e, consequentemente, deste relatório foram consideradas suficientes e alinhadas com os requerimentos metodológicos aplicáveis para a mesma. As informações utilizadas foram encaminhadas pelo Administrador do Fundo, pelo Custodiante e pelo Consultor dos Direitos Creditórios. Também foram utilizadas informações de domínio público e privado.

Outros Serviços Prestados:

A Liberum Ratings prestou outros serviços para a entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não.

Houve serviços prestados por partes relacionadas da Liberum Ratings para entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não.

Conflitos de Interesse:

A classificação de risco foi contratada por terceiros, outros que a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não.

A entidade avaliada ou parte a ela relacionada é responsável por mais de 5% da receita anual da Liberum Ratings? Não.

A Liberum Ratings, seus analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão de uma determinada classificação de risco, seus cônjuges, dependentes ou companheiros, tem, direta ou indiretamente, interesses financeiros e comerciais relevantes em relação à entidade avaliada? Não.

Os analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco tem vínculo com pessoa natural que trabalhe para a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não.

Os procedimentos adotados para a emissão desta classificação de risco e emissão de relatório de rating estão enquadrados nos critérios estipulados no Código de Conduta desta Agência bem como nos seus procedimentos de Controles Internos e o Compliance.

Esta classificação é sujeita a alterações. Para verificar a última classificação disponível acesse www.liberumratings.com.br

LIBERUM RATINGS

Tel: 55 11 3165-4222

São Paulo - Brasil

Em caso de dúvidas, entre em contato conosco:

contato@liberumratings.com.brwww.liberumratings.com.br

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. (Liberum Ratings) emite seus pareceres, opiniões e demais materiais com base em informações encaminhadas por terceiros, dados que são considerados confiáveis e precisos. No entanto, há a possibilidade de erros de ordem humana, técnica ou de qualquer outra índole na elaboração e transmissão dessas informações. Nesses casos, a Liberum Ratings não faz nenhuma representação, nem avaliza, garante ou se responsabiliza - de forma explícita ou implícita - por erros ou omissões nos dados recebidos, ou, ainda, sobre a exatidão, completude, resultados, abrangência e integridade dos mesmos. Também não se responsabiliza por erros, omissões, resultados de opiniões ou análises que derivem de tais informações. O processo de análise utilizado pela Liberum Ratings não compreende a auditoria ou a verificação sistemática de tais informações. Eventuais investigações para a checagem desses dados variam, dependendo de fatos e circunstâncias.

Sob nenhuma circunstância, a Liberum Ratings, seus diretores, empregados, prestadores de serviços ou agentes serão responsabilizados civilmente ou de qualquer outra forma por quaisquer danos diretos, indiretos ou compensações, incluindo, mas não se limitando, a perda de dinheiro, lucros ou good will; pelo tempo perdido durante o uso ou impossibilidade de uso do website ou durante o prazo necessário para avaliação das informações recebidas e na elaboração das análises e opiniões, divulgadas ou não em seu website; por ações ou decisões tomadas com base nas opiniões da Liberum Ratings e demais informações veiculadas pelo seu website; por erros em quaisquer circunstâncias ou contingências, de controle ou não da Liberum Ratings e de seus agentes, originados pela comunicação, análise, interpretação, compilação, publicação ou entrega de quaisquer informações contidas e/ou disseminadas pelo website da Liberum Ratings.

Os ratings e quaisquer outras opiniões emitidas pela Liberum Ratings, ou outros materiais, são disponibilizados em seu website (www.liberumratings.com.br). Tais publicações são meras opiniões e devem ser interpretadas como tal. De nenhum modo e sob nenhuma circunstância devem ser consideradas como fatos ou verdades sobre a capacidade de crédito do emissor ou ativo financeiro (de crédito ou de qualquer outra índole) avaliado. Portanto, não representam, de nenhuma forma, recomendação para aquisição, venda ou manutenção de ativos em portfólio. Desse modo, as avaliações emitidas pela Liberum Ratings não são, nem substituem, prospectos ou demais informações, obrigatórias ou não, fornecidas ou apresentadas aos investidores e seus agentes na venda ou distribuição de ativos financeiros.

Em razão de mudanças e/ou indisponibilidade de informações tidas como necessárias para a emissão e descontinuidade do monitoramento do rating, ou outros fatores considerados pertinentes, as classificações de risco emitidas pela Liberum Ratings podem ser alteradas, suspensas ou retiradas a qualquer momento. Os ratings públicos emitidos pela Liberum Ratings são atualizados em seu website (www.liberumratings.com.br).

Na maior parte dos casos, os trabalhos realizados pela Liberum Ratings são remunerados pelos emissores, estruturadores ou garantidores dos ativos avaliados.

Copyright©2016 Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda.

Anexo 04 – Declaração da Instituição Administradora

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FUNDO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA
INSTRUÇÃO CVM Nº 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

O BANCO PETRA S.A., instituição financeira, devidamente autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 11.821, de 18 de julho de 2011, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Pasteur, n. 463, 11º andar, conjunto 1103, bairro de Água Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.758.741/0001-52 ("Administradora"), na qualidade de instituição administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP ("Fundo"), vem declarar, no âmbito da oferta pública de distribuição da 2ª (segunda) série de quotas seniores ("Quotas"), registrada na CVM ("Oferta"), exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), que (i) o Prospecto Preliminar da Oferta contém e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá as informações relevantes, necessárias ao conhecimento pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas Seniores – 2ª Série, da política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes do Fundo e da Oferta, necessárias para uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e, (ii) as informações relativas ao Fundo e à Oferta prestadas por ocasião do registro da Oferta junto à CVM fornecidas ao mercado durante o processo de distribuição das Quotas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

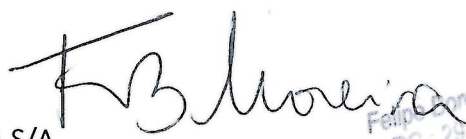
Curitiba, 30 de novembro de 2016.



BANCO PETRA S/A.

Administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP

Márcio Rogério de Lima Rocha
Procurador



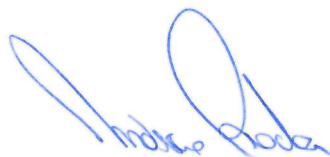
Felipe Borges Moreira
RG.: 25.644.902-7
CPF.: 223.170.928-96

Anexo 05 – Declaração do Coordenador Líder

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FUNDO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA
INSTRUÇÃO CVM Nº 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

A PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, n. 1842, 1º andar, conjuntos 17 e 18, bairro da Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o n. 03.317.692/0001-94 (“Coordenador Líder”), na qualidade de coordenador líder da oferta pública de distribuição da 2ª (segunda) série de quotas seniores (“Quotas”) do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP (“Fundo”), vem declarar, no âmbito da oferta das Quotas, registrada na CVM (“Oferta”), exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), que (i) o Prospecto contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas Seniores – 2ª Série, da política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes, e permite uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e, (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Banco Petra S.A., na qualidade de administrador do Fundo, por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o Prazo de Distribuição das Quotas, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Curitiba, 30 de novembro de 2016.



PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.
Coordenador Líder da distribuição pública das Quotas Seniores – 2ª Série do FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP



Mário Rogério de Lima Rocha
Procurador

Fábio Moreira
CNPJ 03.317.692-7
CPF 221.111.928-96

Anexo 06 – Demonstrações Financeiras dos três últimos exercícios, informações trimestrais e eventos subsequentes



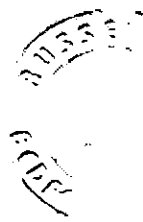
CONSULT AUDITORES

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Multissetorial Milênio Recebíveis LP**

CNPJ nº 15.578.550/0001-60

(Administrado pelo Banco PETRA S.A. – CNPJ nº 11.758.741/0001.52)

Demonstrações Financeiras
Período de 04 de agosto de 2014 (data de
início das atividades do Fundo) a 31 de
dezembro de 2014



CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Mateus Leme, 2004 Térreo Curitiba PR CEP 80530-010

Fone: (41) 3350-6000 Fax: (41) 3350-6101

www.rbai.com.br



CONSULT AUDITORES

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ: 15.578.550/0001-60

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração da posição financeira	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Cotistas e ao Administrador do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado por Banco Petra S.A.)
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (administrado por Banco Petra S.A.), que compreendem a demonstração da posição financeira e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para

RAI 1-02/15 OS Nº 3844
Formulário RAI.03





CONSULT AUDITORES

a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (administrado pelo Banco Petra S.A.), em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, regulamentados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2015.


Pedro Nunes de Gouveia
Contador CRC/PR Nº 022.632/O-9


João Raimundo Klein
Contador CRC/RS Nº 0 41.070/O-3 S-PR

CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 002.906/O-5

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração da posição financeira

Período findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2014		
	Quantidade	Período atual	% sobre o patrimônio líquido
Ativo			
Disponibilidades		50	1,99
Titulos e valores mobiliários		36	1,46
Cotas de fundos de investimento		36	1,46
Referenciado DI Petra Liquidez Fundo de Investimento Referenciado DI LP (Nota 4.a)	36	36	1,46
Direitos creditórios		2.405	96,11
Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios		2.405	96,11
Duplicatas a vencer (Nota 5.b)	313	1.855	74,13
Duplicatas vencidas (Nota 5.b)	37	173	6,91
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos (Notas 5.b e 5.g)		(57)	(2,28)
Cheques a vencer (Nota 5.b)	103	413	16,51
Cheques vencidos (Nota 5.b)	11	27	1,08
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos (Notas 5.b e 5.g)		(6)	(0,24)
Valores a receber		71	2,84
Cheques em compensação (Nota 5.c)		42	1,68
Direitos creditórios vencidos a liquidar (Nota 5.c)		27	1,08
Despesas antecipadas		2	0,08
Total do ativo		2.562	102,40
Passivo			
Valores a Pagar		60	2,40
Direitos creditórios recebidos a identificar (Nota 5.f)		37	1,48
Taxa de custódia		14	0,56
Taxa de administração		6	0,24
Outros		3	0,12
Total do passivo		60	2,40
Patrimônio líquido		2.502	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido		2.562	102,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

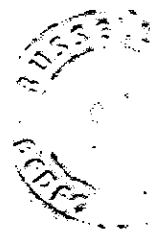
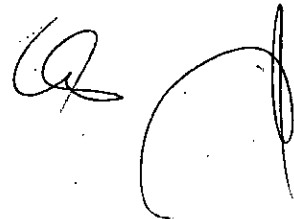
Demonstração do resultado

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

Composição do resultado do exercício	31 de dezembro de 2014
Direitos creditórios	<u>376</u>
Apropriação de renda	409
Resultado nas negociações (Nota 5.e)	30
Perdas por redução no valor de recuperação (Nota 5.b)	(63)
Operações compromissadas	
Receitas	<u>4</u>
Títulos e valores mobiliários	<u>1</u>
Cotas de fundos de investimento	
Resultado com aplicações em cotas de fundos	<u>1</u>
Referenciado DI	1
Demas despesas	<u>(138)</u>
Taxa de custódia (Nota 12.a)	(33)
Taxa de administração (Nota 12.a)	(19)
Despesa de consultoria especializada	(60)
Outras despesas	(26)
Resultado do exercício pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	<u>243</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	31 de dezembro de 2014
Emissão inicial de cotas	1.050
Total de 1.050,00 cotas subordinadas juniores a R\$ 1.000,00 cada uma (Nota 8.a)	1.050
Resultado do exercício pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	243
Cotas emitidas	1.209
Total de 1.168,06 cotas subordinadas juniores (Nota 8.a)	1.209
Acréscimo decorrente da movimentação de cotas	1.209
Patrimônio líquido no final do exercício	2.502
Total de 2.218,06 cotas subordinadas juniores a R\$1.128,19569905 cada uma	2.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Compra de direitos creditórios	(7.377)
Recebimentos de juros/amortização de direitos creditórios	3.479
Compra de outros instrumentos financeiros	(11.823)
Venda de outros instrumentos financeiros	11.981
Pagamento da taxa de administração (Nota 12.a)	(13)
Pagamento da taxa de gestão	(3)
Pagamento da consultoria especializada (Nota 12.a)	(60)
Demais pagamentos / recebimentos	1.607
Caixa líquido das atividades operacionais	(2.209)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Cotas subordinadas emitidas	2.259
Caixa líquido das atividades de financiamento	2.259
Variação no caixa e equivalentes de caixa	50
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	50
Disponibilidades	50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP foi constituído em 20 de junho de 2014 e iniciou suas atividades em 04 de agosto de 2014 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

O objetivo do Fundo é valorização de suas cotas, por meio de aquisição: (i) de direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados ao titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos contratos de cessão; e (ii) de ativos financeiros, conforme a política de investimento estabelecido no regulamento do Fundo.

O Fundo destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos do artigo nº 109 da Instrução CVM nº 409/04.

Os investimentos no Fundo não são garantidos pelo administrador, gestora e qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Crédito ("FGC"). Os cotistas estão expostos à possibilidade de perda do capital investido, em decorrência do perfil de investimentos do Fundo.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 489 de 14 de janeiro de 2011 e pelas orientações emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A demonstração da posição financeira, a demonstração do resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa encontram-se apresentadas para o período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) até 31 de dezembro de 2014, exercício social do Fundo.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o saldo de caixa e instrumentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data de contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração, reconhecidos no resultado na rubrica de “Operações compromissadas - receitas”.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria “Títulos para negociação”, que incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

Cotas de fundos de investimento

As cotas de fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informada pelos administradores dos respectivos fundos de investimento. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em “Resultado com aplicações em cotas de fundos”.

d. Direitos creditórios

Os direitos creditórios foram classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria “Empréstimos e recebíveis”, que incluem qualquer ativo financeiro com pagamento fixo ou determinável, que não estão cotados em mercado ativo, incluindo ativos de empréstimo, recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e depósitos mantidos em banco.

Direitos creditórios - a vencer

Os direitos creditórios são registrados ao custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Direitos creditórios - vencidos

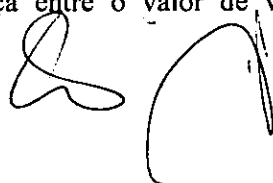
Os direitos creditórios vencidos encontram-se registrados pelos valores atualizados até a data dos respectivos vencimentos.

Os direitos creditórios são classificados no seguinte grupo:

- (i) **Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios** – neste grupo devem ser classificadas as operações em que o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

A classificação do grupo acima é de responsabilidade do administrador que deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

A apropriação da remuneração dos direitos creditórios são reconhecidos no resultado, na rubrica “Apropriação de renda”, segundo a taxa de juros, conforme apresentado na nota 5. A partir da data de vencimento do direito creditório não são mais apropriados juros remuneratórios. Os lucros ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor de venda e o



Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

valor de mercado do título no dia anterior e reconhecidos em “Resultado nas negociações”, quando aplicável e para os direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios, o ajuste ao valor justo dos ativos são registrados em “Ajuste ao valor justo”, quando aplicável.

e. Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

A provisão para perdas é constituída, com base nas orientações emanadas pela Instrução nº 489 da Comissão de Valores Mobiliários, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado. A perda por redução no valor de recuperação deve ser mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

Provisões para redução ao valor de recuperação de ativos são avaliadas e calculadas, pelo administrador, coletivamente e são registradas através de uma conta de provisão na rubrica “Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios – Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos”, sendo sua contrapartida no resultado do período.

Para direitos creditórios de um mesmo devedor, a perda deve ser mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a natureza da transação e as características das garantias, tais como suficiência e liquidez.

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação – avaliação individual

A redução no valor de recuperação em base individual é mensurada em duas circunstâncias: (i) para cobrir as perdas incorridas, mas que ainda não foram identificadas em direitos creditórios sujeitos a avaliação individual; e (ii) para grupos homogêneos de direitos creditórios que não são considerados individualmente significativos.

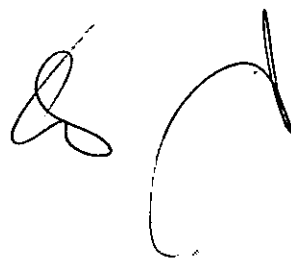
Provisão para perdas por redução no valor de recuperação – avaliação coletiva

A provisão para redução no valor recuperável em base coletiva é determinada levando em consideração: (i) a experiência de perdas nas carteiras com características similares de risco de crédito; (ii) o período estimado entre a ocorrência das evidências objetivas de redução ao valor recuperável e a identificação efetiva de perdas; e (iii) o julgamento baseado na experiência da Administradora quanto a situação e condições econômicas e de crédito. Esse julgamento é de tal ordem que o nível atual de perdas é provavelmente maior ou menor do que o sugerido pela experiência histórica.

4 Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários registrados na categoria de “Títulos para negociação” estão assim classificados:



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ: 15.578.550/0001-60

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

a. Período findo em 31 de dezembro de 2014

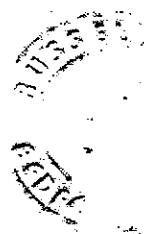
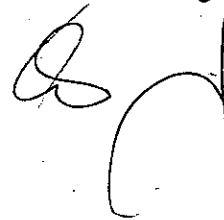
Títulos para negociação	Valor de mercado	Valor contábil	Faixas de vencimento
Cotas de fundos de investimento			
Petra Liquidez Fundo de Investimento Referenciado DI LP	36	36	Sem vencimento

5 Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

Os direitos creditórios são classificados, conforme avaliação da Administradora, na categoria de "Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios", pois os cedentes possuem a obrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos.

a. Característica dos direitos creditórios

A carteira de direitos creditórios do Fundo, no período findo em 31 de dezembro de 2014, é expressa em moeda nacional, indicadas e aprovadas pela consultoria especializada, composta por duplicatas e cheques originados de operações de compra e venda de produtos, mercadorias nos segmentos financeiro, comercial, industrial e imobiliário.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ: 15.578.550/0001-60

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

b. Composição dos direitos creditórios em 31 de dezembro de 2014

	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					Acima 360
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	
Duplicatas a vencer											
Indústria	802	829	27	(6)	76,53%	600	175	28	-	-	-
Comércio e serviços	1.053	1.089	36	(10)	97,16%	932	99	21	-	-	-
Total duplicatas a vencer	1.855	1.918	63	(16)		1.532	274	49	-	-	-
Duplicatas vencidas											
Indústria	94	94	-	(8)	70,73%	94	1	-	-	-	-
Comércio e serviços	79	79	-	(33)	105,72%	42	36	-	-	-	-
Total duplicatas vencidas	173	173	-	(41)		136	37	-	-	-	-
Cheques a vencer											
Indústria	64	66	2	(1)	73,85%	51	5	8	-	-	-
Comércio e serviços	349	363	15	(3)	71,48%	254	27	68	-	-	-
Total cheques a vencer	413	429	17	(4)		305	32	76	-	-	-
Cheques vencidos											
Indústria	5	5	-	-	76,43%	5	-	-	-	-	-
Comércio e serviços	22	22	-	(2)	68,57%	22	-	-	-	-	-
Total cheques vencidos	27	27	-	(2)		27	-	-	-	-	-

[Assinatura]

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

A concentração dos 5 maiores devedores no período findo em 31 de dezembro de 2014 estão assim representados:

Cedente	Provisão	Quantidade		A vencer	Total	% sobre o total de direitos creditórios
		Sacados	Vencido			
Cedente 1	(1)	21	9	233	242	9,81
Cedente 2	-	2	-	235	235	9,53
Cedente 3	(4)	6	-	230	230	9,32
Cedente 4	(4)	12	13	215	228	9,24
Cedente 5	(6)	28	6	219	225	9,12
Demais 88	(48)	155	172	1.136	1.308	52,98
Total	(63)		200	2.268	2.468	100

c. Valores a receber

O saldo de direitos creditórios vencidos a liquidar no montante de R\$ 27 apresentados no ativo, refere-se a duplicatas liquidadas pelo sacado em 31 de dezembro de 2014, cujo recebimento por parte do Fundo se dará no primeiro dia útil subsequente.

O saldo de cheques em compensação no montante de R\$ 42, apresentados no ativo, refere-se a cheques que estão em processo de compensação no Banco depositário, cujo recebimento por parte do Fundo se dará nos primeiros dias úteis subsequentes a 31 de dezembro de 2014.

d. Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Todo e qualquer direito creditório a ser adquirido pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- (i) O prazo médio de todos os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo não poderá ser superior a 70 dias;
- (ii) O Fundo somente adquirirá direitos creditórios cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento da última série de cotas seniores do Fundo;
- (iii) O Fundo somente poderá adquirir direitos creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data de aquisição;
- (iv) Cada cessão de direitos creditórios será precedida de análise verificando a concentração de títulos de até cinco por cento de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ), ressalvado que na hipótese de cessões de direitos creditórios por diferentes cedentes e mesmo devedores, o limite por devedor, poderá ser majorado para oito por cento e até cinco por cento para um mesmo cedente;
- (v) Os direitos creditórios devem ser de devedores que, na data de aquisição para o Fundo, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de quinze dias corridos;

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

- (vi) O prazo médio de todos os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo não poderá ser superior a 90 dias considerados a partir da data de aquisição.
- (vii) Todo e qualquer direito creditório será analisado pelo consultor de crédito e deverá seguir as condições de cessão e limites de concentração conforme regulamento do Fundo.

e. Resultado nas negociações com direitos creditórios

No período findo em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica “resultado nas negociações” no montante de R\$ 30 é composto por:

- (i) Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo poderão ser recomprados, em caso de inadimplência pelos cedentes e pela consultora especializada, por critérios estabelecidos pela consultora. No período findo em 31 de dezembro de 2014, houve recompra de direitos creditórios no valor de R\$ 353, cujo valor de face dos direitos creditórios vencidos era de R\$ 348, o que gerou um resultado positivo de R\$ 5 para o Fundo;
- (ii) Os juros pagos pelos sacados pela prorrogação do prazo de vencimento dos direitos creditórios e os juros de mora pagos ao Fundo pelos atrasos na liquidação dos direitos creditórios, totalizaram no período o resultado de R\$ 49 ; e
- (iii) Os abatimentos/descontos, na antecipação do pagamento dos direitos creditórios concedidos pelo consultor de crédito aos sacados, totalizaram no exercício o resultado negativo de R\$ 24.

f. Valores a pagar

No período findo em 31 de dezembro de 2014, o saldo de direitos creditórios recebidos a identificar, nos montantes de R\$ 37, apresentados no passivo, correspondem ao envio de recursos ao Fundo, pela consultoria especializada, referentes a pagamento de direitos creditórios, que estão pendentes de conciliação pelo administrador.

g. Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

Em 31 de dezembro 2014, a provisão para perdas por redução no valor de recuperação dos direitos creditórios foi estimada, pelo administrador, com base em evidências objetivas de perda:

O administrador utiliza a metodologia de agrupar os direitos creditórios por cedente, pois avaliou estar nela o risco de crédito por consequência da coobrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e realiza uma análise fundamentalista de tal cedente, a fim de cobrir perdas inerentes e para a carteira de direitos creditórios vencidos está utilizando percentuais de rolagem. Essa metodologia utiliza a junção de três fatores: (i) realiza uma análise de tendências históricas do cedente com base em ponderação de informações tais como recuperação judicial, tempo em operação, protestos, cheques emitidos devolvidos, grau de endividamento, e a experiência de atraso e inadimplência para estimar o impacto de tais informações sobre a capacidade de repagamento dos direitos creditórios pelos devedores; (ii) os direitos creditórios vencidos são agrupados em intervalos de acordo com o número de dias em atraso, e análises estatísticas são utilizadas para estimar a probabilidade de que, em cada intervalo, os direitos creditórios progridam através dos vários estágios de inadimplência, e finalmente possam ser provados como irrecuperáveis; e (iii) as recompras estão sendo consideradas no modelo, com a finalidade de avaliar o fluxo de caixa futuro das cedentes e da consultoria de crédito em exercer a coobrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e não pagos. Adicionalmente, o administrador está realizando *backtesting* para validar a aderência da sua metodologia com as perdas incorridas.

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

A carteira de direitos creditórios e a provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos está apresentada no período findo em 31 de dezembro de 2014 na nota 5.b.

A movimentação da provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos constituída com base nos critérios da Instrução nº 489 da Comissão de Valores Mobiliários descritos na nota 3.e., está assim representada:

<i>Período de 04 de agosto de 2014 a</i>	
<i>31 de dezembro de 2014</i>	
Saldo inicial	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-
Baixas na provisão por liquidação de direitos creditórios	-
Constituição de provisão	(63)
Saldo final	
Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos	(63)

6 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de risco

Mercado

Os ativos componentes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos do Fundo. As variações de preços dos ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Logo, não há garantia de que as taxas de juros vigentes no mercado se mantenham estáveis. Além disso, dependendo do comportamento que as taxas de juros venham a ter, os ativos integrantes da carteira do Fundo poderão sofrer oscilações significativas de preços, com reflexos na rentabilidade do Fundo.

Crédito

A carteira do Fundo possui direitos creditórios e outros títulos de renda fixa que estão sujeitos ao risco de atraso e/ou não pagamento por seus emissores, devedores e/ou coobrigados, consequentemente, nessa hipótese, poderão ocorrer reduções de ganhos ou perda do capital investido, dos rendimentos e/ou do valor do principal de quaisquer dos ativos do Fundo.

Os cotistas detentores das cotas subordinadas juniores recebem o saldo residual dos valores a receber, após terem sido recebidos os valores a receber, pagas as despesas do Fundo e os cotistas detentores das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino terem resgatado suas cotas. Neste sentido, os cotistas detentores das cotas subordinadas retêm parte substancial dos riscos e benefícios dos valores a receber. No entanto, os cotistas detentores das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino também estão expostos ao risco de crédito dos direitos creditórios e outros ativos do Fundo.

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

Liquidez

Os investimentos do Fundo em direitos creditórios apresentam peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário líquido para negociação de tais direitos creditórios. Caso o Fundo precise vender seus direitos creditórios a terceiros, ou caso o cotista receba tais direitos creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas cotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os mesmos, ou preço de alienação poderá causar perda de patrimônio para o Fundo, ou (ii) os cotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos pelos devedores dos direitos creditórios em caso de inadimplemento. Isto é, não há qualquer garantia ou certeza que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os direitos creditórios de sua carteira pelo preço e nos momentos desejados.

Outros riscos

Apesar da carteira do Fundo ser constituída, preponderantemente, pelos direitos creditórios elegíveis, a propriedade das cotas não confere aos cotistas propriedade direta sobre os direitos creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas detidas.

Excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, em nenhuma outra hipótese o administrador/ gestora e/ou o custodiante serão responsabilizadas por qualquer depreciação dos bens da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

b. Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência do administrador, da gestora e da consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que o administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus Cotistas.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo, conforme descrito no regulamento do Fundo, estão sujeitos a diversos fatores de risco dentre eles: risco de crédito, risco de liquidez dos ativos, e risco de mercado.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:

- (i) **Risco de mercado:** O administrador monitora as taxas mínimas de cessão praticadas pelo Fundo respeitando os limites previstos em regulamento correlacionado à taxa CDI, visando assim atingir o *benchmark* estabelecido para as cotas seniores, balanceando desta forma possíveis efeitos de variação da taxa de juros praticada pelo mercado, caso este *benchmark* não esteja sendo atingido, o administrador convoca assembleia geral para início da amortização das cotas seniores.
- (ii) **Risco de crédito:** o administrador possui metodologia para definição de perda esperada para os direitos creditórios em carteira, que são mensuradas e revisadas durante toda a permanência do direito creditório na carteira do FIDC, efetuando avaliações creditícias sobre os cedentes e avaliando o comportamento e o histórico de liquidez dos recebíveis. O controle de risco de crédito é exercido independente da gestão do Fundo;

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

- (iii) **Risco de liquidez:** o administrador constitui provisão de reserva para amortização de cotas, destinando os recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata. Quatorze dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na reserva de amortização ativos em valor equivalente a 100% do valor estimado da amortização. Caso o administrador não consiga formar a reserva, esta interrompe a aquisição de direitos creditórios até que a reserva seja devidamente constituída.

7 Evolução da cota e rentabilidade

A rentabilidade calculada com base na variação da cota, comparada com a variação do *benchmark*, o resultado auferido a cada classe de cotas e patrimônio líquido médio do exercício foram os seguintes:

	Rentabilidade		Patrimônio
	(%)	Resultado	líquido médio
Cota subordinada junior			
Período findo em 31 de dezembro de 2014	12,82	243	1.879

8 Emissão, amortização e resgate de cotas

a. Emissão

As emissões de cotas são processadas com base no valor da cota de fechamento em vigor da efetiva disponibilidade dos recursos.

Cotas subordinadas juniores

No período findo em 31 de dezembro de 2014 houve emissão inicial de 1.050,00 cotas no montante de R\$ 1.050 e também emissões durante o exercício de 1.168,06 cotas no montante de R\$ 1.209.

b. Amortização e resgate de cotas

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em direitos creditórios. Essa classe de cotas pode ser amortizada (total ou parcial) ou resgatadas após amortização (total ou parcial) ou resgate de todas as cotas seniores.

O pagamento das amortizações ou dos resgates de cotas do Fundo será realizado no dia 15 do respectivo mês ou no primeiro dia útil subsequente da praça em que o administrador está sediado.

Na amortização ou resgate de cotas será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, sendo que o administrador deverá constituir reserva monetária formada com disponibilidade diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de cotas; e/ou (ii) do valor de direitos creditórios e ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de cotas seniores, de acordo com o cronograma disposto no regulamento do Fundo.

No período findo em 31 de dezembro de 2014 não houve amortizações ou resgate de cotas.

9 Negociação de cotas

As cotas subordinadas do Fundo não são registradas em mercado secundário.

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

10 Prestadores de serviços

As atividades de administração da carteira do Fundo, custódia, controladoria, escrituração de cotas são prestadas pelo Banco Petra S.A.

A gestão do Fundo é realizada pela Petra Capital Gestão de Investimentos LTDA.

A Milênio Fomento Mercantil LTDA. é responsável pela análise e seleção dos direitos creditórios do Fundo.

11 Custódia e tesouraria

Os títulos públicos federais e as operações compromissadas são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC").

O administrador é responsável pela custódia e a guarda dos documentos representativos do crédito e demais ativos da carteira do Fundo.

12 Encargos do Fundo

a. Taxa de administração

Será devido ao administrador, gestor e consultora especializada, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão, escrituração, controladoria e consultoria especializada, a remuneração equivalente à somatório dos seguintes montantes, calculados individualmente:

a) O maior valor entre 0,35% a.a. (trinta e cinco décimos por cento ao ano) e o valor mínimo conforme definidos a seguir:

(i) para os dois primeiros meses de funcionamento do Fundo, será cobrado o valor mínimo mensal de R\$ 4;

(ii) no terceiro e quarto mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal será de R\$ 5; (iii) no quinto e sexto mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo será de R\$ 6, sendo que a partir do sétimo mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal passará a ser de R\$ 7,5 atualizados anualmente pela variação do IGP-M; e

(b) O percentual de 1% ao mês sobre os direitos creditórios adquiridos no mês imediatamente anterior.

A despesa com taxa de administração e consultoria especializada foi de R\$ 19 e 60, respectivamente.

13 Classificação por agência classificadora de risco

O Fundo é dispensado da emissão de relatório de classificação de *rating* por agência classificadora, pois é destinado a um único grupo de cotistas vinculados por interesse único e indissociável e tais cotistas assinaram o termo de adesão declarando ter conhecimento dos riscos envolvidos nas operações do Fundo, inclusive com a possibilidade de perda do capital investido.

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

14 Outros serviços prestados pelo auditor independente

Informamos que o administrador, no período, não contratou serviços da Consult Auditores Independentes relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

15 Demandas judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extra-judiciais, quer na defesa dos direitos, quer desses contra a administração do Fundo.

16 Outras informações

a. Classes de cotas

- (i) As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (i) prioridade de resgate em relação às cotas subordinadas; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicações e/ou resgates; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota corresponderá a um voto.
- (ii) As cotas subordinadas mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (i) subordinam-se às cotas seniores e têm prioridade em relação às cotas subordinadas juniores para fins de aplicações e/ou resgate; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicação e/ou resgate; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota corresponderá um voto.
- (iii) As cotas subordinadas juniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações: (i) subordinam-se às cotas seniores e às cotas subordinadas mezanino para efeito de aplicações e/ou resgates; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicações e/ou resgates; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota subordinada junior corresponderá um voto.

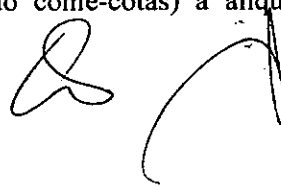
b. Legislação tributária

Imposto de renda

Em conformidade com a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e demais normativos, os rendimentos eram tributados por ocasião do resgate das cotas, sendo aplicadas alíquotas complementares, variáveis em razão do prazo da aplicação.

- (i) 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- (ii) 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- (iii) 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
- (iv) 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

Em caso de condomínio aberto, o Imposto de Renda incidirá semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e de dezembro de cada ano (pelo sistema do come-cotas) à alíquota de 15%,



Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

considerando a classificação da carteira do Fundo como de longo prazo. Adicionalmente, o cotista será tributado por ocasião do resgate, que, se ocorrer antes de 2 anos, ensejará a aplicação de alíquota complementar de 2,5% a 7,5%, conforme o período de aplicação.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

IOF (Decreto nº 6.306/07, de 14 de dezembro de 2007)

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos à cobrança de IOF. A alíquota de IOF é de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, e decrescente em função do prazo da aplicação. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não há cobrança de IOF.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na fonte e/ou IOF.

17 Operações com partes relacionadas

Foram consideradas partes relacionadas os cotistas, administrador, o custodiante e consultoria especializada. Todos os direitos creditórios do Fundo são analisados pelo consultor de crédito, com vista a identificar as exigibilidades relacionadas na nota 5.d. Adicionalmente, as despesas com taxa de administração e consultoria, conforme descrito na nota 12, o Fundo realizou a seguinte operação com a instituição administradora, gestora e/ou parte a elas relacionadas:

(a) Recompra de direitos creditórios

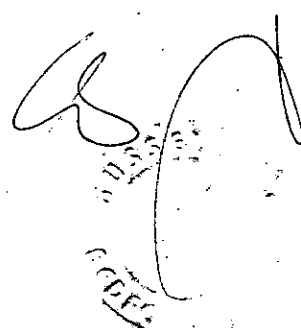
Conforme apresentado na nota 5.e.i, a Consultoria especializada, parte relacionada ao Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, houve recompra de direitos creditórios no valor de R\$ 353, cujo valor de face dos direitos creditórios vencidos era de R\$ 348, o que gerou um resultado positivo de R\$ 5 para o Fundo.

18 Contador e diretor

O diretor e o contador responsáveis pelo Fundo são os seguintes:

Edilberto Pereira
Diretor

Sylvio Luiz Depiné
Contador CRC PR-045612/O-7



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ nº 15.578.550/0001-60
(Administrado pelo Banco PETRA S.A. – CNPJ nº 11.758.741/0001.52)

Demonstrações Financeiras
04 de agosto de 2014 (data de início das
atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015



Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração da posição financeira	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Cotistas e ao Administrador do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis
LP
(Administrado por Banco Petra S.A.)
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (administrado por Banco Petra S.A.), que compreendem a demonstração da posição financeira e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo em 30 de junho de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (administrado pelo Banco Petra S.A.), em 30 de junho de 2015 e o desempenho de suas operações para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, regulamentados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Curitiba, 16 de setembro de 2015.

Jacó Moacir Schreiner Maran
Contador CRC/PR Nº 017.214/O-8

João Raimundo Klein
Contador CRC/RS Nº 0 41.070/O-3 S-PR

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 002.906/O-5

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração da posição financeira

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	2015	
	Quantidade	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades	467	5,35
Títulos e valores mobiliários	55	0,64
Títulos públicos federais	55	0,63
Letras financeiras do tesouro (Nota 4)	55	0,63
Direitos creditórios	8.397	96,23
Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios	8.397	96,23
Duplicatas a vencer (Nota 5.b)	5.117	58,64
Duplicatas vencidas (Nota 5.b)	1.202	13,77
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação ((Notas 5.b e 5.g)	(206)	(2,36)
Cheques a vencer (Nota 5.b)	2.032	23,29
Cheques vencidos (Nota 5.b)	353	4,05
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação (Notas 5.b e 5.g)	(101)	(1,16)
Valores a receber	268	3,07
Cheques em compensação (Nota 5.c)	194	2,22
Direitos creditórios vencidos a liquidar (Nota 5.c)	47	0,54
Despesas antecipadas	27	0,31
Total do ativo	<u>9.187</u>	<u>105,28</u>
Passivo		
Valores a pagar	461	5,28
Direitos creditórios recebidos a identificar (Nota 5.f)	335	3,84
Taxa de custódia	11	0,13
Taxa de administração	7	0,08
Taxa de Consultoria especializada	41	0,47
Outros	67	0,77
Total do passivo	<u>461</u>	<u>5,28</u>
Patrimônio líquido	<u>8.726</u>	<u>100,00</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>9.187</u>	<u>105,28</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração do resultado

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais)

Composição do resultado do exercício

	2015	
Direitos creditórios	1.995	
Apropriação de renda	2.192	L
Resultado nas negociações (Nota 5.e)	110	M
Perdas por redução no valor de recuperação (Nota 5.g)	(307)	N
Operações compromissadas		
Receitas	4	O
Títulos e valores mobiliários	14	
Cotas de fundos de investimento		
Resultado com aplicações em cotas de fundos	12	
Referenciado DI	12	Q
Títulos públicos federais	2	
Letras financeiras do tesouro	2	P
Demais despesas	(582)	
Taxa de custódia (Nota 17.c)	(77)	R
Taxa de administração (Nota 12.a)	(51)	S
Despesa de consultoria especializada (Nota 12.a)	(346)	T
Outras despesas	(108)	U
Resultado do exercício pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	1.431	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2015
Emissão inicial de cotas	2.050
Total de 1.050,00 cotas subordinadas juniores a R\$ 1.000,00 cada uma (Nota 8.a)	1.050
Total de 1.000,00 cotas seniores no valor de R\$1.000,00 cada uma	1.000
Resultado do exercício pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	1.431
Cotas emitidas	5.370
Total de 1.571,97 cotas subordinadas juniores (Nota 8.a)	1.760
Total de 3.512,50 cotas seniores	3.610
Amortização	
Cotas subordinadas juniores (Nota 8.b)	(125)
Acréscimo decorrente da movimentação de cotas	5.245
Patrimônio líquido no final do exercício	8.726
Total de 2.621,97 cotas subordinadas juniores a R\$1.454,464407 cada uma	3.814
Total de 4.512,50 cotas seniores a R\$1.088,595452 cada uma	4.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais)

	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Compra de direitos creditórios	(33.128)
Recebimentos de juros/amortização de direitos creditórios	24.982
Compra de outros instrumentos financeiros	(37.792)
Venda de outros instrumentos financeiros	37.946
Pagamento da taxa de administração	(44)
Pagamento da taxa de gestão	(12)
Pagamento da auditoria e custódia	(51)
Pagamento da consultoria especializada	(307)
Demais pagamentos / recebimentos	1.572
Caixa líquido das atividades operacionais	(6.834)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Cotas subordinadas emitidas	2.810
Cotas seniores emitidas	4.610
Cotas subordinadas amortizadas	(119)
Caixa líquido das atividades de financiamento	7.301
Variação no caixa e equivalentes de caixa	467
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	467
Disponibilidades	467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ: 15.578.550/0001-60

Demonstrações Financeiras
04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis foi constituído em 20 de junho de 2014 e iniciou suas atividades em 04 de agosto de 2014 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

O objetivo do Fundo é valorização de suas cotas, por meio de aquisição: (i) de direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos contratos de cessão; e (ii) de ativos financeiros, conforme a política de investimento estabelecido no regulamento do Fundo.

O Fundo destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos do art. nº 109 da Instrução CVM nº 409/04.

Os investimentos no Fundo não são garantidos pelo administrador, gestora e qualquer mecanismo de seguro, ou pelo Fundo Garantidor de Crédito ("FGC"). Os cotistas estão expostos à possibilidade de perda do capital investido, em decorrência do perfil de investimentos do Fundo.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 489 de 14 de janeiro de 2011 e pelas orientações emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A demonstração da posição financeira, a demonstração do resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa encontram-se apresentadas para o período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) até 30 de junho de 2015, exercício social do Fundo.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o saldo de caixa e instrumentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data de contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração, reconhecidos no resultado na rubrica de "Operações compromissadas - receitas".

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria "Títulos para negociação", que incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

Cotas de fundos de investimento

As cotas de fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informada pelos administradores dos respectivos fundos de investimento. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em "Resultado com aplicações em cotas de fundos".

d. Direitos creditórios

Os direitos creditórios foram classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria "Empréstimos e recebíveis", que incluem qualquer ativo financeiro com pagamento fixo ou determinável, que não estão cotados em mercado ativo, incluindo ativos de empréstimo, recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e depósitos mantidos em banco.

Direitos creditórios - a vencer

Os direitos creditórios são registrados ao custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Direitos creditórios - vencidos

Os direitos creditórios vencidos encontram-se registrados pelos valores atualizados até a data dos respectivos vencimentos.

Os direitos creditórios são classificados no seguinte grupo:

- (i) **Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios** – neste grupo devem ser classificadas as operações em que o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

A classificação do grupo acima é de responsabilidade do administrador, que deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

A apropriação da remuneração dos direitos creditórios é reconhecida no resultado, na rubrica “Apropriação de renda” segundo a taxa de juros, conforme apresentado na nota explicativa nº 5. A partir da data de vencimento do direito creditório não são mais apropriados juros remuneratórios. Os lucros ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor de venda e o valor de mercado do título no dia anterior e reconhecidos em “Resultado nas negociações”, quando aplicável e para os direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios, o ajuste ao valor justo dos ativos são registrados em “Ajuste ao valor justo”, quando aplicável.

e. Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

A provisão para perdas é constituída, com base nas orientações emanadas pela Instrução nº 489 da Comissão de Valores Mobiliários, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado. A perda por redução no valor de recuperação deve ser mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

Provisões para redução ao valor de recuperação de ativos são avaliadas e calculadas, pelo administrador, coletivamente e são registradas através de uma conta de provisão na rubrica “Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios – Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos”, sendo sua contrapartida no resultado do período.

Para direitos creditórios de um mesmo devedor, a perda deve ser mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a natureza da transação e as características das garantias, tais como suficiência e liquidez.

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação – avaliação individual

A redução no valor de recuperação em base individual é mensurada em duas circunstâncias: (i) para cobrir as perdas incorridas, mas que ainda não foram identificadas em direitos creditórios sujeitos a avaliação individual; e (ii) para grupos homogêneos de direitos creditórios que não são considerados individualmente significativos.

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação – avaliação coletiva

A provisão para redução no valor recuperável em base coletiva é determinada levando em consideração: (i) a experiência de perdas nas carteiras com características similares de risco de

crédito; (ii) o período estimado entre a ocorrência das evidências objetivas de redução ao valor recuperável e a identificação efetiva de perdas; e (iii) o julgamento baseado na experiência da administradora quanto à situação e condições econômicas e de crédito é de tal ordem que o nível atual de perdas é provavelmente maior ou menor do que o sugerido pela experiência histórica.

4 Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários registrados na categoria de “Títulos para negociação” estão assim classificados:

a. Período findo em 30 de junho de 2015

Títulos para negociação	Valor de mercado	Valor contábil	Faixas de vencimento
Titulos públicos federais			
Letras financeiras do tesouro	56	55	Acima de 1 ano

5 Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

Os direitos creditórios são classificados, conforme avaliação da Administradora, na categoria de “Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios”, pois os cedentes, possuem a obrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos.

a. Característica dos direitos creditórios

A carteira de direitos creditórios do Fundo, no período findo em 30 de junho de 2015 é expressa em moeda nacional, indicadas e aprovadas pela consultoria especializada, composta por duplicatas e cheques originados de operações de compra e venda de produtos, mercadorias nos segmentos financeiro, comercial, industrial e imobiliário.

Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

b. Composição dos direitos creditórios em 30 de junho de 2015

Duplicatas a vencer	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos				
						0-30	30-45	45-90	90-180	Acima 360
Indústria	1.428	1.495	67	(8)	88,30%	1.020	188	134	86	-
Comércio e serviços	2.731	2.921	190	(21)	162,34%	1.495	414	584	190	-
Infraestrutura	958	985	27	(14)	118,29%	884	4	70	-	-
Total duplicatas a vencer	5.117	5.401	284	(43)		3.399	606	788	276	48

Duplicatas vencidas	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos				
						0-30	30-45	45-90	90-180	Acima 360
Indústria	422	422	-	(75)	128,87%	349	1	4	2	-
Comércio e serviços	736	736	-	(85)	162,05%	694	41	1	-	-
Infraestrutura	44	44	-	(3)	190,58%	44	-	-	-	-
Total duplicatas vencidas	1.202	1.202	-	(163)		1.087	42	5	2	66

Cheques a vencer	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos				
						0-30	30-45	45-90	90-180	Acima 360
Indústria	793	853	60	(7)	82,51%	328	130	291	44	-
Comércio e serviços	1.239	1.316	77	(13)	99,61%	703	168	296	72	-
Total cheques a vencer	2.032	2.169	137	(20)		1.031	298	587	116	-

Cheques vencidos	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos				
						0-30	30-45	45-90	90-180	Acima 360
Indústria	77	77	-	(55)	78,65%	23	1	-	48	-
Comércio e Serviços	276	276	-	(26)	81,86%	257	19	-	-	-
Total cheques vencidos	353	353	-	(81)		280	20	-	48	5

TOTAL	8.704	9.125	421	(307)		5.797	966	1.380	442	119
--------------	--------------	--------------	------------	--------------	--	--------------	------------	--------------	------------	------------

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ: 15.578.550/0001-60

Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

A concentração dos 5 maiores devedores no período findo em 30 de junho de 2015 está assim representada:

Cedente	Quantidade		A vencer	Total	Provisão	% sobre o total de direitos creditórios
	Sacados	Vencido				
Cedente 1	11	405	469	873	(52)	10,03
Cedente 2	6	94	661	755	(14)	8,67
Cedente 3	31	304	422	726	-	8,34
Cedente 4	75	27	582	609	(8)	7,00
Cedente 5	4	0	534	534	(10)	6,13
Demais 36	1.022	725	4.482	5.207	(223)	59,82
Total		1.555	7.149	8.704	(307)	100

c. Valores a receber

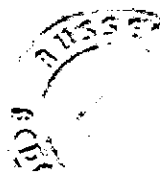
O saldo de direitos creditórios vencidos a liquidar no montante de R\$ 47 apresentados no ativo, refere-se a duplicatas liquidadas pelo sacado em 30 de junho de 2015, cujo recebimento por parte do Fundo se dará no primeiro dia útil subsequente.

O saldo de cheques em compensação no montante de R\$194, apresentados no ativo, refere-se a cheques que estão em processo de compensação no banco depositário, cujo recebimento por parte do Fundo se dará nos primeiros dias úteis subsequentes a 30 de junho de 2015.

d. Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Todo e qualquer direito creditório a ser adquirido pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- (i) recebimento de arquivo eletrônico com a relação dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo;
- (ii) o Fundo somente adquirirá direitos creditórios cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento da última série de Cotas Seniores do Fundo;
- (iii) o Fundo somente poderá adquirir direitos creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data de aquisição;
- (iv) cada cessão de direitos creditórios será precedida de análise, verificando a concentração de títulos de até 5% (cinco por cento) de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ), ressalvado que na hipótese de cessões de direitos creditórios por diferentes cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor poderá ser majorado para 8% (oito por cento) e até 5% (cinco por cento) para um mesmo cedente (mesmo CNPJ);
- (v) os direitos creditórios devem ser de devedores que, na data da aquisição para o FUNDO, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 (quinze) dias corridos;



Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

- (vi) o prazo médio de todos os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias considerados a partir da data de aquisição; e
- (vii) os direitos de crédito representados por duplicata deverão representar, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo apurado no dia útil anterior à cessão.

e. Resultado nas negociações com direitos creditórios

No período findo em 30 de junho de 2015, o saldo da rubrica “resultado nas negociações” no montante de R\$ 110 é composto por:

- (i) os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo poderão ser recomprados, em caso de inadimplência pelos cedentes, por critérios estabelecidos pela consultora; no período findo em 30 de junho de 2015, houve recompra de direitos creditórios no valor de R\$ 2.258, cujo valor de face dos direitos creditórios vencidos era de R\$ 2.234, o que gerou um resultado positivo de R\$ 24 para o Fundo;
- (ii) os juros pagos pelos sacados pela prorrogação do prazo de vencimento dos direitos creditórios e os juros de mora pagos ao Fundo pelos atrasos na liquidação dos direitos creditórios totalizaram no período o resultado de R\$248; e
- (iii) os abatimentos/descontos, na antecipação do pagamento dos direitos creditórios concedidos pelo consultor de crédito aos sacados, totalizaram no período o resultado negativo de R\$162.

f. Valores a pagar

No período findo em 30 de junho de 2015, o saldo de direitos creditórios recebidos a identificar, nos montantes de R\$ 335, apresentados no passivo, correspondem ao envio de recursos ao Fundo, pela consultoria especializada, referentes a pagamento de direitos creditórios, que estão pendentes de conciliação pelo administrador.

g. Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

Em 30 de junho 2015, a provisão para perdas por redução no valor de recuperação dos direitos creditórios foi estimada, pelo administrador, com base em evidências objetivas de perda:

O administrador utiliza a metodologia de agrupar os direitos creditórios por cedente, pois avaliou estar nela o risco de crédito por consequência da coobrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e realiza uma análise fundamentalista de tal cedente, a fim de cobrir perdas inerentes e para a carteira de direitos creditórios vencidos está utilizando percentuais de rolagem. Essa metodologia utiliza a junção de três fatores: (i) realiza uma análise de tendências históricas do cedente com base em ponderação de informações, tais como recuperação judicial, tempo em operação, protestos, cheques emitidos devolvidos, grau de endividamento e a experiência de atraso e inadimplência para estimar o impacto de tais informações sobre a capacidade de repagamento dos direitos creditórios pelos devedores; (ii) os direitos creditórios vencidos são agrupados em intervalos de acordo com o número de dias em atraso, e análises estatísticas são utilizadas para estimar a probabilidade de que, em cada intervalo, os direitos creditórios progridam através dos vários estágios de inadimplência e finalmente possam ser provados como irrecuperáveis; e (iii) as recompras estão sendo consideradas no modelo, com a finalidade de avaliar o fluxo de caixa futuro das cedentes e da consultoria de crédito em exercer a coobrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e não pagos. Adicionalmente, o administrador está realizando *backtesting* para validar a aderência da sua metodologia com as perdas incorridas.

Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

A carteira de direitos creditórios e a provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos está apresentada no período findo em 30 de junho de 2015 na nota explicativa nº 5.b.

A movimentação da provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos constituída com base nos critérios da Instrução nº 489 da Comissão de Valores Mobiliários descritos na nota explicativa no 3.e. está assim representada:

Período de 04 de agosto de 2014 a

30 de junho de 2015

Saldo inicial

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Baixas na provisão por liquidação de direitos creditórios

606

Constituição de provisão

(913)

Saldo final

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

(307)

6 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de risco

Mercado

Os ativos componentes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos do Fundo. As variações de preços dos ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Logo, não há garantia de que as taxas de juros vigentes no mercado se mantenham estáveis. Além disso, dependendo do comportamento que as taxas de juros venham a ter, os ativos integrantes da carteira do Fundo poderão sofrer oscilações significativas de preços, com reflexos na rentabilidade do Fundo.

Crédito

A carteira do Fundo possui direitos creditórios e outros títulos de renda fixa que estão sujeitos ao risco de atraso e/ou não pagamento por seus emissores, devedores e/ou coobrigados, consequentemente, nessa hipótese, poderão ocorrer reduções de ganhos ou perda do capital investido, dos rendimentos e/ou do valor do principal de quaisquer dos ativos do Fundo.

Os cotistas detentores das cotas subordinadas juniores recebem o saldo residual dos valores a receber, após terem sido recebidos os valores a receber, pagas as despesas do Fundo e os cotistas detentores das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino terem resgatado suas cotas. Neste sentido, os cotistas detentores das cotas subordinadas retêm parte substancial dos riscos e

Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

benefícios dos valores a receber. No entanto, os cotistas detentores das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino também estão expostos ao risco de crédito dos direitos creditórios e outros ativos do Fundo.

Liquidez

Os investimentos do Fundo em direitos creditórios apresentam peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário líquido para negociação de tais direitos creditórios. Caso o Fundo precise vender seus direitos creditórios a terceiros ou caso o cotista receba tais direitos creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas cotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os mesmos, ou preço de alienação poderá causar perda de patrimônio para o Fundo, ou (ii) os cotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos pelos devedores dos direitos creditórios em caso de inadimplemento. Isto é, não há qualquer garantia ou certeza que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os direitos creditórios de sua carteira pelo preço e nos momentos desejados.

Outros riscos

Apesar da carteira do Fundo ser constituída, preponderantemente, pelos direitos creditórios elegíveis, a propriedade das cotas não confere aos cotistas propriedade direta sobre os direitos creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas detidas.

Excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, em nenhuma outra hipótese o administrador/ gestora e/ou o custodiante serão responsabilizadas por qualquer depreciação dos bens da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

b. Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência do administrador, da gestora e da consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos, e mesmo que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus Cotistas.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo, conforme descrito no regulamento do Fundo estão sujeitos a diversos fatores de risco dentre eles: risco de crédito, risco de liquidez dos ativos e risco de mercado.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:

- (i) **Risco de mercado:** O administrador monitora as taxas mínimas de cessão praticadas pelo Fundo, respeitando os limites previstos em regulamento correlacionado à taxa CDI, visando assim atingir o *benchmark* estabelecido para as cotas seniores, balanceando desta forma possíveis efeitos de variação da taxa de juros praticada pelo mercado, caso este *benchmark* não

Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

esteja sendo atingido, o administrador convoca assembleia geral para início da amortização das cotas seniores.

- (ii) **Risco de crédito:** o administrador possui metodologia para definição de perda esperada para os direitos creditórios em carteira, que são mensuradas e revisadas durante toda a permanência do direito creditório na carteira do FIDC, efetuando avaliações creditícias sobre os cedentes e avaliando o comportamento e o histórico de liquidez dos recebíveis. O controle de risco de crédito é exercido independente da gestão do Fundo.
- (iii) **Risco de liquidez:** o Administrador constitui provisão de reserva para amortização de cotas, destinando os recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata. Quatorze dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na reserva de amortização ativos em valor equivalente a 100% do valor estimado da amortização. Caso o administrador não consiga formar a reserva, esta interrompe a aquisição de direitos creditórios até que seja devidamente constituída.

7 Evolução da cota e rentabilidade

A rentabilidade calculada com base na variação da cota, comparada com a variação do *benchmark*, o resultado auferido a cada classe de cotas e patrimônio líquido médio do período foram os seguintes:

Cotas subordinadas juniores		Rentabilidade	Resultado	Patrimônio líquido médio
Período de 04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015		39,49%	1.129	2.410

Cotas seniores		Benchmark 150% do CDI	Rentabilidade	Resultado	Patrimônio líquido médio
Período de 05 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015		8,94%	8,86%	302	3.512

8 Emissão, amortização e resgate de cotas

a. Emissão

As emissões de cotas são processadas com base no valor da cota de fechamento em vigor da efetiva disponibilidade dos recursos.

Cotas subordinadas juniores

No período findo em 30 de junho de 2015 houve emissão inicial de 1.050,00 cotas no montante de R\$1.050 e também emissões durante o período de 1.571,97 cotas no montante de R\$1.760.

b. Amortização e resgate de cotas

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em direitos creditórios. Essa classe de cotas pode ser amortizada (total ou parcial) ou resgatadas após amortização (total ou parcial) ou resgate de todas as cotas seniores.

Os pagamentos das amortizações ou dos resgates de cotas do Fundo será realizado no dia 15 do respectivo mês ou no primeiro dia útil subsequente da praça em que o administrador está sediado.

Na amortização ou resgate de cotas será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, sendo que o administrador deverá constituir reserva monetária formada com disponibilidade diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de cotas; e/ou (ii) do valor de direitos creditórios e ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de cotas seniores, de acordo com o cronograma disposto no regulamento do Fundo.

No período findo em 30 de junho de 2015 houve amortizações de cotas subordinadas juniores no montante de R\$125.

9 Negociação de cotas

As cotas subordinadas do Fundo não são registradas em mercado secundário.

10 Prestadores de serviços

As atividades de administração da carteira do Fundo, custódia, controladoria, escrituração de cotas são prestadas pelo Banco Petra S.A.

A gestão do Fundo é realizada pela Petra Capital Gestão de Investimentos LTDA.

A Milênio Fomento Mercantil LTDA. é responsável pela análise e seleção dos direitos creditórios do Fundo.

11 Custódia e tesouraria

Os títulos públicos federais e as operações compromissadas são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC").

O administrador é responsável pela custódia e a guarda dos documentos representativos do crédito e demais ativos da carteira do Fundo.

12 Encargos do Fundo

a. Taxa de administração

Será devido ao administrador, gestor e consultora especializada, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão, escrituração, controladoria e consultoria especializada, a remuneração equivalente a somatório dos seguintes montantes, calculados individualmente:

a) o maior valor entre 0,35% a.a. (trinta e cinco décimos por cento) ao ano e o valor mínimo, conforme definidos a seguir:

(i) para os dois primeiros meses de funcionamento do Fundo, será cobrado o valor mínimo mensal de R\$4;

(ii) no terceiro e quarto mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal será de R\$5;

(iii) no quinto e sexto mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo será de R\$6, sendo que a partir do sétimo mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal passará a ser de R\$7,5 atualizados anualmente pela variação do IGP-M; e

(b) o percentual de 1% ao mês sobre os direitos creditórios adquiridos no mês imediatamente anterior.

A despesa com taxa de administração e consultoria especializada foi de R\$ 51 e 346, respectivamente.

13 Classificação por agência classificadora de risco

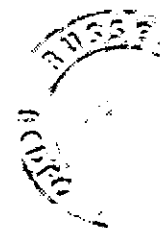
Em 25 de junho de 2015, a Liberum Ratings atribuiu as classificações de risco A(fe) de longo prazo para a 1ª e 2ª séries de cotas seniores e B(fe) de longo prazo para as cotas subordinadas do Fundo. O risco de crédito para as cotas subordinadas é considerado muito elevado enquanto o risco de crédito para a 1ª e 2ª séries de cotas seniores é considerado baixo. A perspectiva dos ratings é estável.

14 Outros serviços prestados pelo auditor independente

Informamos que o administrador, no período, não contratou serviços da Consult Auditores Independentes relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

15 Demandas judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extra-judiciais, quer na defesa dos direitos, quer desses contra a administração do Fundo.



Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

16 Outras informações

a. Classes de cotas

- (i) As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (i) prioridade de resgate em relação às cotas subordinadas; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicações e/ou resgates; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas assembleias gerais, sendo que a cada cota corresponderá a um voto.
- (ii) As cotas subordinadas juniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações: (i) subordinam-se às cotas seniores e às cotas subordinadas mezanino para efeito de aplicações e/ou resgates; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicações e/ou resgates; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas assembleias gerais, sendo que a cada cota subordinada junior corresponderá um voto.

b. Legislação tributária

Imposto de Renda

Em conformidade com a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e demais normativos, os rendimentos eram tributados por ocasião do resgate das cotas, sendo aplicadas alíquotas complementares, variáveis em razão do prazo da aplicação.

- (i) 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- (ii) 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- (iii) 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
- (iv) 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

Em caso de condomínio aberto, o Imposto de Renda incidirá, semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e de dezembro de cada ano (pelo sistema do come-cotas) à alíquota de 15%, considerando a classificação da carteira do Fundo como de longo prazo. Adicionalmente, o cotista será tributado por ocasião do resgate, que, se ocorrer antes de 2 anos, ensejará a aplicação de alíquota complementar de 2,5% a 7,5%, conforme o período de aplicação.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

IOF (Decreto nº 6.306/07, de 14 de dezembro de 2007)

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos à cobrança de IOF. A alíquota de IOF é de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, e decrescente em função do prazo da aplicação. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não há cobrança de IOF.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na fonte e/ou IOF.

17 Operações com partes relacionadas

Foram consideradas partes relacionadas, os cotistas, o administrador, o custodiante e a consultoria especializada. Todos os direitos creditórios do Fundo são analisados pelo consultor de crédito, com vista a identificar as exigibilidades relacionadas na Nota Explicativa 5.d. Adicionalmente às despesas com taxa de administração e consultoria, conforme descrito na nota explicativa nº 12, o Fundo realizou a seguinte operação com a instituição administradora, gestora e/ou parte a elas relacionadas:

(a) Recompra de direitos creditórios

Conforme apresentado na nota explicativa nº 5.e.i, a consultoria especializada, parte relacionada ao Fundo, no período findo em 30 de junho de 2015, intermediou recompra de direitos creditórios no valor R\$ 2.258, cujo valor de face dos direitos creditórios vencidos era de R\$ 2.234, o que gerou um resultado positivo de R\$ 24 para o Fundo.

(b) Depósito Bancário

Em 30 de junho de 2015 o Fundo possui depósitos bancários junto ao Banco Petra S/A, parte relacionada do Fundo, no montante de R\$ 2,8.

(c) Despesa com taxa de custódia

O valor pago pelo Fundo a título de remuneração de custodiante no período foi R\$ 77.

18 Contadora e Diretor

O Diretor e o contador responsáveis pelo Fundo são os seguintes:

Edilberto Pereira
Diretor

Suelen Inácia de Oliveira
Contador CRC PR-065.476/O-0





Grant Thornton

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio
Recebíveis LP

CNPJ: 15.578.550/0001-60 (Administrado pelo Banco Petra S/A. CNPJ:
11.758.741/0001-52)

Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores
Independentes

Exercício findo em 30 de junho de 2016 e período findo em 30 de junho de 2015



Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 30 de junho de 2016 e período findo em 30 de junho de 2015	9

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:

Cotistas e ao Administrador do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrador Banco Petra S/A)
Curitiba – PR

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (Fundo), administrado pelo Banco Petra S/A. (Administrador), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como, o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima citadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis do período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015 foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 16 de setembro de 2015, sem modificação.

São Paulo, 16 de setembro de 2016.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Rafael Dominguez Barros".

Rafael Dominguez Barros
CT CRC SP-208.108/ O-1 "S" - PR

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - PR

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)
Demonstração da posição financeira em 30 de junho de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

	2016			2015		
	Quantidade	Período atual	% sobre o Patrimônio Líquido	Quantidade	Período anterior	% sobre o Patrimônio Líquido
Ativo						
Disponibilidades		178	1,37		467	5,35
Títulos e valores mobiliários		120	0,92		55	0,64
Cotas de fundos de investimento Referenciado DI		57	0,44		-	-
Petra Liquidez Fundo de Investimento Referenciado DI LP	46	57	0,44	-	-	-
Títulos públicos federais		63	0,48		55	0,63
Letras financeiras do tesouro (Nota 4)	8	63	0,48	8	55	0,63
Direitos creditórios		12.915	99,38		8.397	96,23
Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios		12.915	99,38		8.397	96,23
Duplicatas a vencer (Nota 5.b)	1.512	9.400	72,33	1.136	5.117	58,64
Duplicatas vencidas (Nota 5.b)	481	3.119	24,00	145	1.202	13,77
(-) Provisão para redução no valor de recuperação de ativos (Notas 5.b e 5.g)		(2.212)	(17,02)		(206)	(2,36)
Cheques a vencer (Nota 5.b)	706	2.327	17,91	974	2.032	23,29
Cheques vencidos (Nota 5.b)	170	1.203	9,25	71	353	4,05
(-) Provisão para redução no valor de recuperação de ativos (Notas 5.b e 5.g)		(922)	(7,09)		(101)	(1,16)
Valores a receber		239	1,84		268	3,07
Cheques em compensação (Nota 5.c)		-	-		194	2,22
Direitos creditórios vencidos a liquidar (Nota 5.c)		205	1,58		47	0,54
Despesas antecipadas		30	0,23		27	0,31
Outros créditos		4	0,03		-	-
Total do ativo		13.452	103,51		9.187	105,28
Passivo						
Valores a pagar		456	3,51		461	5,28
Direitos creditórios recebidos a identificar (Nota 5.f)		327	2,52		335	3,84
Taxa de auditoria e custódia		17	0,13		11	0,13
Taxa de administração		6	0,05		7	0,08
Taxa de Consultoria especializada		78	0,60		41	0,47
Taxa de gestão		2	0,02		12	0,14
Outros		26	0,19		55	0,62
Total do passivo		456	3,51		461	5,28
Patrimônio líquido		12.996	100,00		8.726	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido		13.452	103,51		9.187	105,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

**Demonstração do resultado do exercício findo em 30 de junho de 2016 e período
de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de
2015**

(Em milhares de reais)

Composição do resultado do exercício / período	30 de junho de 2016	04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015
Direitos creditórios	3.494	1.995
Receita	5.839	2.192
Resultado nas negociações (Nota 5.e)	482	110
Perdas por redução no valor de recuperação (Nota 5.g)	(2.827)	(307)
Operações compromissadas		
Receitas	-	4
Títulos e valores mobiliários	15	14
Cotas de fundos de investimento		
Resultado com aplicações em cotas de fundos	7	12
Referenciado DI	7	12
Títulos públicos federais	8	2
Letras financeiras do tesouro	8	2
Demais despesas	(1.331)	(582)
Despesa de consultoria especializada	(839)	(346)
Despesa com cartório	(123)	(32)
Taxa de auditoria e custódia	(111)	(82)
Tarifa bancária e taxa de cobrança	(72)	(31)
Taxa de administração	(68)	(51)
Despesa de rating e certificação digital	(53)	(8)
Cetip e Selic	(29)	(1)
Taxa de gestão	(23)	(16)
Taxa de fiscalização CVM	(9)	(4)
Outras despesas	(4)	(11)
Resultado do exercício / período pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	2.178	1.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 30 de junho de 2016 e período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	30 de junho de 2016	04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015
Patrimônio líquido no início do exercício / período	8.726	-
Total de 2.621,97 cotas subordinadas juniores a R\$1.454,464407 cada uma	3.814	-
Total de 4.512,50 cotas seniores a R\$1.088,595452 cada uma	4.912	-
 Emissão inicial de cotas	 -	 2.050
Total de 1.050,00 cotas subordinadas juniores a R\$1.000,00 cada uma	-	1.050
Total de 1.000,00 cotas seniores no valor de R\$1.000,00 cada uma	-	1.000
 Resultado do exercício / período pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	 2.178	 1.431
 Cotas emitidas	 2.502	 5.370
Total de 2.265,00 cotas seniores	2.502	-
Total de 1.571,97 cotas subordinadas juniores	-	1.760
Total de 3.512,50 cotas seniores	-	3.610
 Amortização		
Cotas subordinadas juniores	(410)	(125)
 Acréscimo decorrente da movimentação de cotas	 2.092	 5.245
 Patrimônio líquido no final do exercício / período	 12.996	 8.726
Total de 2.621,97 cotas subordinadas juniores a R\$1.527,769378 cada uma	4.005	-
Total de 6.777,50 cotas seniores a R\$1.326,552252 cada uma	8.991	-
Total de 2.621,97 cotas subordinadas juniores a R\$1.454,464407 cada uma	-	3.814
Total de 4.512,50 cotas seniores a R\$1.088,595452 cada uma	-	4.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

**Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de junho de 2016 e
período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de
junho de 2015**

(Em milhares de reais)

	30 de junho de 2016	04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Compra de direitos creditórios	(65.062)	(33.128)
Recebimentos de juros/amortização de direitos creditórios	64.055	24.982
Compra de outros instrumentos financeiros	(15.309)	(37.792)
Venda de outros instrumentos financeiros	15.260	37.946
Pagamento da taxa de administração	(69)	(44)
Pagamento da taxa de gestão	(25)	(12)
Pagamento da auditoria e custódia	(105)	(51)
Pagamento da consultoria especializada	(802)	(307)
Demais pagamentos / recebimentos	(324)	1.572
Caixa líquido das atividades operacionais	(2.381)	(6.834)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cotas subordinadas emitidas	-	2.810
Cotas seniores emitidas	2.502	4.610
Cotas subordinadas amortizadas	(410)	(119)
Caixa líquido das atividades de financiamento	2.092	7.301
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(289)	467
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período	467	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício / período	178	467
Disponibilidades	178	467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 30 de junho de 2016 e período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (Fundo) foi constituído em 20 de junho de 2014 e iniciou suas atividades em 04 de agosto de 2014 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

O objetivo do Fundo é valorização de suas cotas, por meio de aquisição: (i) de direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos contratos de cessão; e (ii) de ativos financeiros, conforme a política de investimento estabelecido no regulamento do Fundo.

O Fundo destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, conforme regulamentação vigente.

Os investimentos no Fundo não são garantidos pelo Administrador, Gestora e qualquer mecanismo de seguro, ou pelo Fundo Garantidor de Crédito ("FGC"). Os cotistas estão expostos à possibilidade de perda do capital investido, em decorrência do perfil de investimentos do Fundo.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução CVM nº 489 de 14 de janeiro de 2011 e pelas orientações emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o saldo de caixa e instrumentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data de contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração, reconhecidos no resultado na rubrica de “Operações compromissadas – “receitas”.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria “Títulos para negociação” que incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

Cotas de fundos de investimento

As cotas de fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informada pelos administradores dos respectivos fundos de investimento. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em “Resultado com aplicações em cotas de fundos”.

d) Direitos creditórios

Os direitos creditórios foram classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria “Empréstimos e recebíveis” que incluem qualquer ativo financeiro com pagamento fixo ou determinável, que não estão cotados em mercado ativo, incluindo ativos de empréstimo, recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e depósitos mantidos em banco.

Direitos creditórios - a vencer

Os direitos creditórios são registrados ao custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério pro rata temporis. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Direitos creditórios - vencidos

Os direitos creditórios vencidos encontram-se registrados pelos valores atualizados até a data dos respectivos vencimentos.

Os direitos creditórios são classificados no seguinte grupo:

Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios – nesse grupo devem ser classificadas as operações em que o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

A classificação do grupo acima é de responsabilidade do Administrador que deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

A apropriação da remuneração dos direitos creditórios é reconhecida no resultado, na rubrica “Apropriação de renda” segundo a taxa de juros, conforme apresentado na nota explicativa nº 5. A partir da data de vencimento do direito creditório não são mais apropriados juros remuneratórios. Os lucros ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor de venda e o valor de mercado do título no dia anterior e reconhecidos em “Resultado nas negociações”, quando aplicável e para os direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios, o ajuste ao valor justo dos ativos são registrados em “Ajuste ao valor justo”, quando aplicável.

e) Provisão para redução no valor de recuperação de ativos

A provisão é constituída, com base nas orientações emanadas pela Instrução CVM nº 489, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado. A perda por redução no valor de recuperação deve ser mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

Provisões para redução ao valor de recuperação de ativos são avaliadas e calculadas, pelo Administrador, coletivamente e são registradas através de uma conta de provisão na rubrica “Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios – Provisão para redução no valor de recuperação de ativos”, sendo sua contrapartida no resultado do período.

Para direitos creditórios de um mesmo devedor, a perda deve ser mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a natureza da transação e as características das garantias, tais como suficiência e liquidez.

Provisão para redução no valor de recuperação – avaliação individual

A redução no valor de recuperação em base individual é mensurada em duas circunstâncias:

(i) para cobrir as perdas incorridas, mas que ainda não foram identificadas em direitos creditórios sujeitos a avaliação individual; e (ii) para grupos homogêneos de direitos creditórios que não são considerados individualmente significativos.

Provisão para redução no valor de recuperação – avaliação coletiva

A provisão para redução no valor recuperável em base coletiva é determinada levando em consideração: (i) a experiência de perdas nas carteiras com características similares de risco de crédito; (ii) o período estimado entre a ocorrência das evidências objetivas de redução ao valor recuperável e a identificação efetiva de perdas; e (iii) o julgamento baseado na experiência do Administrador quanto a situação e condições econômicas e de crédito é de tal ordem que o nível atual de perdas é provavelmente maior ou menor do que o sugerido pela experiência histórica.

4. Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários registrados na categoria de “Títulos para negociação” estão assim classificados:

30 de junho de 2016

Títulos para negociação	Valor de mercado	Valor contábil	Faixas de vencimento
Títulos públicos federais			
Letras financeiras do tesouro	64	63	Acima de 1 ano
Cotas de fundos de investimentos			
Referenciado	57	57	Sem vencimento

30 de junho de 2015

Títulos para negociação	Valor de mercado	Valor contábil	Faixas de vencimento
Títulos públicos federais			
Letras financeiras do tesouro	56	55	Acima de 1 ano

5. Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

Os direitos creditórios são classificados, conforme avaliação do Administrador, na categoria de “Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios”, pois os cedentes, possuem a obrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos.

a) Característica dos direitos creditórios

A carteira de direitos creditórios do Fundo, no exercício findo em 30 de junho de 2016 é expressa em moeda nacional, indicadas e aprovadas pela consultoria especializada, composta por duplicatas e cheques originados de operações de compra e venda de produtos, mercadorias nos segmentos financeiro, comercial, industrial e imobiliário.

b) Composição dos direitos creditórios

30 de junho de 2016

Duplicatas a vencer	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos				
						0-30	31-45	46-90	91-180	Acima 360
Indústria	2.227	2.328	101	(10)	79,30%	1.342	428	300	157	-
Comércio e serviços	6.246	6.615	369	(69)	81,66%	3.459	514	1.418	855	-
Infraestrutura	927	963	36	(7)	91,75%	506	385	36	-	-
Total duplicatas a vencer	9.400	9.906	506	(86)		5.307	1.327	1.754	1.012	-

Duplicatas vencidas	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos				
						0-30	31-45	46-90	91-180	Acima 360
Indústria	244	244	-	(156)	79,89%	90	2	1	4	92
Comércio e serviços	2.510	2.510	-	(1.935)	83,86%	591	63	42	84	86
Infraestrutura	365	365	-	(35)	98,06%	341	24	-	-	-
Total duplicatas vencidas	3.119	3.119	-	(2.126)		1.022	89	43	88	178

Cheques a vencer	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos				
						0-30	31-45	46-90	91-180	Acima 360
Indústria	1.009	1.062	53	(12)	82,61%	542	162	291	14	-
Comércio e serviços	1.019	1.095	76	(39)	83,07%	519	91	252	139	18
Infraestrutura	299	334	35	-	83,25%	70	28	116	85	-
Total cheques a vencer	2.327	2.491	164	(51)		1.131	281	659	238	18

Cheques vencidos	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos				
						0-30	31-45	46-90	91-180	Acima 360
Indústria	300	300	-	(167)	80,93%	133	61	58	10	37
Comércio e Serviços	871	871	-	(704)	71,68%	198	64	108	321	180
Infraestrutura	32	32	-	-	100,00%	32	-	-	-	-
Total cheques vencidos	1.203	1.203	-	(871)		363	125	166	331	181

TOTAL	16.049	16.719	670	(3.134)		7.823	1.822	2.622	1.669	215
--------------	---------------	---------------	------------	----------------	--	--------------	--------------	--------------	--------------	------------

30 de junho de 2015

Duplicatas a vencer	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 360
Indústria	1.428	1.495	67	(8)	88,30%	1.020	188	134	86	-	-
Comércio e serviços	2.731	2.921	190	(21)	162,34%	1.495	414	584	190	48	-
Infraestrutura	958	985	27	(14)	118,29%	884	4	70	-	-	-
Total duplicatas a vencer	5.117	5.401	284	(43)		3.399	606	788	276	48	-

Duplicatas vencidas	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 360
Indústria	422	422	-	(75)	128,87%	349	1	4	2	66	-
Comércio e serviços	736	736	-	(85)	162,05%	694	41	1	-	-	-
Infraestrutura	44	44	-	(3)	190,58%	44	-	-	-	-	-
Total duplicatas vencidas	1.202	1.202	-	(163)		1.087	42	5	2	66	-

Cheques a vencer	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 360
Indústria	793	853	60	(7)	82,51%	328	130	291	44	-	-
Comércio e serviços	1239	1316	77	(13)	99,61%	703	168	296	72	-	-
Total cheques a vencer	2.032	2.169	137	(20)		1.031	298	587	116	-	-

Cheques vencidos	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 360
Indústria	77	77	-	(55)	78,65%	23	1	-	48	5	-
Comércio e Serviços	276	276	-	(26)	81,86%	257	19	-	-	-	-
Total cheques vencidos	353	353	-	(81)		280	20	-	48	5	-
TOTAL	8.704	9.125	421	(307)		5.797	966	1.380	442	119	-

As concentrações dos 5 (cinco) maiores cedentes estão assim apresentadas:

30 de junho de 2016

Cedente	Quantidade de Sacados	Vencido	A vencer	Total	Provisão	% sobre o total de direitos creditórios
Cedente 1	14	102	1.267	1.369	(52)	8,53
Cedente 2	73	11	951	962	-	5,99
Cedente 3	8	75	880	955	(19)	5,95
Cedente 4	9	918	0	918	(918)	5,72
Cedente 5	6	671	154	825	(691)	5,14
Demais 56	1.109	2.545	8.475	11.020	(1.454)	68,66
Total	1.219	4.322	11.727	16.049	(3.134)	100,00

30 de junho de 2015

Cedente	Quantidade de Sacados	Vencido	A vencer	Total	Provisão	% sobre o total de direitos creditórios
Cedente 1	11	405	468	873	(52)	10,03
Cedente 2	6	94	661	755	(14)	8,67
Cedente 3	31	304	422	726	-	8,34
Cedente 4	75	27	582	609	(8)	7,00
Cedente 5	4	-	534	534	(10)	6,14
Demais 36	1.022	725	4.482	5.207	(223)	59,82
Total	1.149	1.555	7.149	8.704	(307)	100,00

c) Valores a receber

Em 30 de junho de 2016, o saldo de direitos creditórios vencidos a liquidar no montante de R\$ 205 (R\$ 47 em 30 de junho de 2015) apresentados no ativo, refere-se a duplicatas liquidadas pelo sacado, cujo recebimento por parte do Fundo se dará no primeiro dia útil subsequente.

Em 30 de junho de 2016, o Fundo não possuía saldo de cheques em processo de compensação (em 30 de junho de 2015, o Fundo possuía o montante de R\$194).

d) Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Todo e qualquer direito creditório a ser adquirido pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- i) Recebimento de arquivo eletrônico com a relação dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo;
- ii) O Fundo somente adquirirá direitos creditórios cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento da última série de Cotas Seniores do Fundo;
- iii) O Fundo somente poderá adquirir direitos creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data de aquisição;
- iv) Cada cessão de direitos creditórios será precedida de análise verificando a concentração de títulos de até 5% (cinco por cento) de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ), ressalvado que na hipótese de cessões de direitos creditórios por diferentes cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor, poderá ser majorado para 8% (oito por cento) e até 5% (cinco por cento) para um mesmo cedente (mesmo CNPJ);
- v) Os direitos creditórios devem ser de devedores que, na data da aquisição para o Fundo, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 (quinze) dias corridos;
- vi) O prazo médio de todos os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias considerados a partir da data de aquisição; e
- vii) Os direitos de crédito representados por duplicata deverão representar, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo apurado no dia útil anterior à cessão.

e) Resultado nas negociações com direitos creditórios

No exercício findo em 30 de junho de 2016, o saldo da rubrica “resultado nas negociações” no montante de R\$ 482 (R\$ 110 em 30 de junho de 2015) é composto por:

- i) Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo poderão ser recomprados, em caso de inadimplência pelos cedentes, por critérios estabelecidos pela consultora. No exercício findo em 30 de junho de 2016, houve recompra de direitos creditórios no valor de R\$ 15.311 (R\$ 2.258 em 30 de junho de 2015), cujo valor de face dos direitos creditórios vencidos era de R\$ 14.968 (R\$ 2.234 em 30 de junho de 2015), o que gerou um resultado positivo de R\$ 343 (R\$ 24 em 30 de junho de 2015) para o Fundo;
- ii) Os juros pagos pelos sacados pela prorrogação do prazo de vencimento dos direitos creditórios e os juros de mora pagos ao Fundo pelos atrasos na liquidação dos direitos creditórios, totalizaram no período o resultado de R\$ 294 (R\$ 248 em 30 de junho de 2015);

iii) Os abatimentos/descontos, na antecipação do pagamento dos direitos creditórios concedidos pelo consultor de crédito aos sacados, totalizaram no período o resultado negativo de R\$ 155 (2015 - R\$ 162 em 30 de junho de 2015).

f) Valores a pagar

No exercício findo em 30 de junho de 2016, o saldo de direitos creditórios recebidos a identificar, nos montantes de R\$ 327 (2015 - R\$ 335), apresentados no passivo, correspondem ao envio de recursos ao Fundo, pela consultoria especializada, referentes a pagamento de direitos creditórios, que estão pendentes de conciliação pelo Administrador.

g) Provisão para redução no valor de recuperação de ativos

Em 30 de junho 2016, a provisão para redução no valor de recuperação dos direitos creditórios foi estimada, pelo Administrador, com base em evidências objetivas de perda:

O Administrador utiliza a metodologia de agrupar os direitos creditórios por cedente, pois avaliou estar nela o risco de crédito por consequência da coobrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e realiza uma análise fundamentalista de tal cedente, a fim de cobrir perdas inerentes e para a carteira de direitos creditórios vencidos está utilizando percentuais de rolagem. Essa metodologia utiliza a junção de três fatores: (i) realiza uma análise de tendências históricas do cedente com base em ponderação de informações tais como recuperação judicial, tempo em operação, protestos, cheques emitidos devolvidos, grau de endividamento, e a experiência de atraso e inadimplência para estimar o impacto de tais informações sobre a capacidade de re-pagamento dos direitos creditórios pelos devedores; (ii) os direitos creditórios vencidos são agrupados em intervalos de acordo com o número de dias em atraso, e análises estatísticas são utilizadas para estimar a probabilidade de que, em cada intervalo, os direitos creditórios progridam através dos vários estágios de inadimplência, e finalmente possam ser provados como irre recuperáveis; e (iii) as recompras estão sendo consideradas no modelo, com a finalidade de avaliar o fluxo de caixa futuro das cedentes e da consultoria de crédito em exercer a coobrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e não pagos. Adicionalmente o Administrador está realizando backtesting para validar a aderência da sua metodologia com as perdas incorridas.

A carteira de direitos creditórios e a provisão para redução no valor de recuperação estão assim apresentadas:

2016							
A vencer	Valor contábil	Vencimentos					
		0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 360
Cheques	2.327	1.131	281	659	238	18	-
Duplicatas	9.400	5.307	1.327	1.754	1.012	-	-
% Provisão	1,17	1,29	0,50	1,16	1,44	-	-
Valor da provisão	(137)	(83)	(8)	(28)	(18)	-	-
Vencidos							
Cheques	1.203	363	125	166	331	181	37
Duplicatas	3.119	1.022	89	43	88	1.699	178
% Provisão	69,33	9,27	67,44	100,00	100,00	100,00	100,00
Valor da provisão	(2.997)	(128)	(145)	(210)	(418)	(1.881)	(215)
Total da carteira de direitos creditórios	16.049	7.823	1.822	2.622	1.669	1.898	215
Total da provisão para redução no valor de recuperação de ativos	(3.134)	(211)	(153)	(238)	(436)	(1.881)	(215)

2015							
A vencer	Valor contábil	Vencimentos					
		0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 360
Cheques	2.032	1.031	298	587	116	-	-
Duplicatas	5.117	3.399	606	788	276	48	-
% Provisão	0,88	1,11	0,77	0,44	0,26	-	-
Valor da provisão	(63)	(49)	(7)	(6)	(1)	-	-
Vencidos							
Cheques	353	280	20	-	49	5	-
Duplicatas	1.202	1.086	42	5	2	66	-
% Provisão	15,69	5,42	69,35	100	100	100	-
Valor da provisão	(244)	(74)	(43)	(5)	(51)	(71)	-
Total da carteira de direitos creditórios	8.704	5.796	966	1.380	443	119	-
Total da provisão para redução no valor de recuperação de ativos	(307)	(123)	(50)	(11)	(52)	(71)	-

A movimentação da provisão para redução no valor de recuperação de ativos, constituída com base nos critérios da Instrução CVM nº 489 descritos na nota explicativa no 3.e., está assim representada:

	30 de junho de 2016	Período de 04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015
Saldo inicial		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(307)	-
Baixas na provisão por liquidação de direitos creditórios	2.266	606
Constituição de provisão	(5.093)	(913)
Saldo final		
Provisão para redução no valor de recuperação de ativos	(3.134)	(307)

6. Gerenciamento de riscos

a) Tipos de risco

Mercado

Os ativos componentes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos do Fundo. As variações de preços dos ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Logo, não há garantia de que as taxas de juros vigentes no mercado se mantenham estáveis. Além disso, dependendo do comportamento que as taxas de juros venham a ter, os ativos integrantes da carteira do Fundo poderão sofrer oscilações significativas de preços, com reflexos na rentabilidade do Fundo.

Crédito

A carteira do Fundo possui direitos creditórios e outros títulos de renda fixa que estão sujeitos ao risco de atraso e/ou não pagamento por seus emissores, devedores e/ou co-obrigados, consequentemente, nessa hipótese, poderão ocorrer reduções de ganhos ou perda do capital investido, dos rendimentos e/ou do valor do principal de quaisquer dos ativos do Fundo.

Os cotistas detentores das cotas subordinadas juniores recebem o saldo residual dos valores a receber, após terem sido recebidos os valores a receber, pagas as despesas do Fundo e os cotistas detentores das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino terem resgatado suas cotas. Neste sentido, os cotistas detentores das cotas subordinadas retêm parte substancial dos riscos e benefícios dos valores a receber. No entanto, os cotistas detentores das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino também estão expostos ao risco de crédito dos direitos creditórios e outros ativos do Fundo.

Liquidez

Os investimentos do Fundo em direitos creditórios apresentam peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário líquido para negociação de tais direitos creditórios. Caso o Fundo precise vender seus direitos creditórios a terceiros, ou caso o cotista receba tais direitos creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas cotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os mesmos, ou preço de alienação poderá causar perda de patrimônio para o Fundo, ou (ii) os cotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos pelos devedores dos direitos creditórios em caso de inadimplemento. Isto é, não há qualquer garantia ou certeza que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os direitos creditórios de sua carteira pelo preço e nos momentos desejados.

Outros riscos

Apesar da carteira do Fundo ser constituída, preponderantemente, pelos direitos creditórios elegíveis, a propriedade das cotas não confere aos cotistas propriedade direta sobre os direitos creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas detidas.

Excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, em nenhuma outra hipótese o Administrador/ Gestor e/ou o Custodiante serão responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

b) Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência do Administrador, da Gestora e da Consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus Cotistas.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo, conforme descrito no regulamento do Fundo estão sujeitos a diversos fatores de risco dentre eles: risco de crédito, risco de liquidez dos ativos, e risco de mercado.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:

i) **Risco de mercado:** O Administrador monitora as taxas mínimas de cessão praticadas pelo Fundo respeitando os limites previstos em regulamento correlacionado a taxa CDI visando assim atingir o benchmark estabelecido para as cotas seniores, balanceando desta forma possíveis efeitos de variação da taxa de juros praticada pelo mercado, caso este benchmark não esteja sendo atingido o Administrador convoca assembleia geral para início da amortização das cotas seniores.

ii) **Risco de crédito:** o Administrador possui metodologia para definição de perda esperada para os direitos creditórios em carteira, que são mensuradas e revisadas durante toda a permanência do direito creditório na carteira do FIDC efetuando avaliações creditícias sobre os cedentes e avaliando o comportamento e o histórico de liquidez dos recebíveis. O controle de risco de crédito é exercido independente da gestão do Fundo;

iii) **Risco de liquidez:** o Administrador constitui provisão de reserva para amortização de cotas, destinando os recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata. Quatorze dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na reserva de amortização ativos em valor equivalente a 100% do valor estimado da amortização. Caso o Administrador não consiga formar a reserva esta interrompe a aquisição de direitos creditórios até que a reserva seja devidamente constituída.

7. Evolução da cota e rentabilidade

A rentabilidade calculada com base na variação da cota, comparada com a variação do benchmark, o resultado auferido a cada classe de cotas e patrimônio líquido médio do período foram os seguintes:

Cotas subordinadas juniores		Rentabilidade	Resultado	Patrimônio líquido médio
30 de junho de 2016		17,53%	602	3.495
Período de 04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015		39,49%	1.129	2.410

Cotas seniores	Benchmark 150% do CDI	Rentabilidade	Resultado	Patrimônio líquido médio
30 de junho de 2016	21,86%	21,86%	1.577	7.982
Período de 05 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015	8,94%	8,86%	302	3.512

8. Emissão, amortização e resgate de cotas

a) Emissão

As emissões de cotas são processadas com base no valor da cota de fechamento em vigor da efetiva disponibilidade dos recursos.

Cotas subordinadas juniores

No exercício findo em 30 de junho de 2016, não houve emissão de cotas. (No período findo em 30 de junho de 2015 houve emissão inicial de 1.050,00 cotas no montante de R\$1.050 e também emissões durante o período de 1.571,97 cotas no montante de R\$1.760).

Cotas seniores 1º série

Esta classe de cotas tem prazo de duração de 30 meses contados da data da primeira integralização de cotas, possui remuneração alvo correspondente a 150% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (DI).

Na subscrição de cotas seniores do Fundo deve ser utilizado o valor de fechamento de mesma classe em vigor no mesmo ao da efetiva disponibilidade dos recursos.

No exercício findo em 30 de junho de 2016, houve emissão de 2.265,00 cotas no montante de R\$ 2.502. (No período findo em 30 de junho de 2015 houve emissão inicial de 1.000,00 cotas no montante de R\$1.000 e também emissões durante o período de 3.512,50 cotas no montante de R\$ 3.610).

b) Amortização e resgate de cotas

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em direitos creditórios. Essa classe de cotas pode ser amortizada (total ou parcial) ou resgatadas após amortização (total ou parcial) ou resgate de todas as cotas seniores.

Os pagamentos das amortizações ou dos resgates de cotas do Fundo será realizado no dia 15 do respectivo mês ou no primeiro dia útil subsequente da praça em que o Administrador está sediado.

Na amortização ou resgate de cotas será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, sendo que o Administrador deverá constituir reserva monetária formada com disponibilidade diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de cotas; e/ou (ii) do valor de direitos creditórios e ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de cotas seniores, de acordo com o cronograma disposto no regulamento do Fundo.

Cotas subordinadas juniores

No exercício findo em 30 de junho de 2016, houve amortização de cotas no montante de R\$ 410. (No período findo em 30 de junho de 2015 houve amortizações de cotas subordinadas juniores no montante de R\$125).

Cotas seniores 1º série

A partir do 25º mês contado da data da primeira integralização de cotas, as cotas seniores da 1º classe terão seus valores de principal e rendimentos amortizados mensalmente.

9. Negociação de cotas

As Cotas Seniores do Fundo poderão ser registradas em mercado de negociação secundária de valores mobiliários.

As Cotas Subordinadas do Fundo não são registradas em mercado secundário de valores mobiliários.

10. Prestadores de serviços

As atividades de administração da carteira do Fundo, custódia, controladoria, escrituração de cotas são prestadas pelo Banco Petra S.A.

A gestão do Fundo é realizada pela Petra Capital Gestão de Investimentos LTDA.

A Milênio Fomento Mercantil LTDA. é responsável pela análise e seleção dos direitos creditórios do Fundo.

11. Custódia e tesouraria

Os títulos públicos federais e as operações compromissadas são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC").

As cotas de fundos de investimento são escriturais e seu controle é mantido pelos administradores dos respectivos fundos.

O Administrador é responsável pela custódia e a guarda dos documentos representativos do crédito e demais ativos da carteira do Fundo.

12. Encargos do Fundo

a) Taxa de administração

Será devido ao administrador, gestor e consultora especializada, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão, escrituração, controladoria e consultoria especializada, a remuneração equivalente a somatório dos seguintes montantes, calculados individualmente:

a.1) O maior valor entre 0,35% a.a. (trinta e cinco décimos por cento) ao ano e o valor mínimo conforme definidos a seguir:

(i) para os dois primeiros meses de funcionamento do Fundo, será cobrado o valor mínimo mensal de R\$4;

(ii) no terceiro e quarto mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal será de R\$5; (iii) no quinto e sexto mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo será de R\$6, sendo que a partir do sétimo mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal passará a ser de R\$7,5 atualizados anualmente pela variação do IGP-M; e

(b) O percentual de 1% ao mês sobre os direitos creditórios adquiridos no mês imediatamente anterior.

A despesa com taxa de administração e consultoria especializada foi de R\$ 68 e R\$ 839 (R\$ 51 e 346 em 30 de junho de 2015), respectivamente.

13. Classificação por agência classificadora de risco

Em 15 de dezembro de 2015, a Liberum Ratings rebaixou o rating da 1ª Série de Cotas Seniores de A(fe) para BBB (fe) de longo prazo e em 03 de maio atribuiu o rating CP3(fe) de curto prazo. Em 10 de maio de 2016 a Liberum Ratings confirmou as classificações de risco BBB(fe) de Longo Prazo e CP3(fe) de Curto Prazo da 1ª Série de Cotas Seniores e B(fe) de Longo Prazo das Cotas Subordinadas.

O risco de crédito para a 1ª Série de Cotas Seniores é considerado adequado enquanto o risco de crédito para as Cotas Subordinadas é considerado muito elevado. A perspectiva dos ratings é negativa para a 1ª Série de Cotas Seniores e estável para as Cotas Subordinadas.

14. Outros serviços prestados pelo auditor independente

Informamos que o Administrador, no período, não contratou serviços da Grant Thornton Auditores Independentes relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

15. Demandas judiciais

As demandas judiciais ou extrajudiciais impetradas contra o Fundo, classificadas pelo consultor jurídico com probabilidade de perda de perda possível, somam R\$ 52 em 30 de junho de 2016 (não haviam demandas judiciais impetradas contra o Fundo no exercício findo em 30 de junho de 2015).

16. Outras informações

a) Classes de cotas

i) As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (i) prioridade de resgate em relação às cotas subordinadas; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicações e/ou resgates; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas assembleias gerais, sendo que a cada cota corresponderá a um voto.

ii) As cotas subordinadas juniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações: (i) subordinam-se às cotas seniores e às cotas subordinadas mezanino para efeito de aplicações e/ou resgates; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicações e/ou resgates; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas assembleias gerais, sendo que a cada cota subordinada júnior corresponderá um voto.

b) Legislação tributária

Imposto de renda

Em conformidade com a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e demais normativos, os rendimentos eram tributados por ocasião do resgate das cotas, sendo aplicadas alíquotas complementares, variáveis em razão do prazo da aplicação.

- i) 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ii) 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- iii) 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- iv) 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

Em caso de condomínio aberto, o imposto de renda incidirá semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e de dezembro de cada ano (pelo sistema do come-cotas) à alíquota de 15%, considerando a classificação da carteira do Fundo como de longo prazo. Adicionalmente, o cotista será tributado por ocasião do resgate, que, se ocorrer antes de 2 anos, ensejará a aplicação de alíquota complementar de 2,5% a 7,5%, conforme o período de aplicação.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

IOF (Decreto nº 6.306/07, de 14 de dezembro de 2007)

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos à cobrança de IOF. A alíquota de IOF é de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, e decrescente em função do prazo da aplicação. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não há cobrança de IOF.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e/ou IOF.

17. Operações com partes relacionadas

Foram consideradas partes relacionadas, os cotistas, administrador, o custodiante e consultoria especializada. Todos os direitos creditórios do Fundo são analisados pelo consultor de crédito, com vista a identificar as exigibilidades relacionadas na nota explicativa nº 5.d. Adicionalmente às despesas com taxa de administração e consultoria, conforme descrito na nota explicativa nº 12, o Fundo realizou a seguinte operação com a instituição administradora, gestora e/ou parte a elas relacionadas:

a) Recompra de direitos creditórios

Conforme apresentado na nota explicativa nº 5.e.i, a Consultoria especializada, parte relacionada ao Fundo, no exercício findo em 30 de junho de 2016, intermediou recompra de direitos creditórios no valor de R\$ 15.311 (R\$ 2.258 em 30 de junho de 2015), cujo valor de face dos direitos creditórios vencidos era de R\$ 14.968 (R\$ 2.234 em 30 de junho de 2015), o que gerou um resultado positivo de R\$ 343 (R\$ 24 em 30 de junho de 2015) para o Fundo.

b) Depósito Bancário

O Fundo não possui depósito bancário junto ao Administrador do Fundo em 30 de junho de 2016, no entanto, efetuou movimentações financeiras nesta conta corrente ao longo do exercício. (Em 30 de junho de 2015 o Fundo possui depósitos bancários junto ao Banco Petra S/A, parte relacionada do Fundo, no montante de R\$ 2,8).

c) Despesa com taxa de custódia

O valor pago pelo Fundo a título de remuneração de custodiante no período foi R\$ 99, (R\$ 77 em 30 de junho de 2015).

18. Contadora e Diretor

O Diretor e o contador responsáveis pelo Fundo são os seguintes:

Ricardo Augusto Meira Pedro
Diretor

Suelen Inácia de Oliveira
Contador CRC PR-065.476/O-0

* * *

Anexo 07 – Comunicados da Administradora do Fundo

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP**, relativas ao Período de **30 de junho de 2015** elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários.

Introdução

O Fundo foi constituído em 20 de junho de 2014 e iniciou suas atividades em 04 de agosto de 2014 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

O objetivo do Fundo é valorização de suas cotas, por meio de aquisição: (i) de direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos contratos de cessão; e (ii) de ativos financeiros, conforme a política de investimento estabelecido no regulamento do Fundo.

Os direitos creditórios são adquiridos através de contato de cessão celebrado entre o Fundo e os cedentes discriminados em cada operação considerando-se os critérios de elegibilidade para a aquisição dos mesmos definidos no regulamento do fundo.

Rentabilidade

A rentabilidade do fundo apresenta o desempenho esperado, conforme demonstrado abaixo:

				Patrimônio líquido médio
Cotas subordinadas juniores		Rentabilidade	Resultado	
Período de 04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015		39,49%	1.129	2.410
				Patrimônio líquido médio
Cotas seniores	Benchmark 150% do CDI	Rentabilidade	Resultado	
Período de 05 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015		8,94%	8,86%	302
				3.512

Mensagem do administrador

Todas as operações do fundo foram praticadas em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento do Fundo e com os limites de composição e diversificação a eles aplicáveis.

Atenciosamente,

Banco Petra S.A.
Administrador

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP**, relativas ao Período de **30 de junho de 2015** elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários.

Introdução

O Fundo foi constituído em 20 de junho de 2014 e iniciou suas atividades em 04 de agosto de 2014 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

O objetivo do Fundo é valorização de suas cotas, por meio de aquisição: (i) de direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos contratos de cessão; e (ii) de ativos financeiros, conforme a política de investimento estabelecido no regulamento do Fundo.

Os direitos creditórios são adquiridos através de contato de cessão celebrado entre o Fundo e os cedentes discriminados em cada operação considerando-se os critérios de elegibilidade para a aquisição dos mesmos definidos no regulamento do fundo.

Rentabilidade

A rentabilidade do fundo apresenta o desempenho esperado, conforme demonstrado abaixo:

				Patrimônio líquido médio
Cotas subordinadas juniores		Rentabilidade	Resultado	
Período de 04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015		39,49%	1.129	2.410
				Patrimônio líquido médio
Cotas seniores	Benchmark 150% do CDI	Rentabilidade	Resultado	
Período de 05 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015		8,94%	8,86%	302
				3.512

Mensagem do administrador

Todas as operações do fundo foram praticadas em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento do Fundo e com os limites de composição e diversificação a eles aplicáveis.

Atenciosamente,

Banco Petra S.A.
Administrador

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP, relativas ao exercício social encerrado de 30 de junho de 2016 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários.

Introdução

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (Fundo) foi constituído em 20 de junho de 2014 e iniciou suas atividades em 04 de agosto de 2014 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

O objetivo do Fundo é valorização de suas cotas, por meio de aquisição: (i) de direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos contratos de cessão; e (ii) de ativos financeiros, conforme a política de investimento estabelecido no regulamento do Fundo.

Os direitos creditórios são adquiridos através de contato de cessão celebrado entre o Fundo e os cedentes discriminados em cada operação considerando-se os critérios de elegibilidade para a aquisição dos mesmos definidos no regulamento do fundo.

Rentabilidade

A rentabilidade do fundo apresenta o desempenho esperado, conforme demonstrado abaixo:

Cotas subordinadas juniores	Rentabilidade	Resultado	Patrimônio líquido médio
30 de junho de 2016	17,53%	602	3.495
Período de 04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015	39,49%	1.129	2.410

Cotas seniores	Benchmark 150% do CDI	Rentabilidade	Resultado	Patrimônio líquido médio
30 de junho de 2016	21,86%	21,86%	1.577	7.982
Período de 05 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015	8,94%	8,86%	302	3.512

Mensagem do administrador

Todas as operações do fundo foram praticadas em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento do Fundo e com os limites de composição e diversificação a eles aplicáveis.

Atenciosamente,

Administrador